

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2012

Aprovado pela Resolução nº 12/2013/CONSUP/IFTO, de 26 de março de 2013.

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Decisão Normativa TCU nº 121/2012, Portaria-TCU nº 150/2012, Decisão Normativa TCU nº 124/2012, Portaria CGU nº 133/2013, de 18/1/2013

PALMAS/TO,
MARÇO/2013

EXPEDIENTE FUNCIONAL

DILMA ROUSSEFF
Presidente da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro da Educação

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

FRANCISCO NAIRTON DO NASCIMENTO
Reitor

QUENÍZIA VIEIRA LOPES
Chefe de Gabinete do Reitor

RODRIGO SOARES GORI
Pró-reitor de Administração

DANILO GOMES MARTINS
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

OUVIDIO RICARDO DANTAS JUNIOR
Pró-reitor de Ensino

LILIANE CARVALHO FÉLIX CAVALCANTE
Pró-reitora de Extensão

AUGUSTO CESAR DOS SANTOS
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

MARIA EDILEUZA FERREIRA DE FRANÇA
Diretora de Gestão de Pessoas

DÉCIO DIAS DOS REIS
Diretor Geral do *Campus* Araguatins

OCTAVIANO SIDNEI FURTADO
Diretor Geral do *Campus* Palmas

ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Paraíso do Tocantins

RONANO PEREIRA OLIVEIRA
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Araguaína

PAULO DA SILVA PAZ NETO

Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Gurupi

MIGUEL CARMARGO DA SILVA

Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Porto Nacional

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Grupos de pesquisa por campus	114
Gráfico 2: Grupos de pesquisa por área de conhecimento e total por campus.	115
Gráfico 3: Oferta de bolsas por campus.	115
Gráfico 4: Relação de projetos de IC por campus/modalidade e Total IFTO em 2012.	116
Gráfico 5: Docentes envolvidos com IC por área de conhecimento.	116
Gráfico 6: Docentes envolvidos com IC por Titulação.	117

Sumário

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.	
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1. Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	10
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	13
1.3. Organograma Funcional.....	18
1.4. Macroprocessos Finalísticos do IFTO.....	19
1.5. Macroprocessos de Apoio do IFTO	20
1.6. Principais Parceiros.....	22
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 199, DE 18/01/2012. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	23
2.1. Planejamento das Ações do IFTO.....	23
2.1.1. Competência do IFTO.....	25
2.1.2. Missão	26
2.1.3. Visão de Futuro	26
2.1.4. Objetivos estratégicos	26
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	27
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	28
2.4. Indicadores	30
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	31
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	31
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS:	32
3.2.1. Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	32
3.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO-Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correção da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão;	34
3.4. Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correção da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.....	34

4. PARTE A, ITEM 4 , DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	35
4.1. Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	35
4.2. Quadro A.4.6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	39
4.3. Quadro A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	48
4.4. QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	48
4.5. QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	49
4.6. QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50
4.7. Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	54
4.8. Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários ..	56
4.9. Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	57
4.10. Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	59
4.11. Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO	61
5. PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/1/2012.TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	65
5.1. Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios	65
5.2. Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	66
5.3. Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	67
5.4. Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	68
5.5. Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	68
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	69
6.1. Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	70
6.2. Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	70
6.3. Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	72
6.4. Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	72

6.5.	Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	73
6.6.	Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Valores em R\$ 1,00)	75
6.7.	Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	78
6.8.	Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	78
6.9.	Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	79
6.10.	Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 79	
6.11.	Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	79
6.12.	Quadro A.12 (não houve ocorrências)	80
6.13.	Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	80
6.14.	Quadros A.14 (não houve ocorrências).....	81
6.15.	Quadros A.15 (não houve ocorrências).....	81
6.16.	Quadros A.146(não houve ocorrências).....	81
6.17.	Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	81
6.18.	Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	82
6.19.	Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	83
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.GESTÃO DE PATRIMONIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	83
7.1.	GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	83
7.2.	Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	88
7.3.	Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	89
7.4.	Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	90
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	91
8.1.	Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada ..	91
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE.....	95
9.1.	Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	95
9.2.	Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	97

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.CONFORMIDADES E TRATAMENTOS DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	100
10.1. Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício....	100
10.2. Quadro A.10.2-Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	104
10.3. Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	105
10.4. Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	110
10.5. Quadro A.10.6. –declarações de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	111
11. Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 (INFORMAÇÕES CONTÁBEIS)	112
11.1. Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	112
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012.OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELO IFTO	113
12.1. PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO	113
12.1.1. Atividades realizadas pela Diretoria de Pesquisa e Coordenação de Pesquisa .	113
12.1.2. Documentos elaborados	113
12.1.3. Grupos de Pesquisa Certificados no Diretório de Grupos do CNPq	114
12.1.4. Evolução da Pesquisa/Iniciação Científica no IFTO.....	115
12.1.5. Programa de Iniciação Científica 2011-2012	117
12.1.6. Bolsas de Pesquisa Aplicada em Arranjos Produtos Locais(APL) - do Programa de Apoio a Pesquisa (PAP)	119
12.2. Tabela Resumo	119
12.3. PÓS-GRADUAÇÃO.....	120
12.3.1. Considerações Iniciais.....	120
12.3.2. Atividades Realizadas	122
12.4. Descrição das Atividades Desenvolvidas.....	123
12.5. Participação em Eventos	130
12.6. Considerações Finais.....	130
13. INOVAÇÃO	131
13.1. Considerações Iniciais.....	131
13.2. Atividades Desenvolvidas	133
13.3. Considerações Finais.....	134

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DIREL/ PROEX/IFTO)	134
-Alunos atendidos com auxílios de acordo com o Programa de Assistência ao Estudante (Transporte; Alimentação; Moradia; Material Didático; Uniforme; Auxílio de Formação Profissional; Auxílio Emergencial; Assistência Médica; Odontológica e Psicossocial; Auxílio aos pais estudantes; Arte/Cultura e Esporte/Lazer; Inclusão Digital).	141
13. Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	153
13.1. Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	153
14. ANEXOS.....	154
14.1. ANEXO A – Portaria comissão central responsável pelo relatório de gestão.....	155
14.2. ANEXO B - Organogramas do IFTO.....	156

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins				
Denominação Abreviada: Instituto Federal do Tocantins				
Código SIORG: 100908		Código LOA: 26424		Código SIAFI: 26424
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			CNPJ: 10.742.006/0001-98	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-2-00	
Telefones/Fax de contato:	(063) 3229-2200	(063) 3229-2201	(063) 3229-2230	
Endereço Eletrônico: reitoria@ifto.edu.br				
Página na Internet: http://www.ifto.edu.br				
Endereço Postal: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins – Brasil.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
IFTO-Reitoria	10.742.006/0001-98	158131	Ativa	103537
IFTO-Campus Palmas	10.742.006/0003-50	158336	Ativa	3564
IFTO-Campus Araguatins	10.742.006/0002-79	158337	Ativa	1708
IFTO-Campus Paraíso do Tocantins	10.742.006/0004-30	158489	Ativa	106548
IFTO-Campus Araguaína	10.742.006/0006-00	158511	Ativa	105082
IFTO-Campus Gurupi	10.742.006/0005-11	158556	Ativa	105084

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

IFTO-Campus Porto Nacional	10.742.006/0007-83	158557	Ativa	105083
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, criou em todo país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formados a partir da união entre os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades. No Tocantins, com a integração da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA) e a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTO, formado atualmente por 6 (seis) campi: Araguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, conforme inciso XXXVIII da Portaria Ministerial nº 06 de janeiro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Estatuto do IFTO				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI		Nome		
158336		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas		
158337		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins		
158489		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Paraíso		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI		Nome		
26424		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
158131		26424		
158336		26424		
158337		26424		
158489		26424		
158511		26424		

158556	26424
158557	26424

AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXECÍCIO QUE ESTIVERAM INTEGRAL OU PARCIALMENTE NA RESPONSABILIDADE DA UJ

09 – Previdência Social

272 – Previdência do Regime Estatutário

0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

- 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

12 – Educação

363 – Ensino Profissional

2031 – Educação Profissional e Tecnológica

- 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
- 20RL – Funcionamento da Educação Profissional
- 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional

12 – Educação

122 – Administração Geral

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- 00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União
- 00ID – Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF
- 09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

12 – Educação

301 – Atenção Básica

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

12 – Educação

365 – Educação Infantil

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

12 – Educação

331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

12 – Educação

306 – Alimentação e Nutrição

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

12 – Educação

128 – Formação de Recursos Humanos

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO foi criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no D.O. U de 30/12/2008, Seção I, tem sua estrutura administrativa definida no Art. 7º do seu Estatuto. Este, por sua vez, foi aprovado pela portaria 195 de 19 de agosto de 2009, e publicado no D.O. U de 20 de agosto de 2009, Seção I.

O IFTO tem por responsabilidade institucional a fundamentação em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida

e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

As ofertas educacionais do IFTO estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.: XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

De acordo a lei de criação do IFTO, a **Reitoria** do Instituto Federal do Tocantins passaria a funcionar na Capital do Estado e fora do *Campus* Palmas, o que garantiria a autonomia do *Campus*. Amparada pelo seu estatuto a Reitoria é um órgão executivo com finalidade de administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades do IFTO, sendo composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, e já é sinônimo de excelência no ensino em todo o Tocantins, pois oferece educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são a missão da Reitoria como dos demais *campi* que a compõe. A Reitoria, com sede na cidade de Palmas, é composta pelos seguintes *Campi*: Araguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, sendo estes, por sua vez, independentes e autônomos com personalidade jurídica própria.

Estão em fase de implantação os *Campi* Colinas e Dianópolis.

O ***Campus Araguatins***, oriundo da memorável Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985 foi designada a funcionar com o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

O *Campus* é uma verdadeira escola fazenda composta por diversos setores para a prática nas áreas de Agropecuária, merecendo destaque a apicultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, equinocultura, piscicultura, agroindústria, fruticultura, culturas anuais (mandioca, milho, feijão, arroz, soja e cana-de-açúcar), mecanização agrícola, topografia, irrigação e drenagem, olericultura, jardinagem, cooperativismo, extensão rural, produção de mudas e agrossilvicultura. Além disso, possui laboratórios de informática, hardware, sistemas, biologia, química, bromatologia, física, microbiologia e análises de solo.

O *Campus* dispõe de uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento, sendo que, entre eles podemos destacar um ginásio Poliesportivo, uma piscina semi-olímpica, centro de cultura e centro de capacitação.

Em 2012 foi iniciada a obra de ampliação da biblioteca de Araguatins; houve a construção de laboratórios de física, química e biologia; pavimentação em bloquetes e foi feito o sistema de drenagem e a construção de 12 (doze) salas de aula/Ambiente Vivência. Na área de ensino o campus de Araguatins ofereceu em 2012 um total de 6 (seis) cursos, distribuídos entre subsequente, médio integrado, licenciatura e bacharelado. Cursos Superiores: Bacharelado em Agronomia, Licenciaturas em Ciências Biológicas e em Computação; Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agropecuária e Informática; Técnico Concomitante: Informática; Técnico Subsequente: Agropecuária.

O ***Campus Palmas***, oriundo da Escola Técnica Federal de Palmas - ETF Palmas iniciou sua história em 1991, quando o Governo do Estado do Tocantins disponibilizou uma área para construção de sua estrutura.

A ETF Palmas foi criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

São ofertados no *Campus* 33 cursos nos níveis médio e superior, atendendo as modalidades Subsequente, Integrada, PROEJA, Licenciatura, Tecnólogo, além das pós-

graduações em nível de especialização. O *Campus* oferta também cursos de extensão à comunidade, cumprindo sua missão de inclusão social, atuando também na Educação a Distância – EaD.

Com uma capacidade pra atender mais de 3 mil alunos, o *Campus* Palmas ocupa uma área de 128.508,39 m² e possui 13 blocos, sendo dois para a área administrativa e consultórios médicos-odontológicos, três destinados aos laboratórios das áreas de Informática, Construção Civil, Geomática, Indústria e Meio Ambiente; um bloco para o Centro de Línguas, laboratórios de Química, Biologia, Secretariado Executivo e salas de aula; um bloco destinado a Biblioteca e outro para o Auditório, que tem capacidade para 230 lugares, além de outros quatro miniauditorias com capacidade individual de 90 assentos. Também possui um complexo esportivo com ginásio poliesportivo, duas quadras externas, piscinas, campos de futebol e uma área destinada a convivência. Destacamos o andamento da construção da Biblioteca Central, que vai atender toda a comunidade do IFTO e a população em geral, além da ampliação da Subestação de energia elétrica, viabilizando aclimatização de todos os ambientes pedagógicos.

O campus Palmas oferta cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio e superiores que abrangem diversas áreas do conhecimento em mais de 30 cursos, cumprindo o objetivo de atender ao anseio da comunidade. Em 2011 e 2012 o Campus Palmas ofereceu 30 cursos, sendo 2 para o PROEJA – FIC, 7 cursos médio integrado, 13 para os cursos subsequentes, 4 cursos na área de tecnologia, 2 para licenciatura e 1 curso de bacharelado. Cursos Especialização: Telemática; Superiores: Tecnólogos em Agronegócio, Gestão Pública, Sistemas Elétricos e Sistemas para Internet; Licenciaturas em Física e Matemática e Bacharelado em Engenharia Civil; Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Administração, Agrimensura, Agronegócio, Eletrotécnica, Eventos, Informática, Mecatrônica; Técnicos Subsequentes: Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Hospedagem, Informática, Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho; Proeja: Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores.

O ***Campus Paraíso do Tocantins***, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso - CEP e fez parte do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Implantado em 2007, o *campus* Paraíso do

Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 5 de novembro do mesmo ano, mas sua inauguração oficial ocorreu somente no dia 8 de novembro.

Este *Campus* dispõe de uma área de 19,73 hectares. Sua estrutura conta com salas de aula, biblioteca, auditório, laboratórios de informática, saneamento e alimentos, além de ambientes administrativos.

O *Campus* Paraíso do Tocantins atua na oferta de cursos nos níveis básico e superior, sendo que são disponibilizadas anualmente cerca de 300 vagas. Entre 2011 e 2012 o campus também ofereceu um total 10 (dez) cursos, sendo 2 subsequentes, 3 médio integrado, 1 de tecnologia, 2 de licenciatura, 1 bacharelado e 1 curso de pós-graduação *Lato sensu*.

Também em 2012 foi feita ampliação e modernização da infraestrutura com a pavimentação do estacionamento, readequação das instalações elétricas e a construção de um bloco de salas de aula.

O ***Campus Araguaína***, foi criado em agosto de 2008, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e o IFTO, e passou a ofertar o curso Técnico em Enfermagem da então Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína.

Tem papel importante na região, ofertando cursos de qualidade para atender a crescente demanda de profissionais. Com ênfase na oferta de cursos na área da saúde, o campus conta com estrutura de laboratórios de análises clínicas e anatomia, além de outros espaços que contribuem para o aprimoramento do conhecimento teórico aliado à prática. O campus também oferece cursos voltados para a área de informática, que, atualmente, é uma das principais demandas do mercado de trabalho. Além da recente ampliação nos ambientes administrativos e educacionais, encontra-se em andamento a construção de mais 12 salas de aula, ambiente estudantil de vivência, dentre outros espaços importantes para a unidade. O campus se encontra hoje com os cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio: Informática; Técnicos Subsequentes: Análises Clínicas, Enfermagem, Gerência em Saúde e Informática para Internet; Em processo de criação: Curso superior em Tecnologia da Informação Proeja: Vigilância em Saúde.

O ***Campus Gurupi***, instalado no edifício da antiga unidade do Centro Universitário da UNIRG, foi doado pela Prefeitura Municipal de Gurupi e ocupa uma

área de 20.000m². O *campus* foi inaugurado oficialmente em 1º de fevereiro de 2010, mas suas atividades foram iniciadas no segundo semestre do mesmo ano. O campus Gurupi é considerado referência no ensino técnico na região sul do Estado. Em 2011, a primeira turma do curso técnico em Artes Dramáticas colou grau, um importante momento para a consolidação da unidade. A sua expansão pode ser observada também na estrutura física, que em 2012 foi concluído a obra do auditório, também houve conclusão do ginásio de esportes e o início da construção da Cabine de Medição e Arranjo Geral de Energia.

Entre 2011 e 2012 foram ofertados mais 5 cursos tendo então Curso Superior: Licenciatura em Artes Cênicas; Técnico Integrado ao Ensino Médio: Agronegócios; Técnicos Subsequentes: Agronegócios, Artes Dramáticas e Edificações; Proeja: Comércio.

O **Campus Porto Nacional**, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, consolidando um dos frutos do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo suas aulas iniciadas em 02 de agosto do mesmo ano. O *Campus* Porto Nacional atende mais de 400 alunos, com a previsão de constante crescimento. Os cursos ofertados são voltados para as áreas de informática e logística, além de curso na área ambiental que está em processo de implantação.

Para atender a comunidade acadêmica, o campus conta com uma estrutura ampla, que está recebendo uma nova subestação de energia para garantir a instalação de aparelhos de ar condicionado em todas as salas da unidade, conclusão da construção de garagem de carros oficiais, a conclusão do bloco de laboratórios e o início da construção do bloco de salas de aulas.

Em 2011 e 2012 o campus também ofereceu para os seus alunos 6 cursos, sendo 2 subsequentes, 1 médio integrado, 1 PROEJA, 1 tecnológico e 1 de licenciatura. Cursos Superiores: Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Logística; Técnico Integrado ao Ensino Médio: Meio Ambiente; Técnicos Subsequentes: Informática e Logística; Proeja: Vendas.

1.3. Organograma Funcional

Organograma funcional, conforme as competências e distribuição estabelecidas no Estatuto do IFTO e Regimento Geral, disponíveis no sítio do IFTO: http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php.

ORGANOGRAMA IFTO (Organograma dos campi está no ANEXO B)



- A descrição das competências e das atribuições consta no Estatuto e Regimento Geral do IFTO disponível no sitio: http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php.

1.4. Macroprocessos Finalísticos do IFTO

- ✓ Ofertar educação básica e tecnológica em todos os níveis e modalidades;
- ✓ Desenvolver a educação profissional e tecnológica;
- ✓ Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior;
- ✓ Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino;
- ✓ Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

1.5. Macroprocessos de Apoio do IFTO

MACROPROCESSO DE APOIO	PRINCIPAIS PROCESSOS
Conselho Superior	O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política geral, regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto do IFTO e este regimento.
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto do IFTO e este regimento.
Comissão de Ética	É encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura, incumbindo-se de fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público, em conformidade com a legislação vigente.
Comissão própria de avaliação	Tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obedecidas as diretrizes normatizadas pela lei vigente.
Auditoria Interna	Órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
Gabinete do Reitor	É o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar e fomentar as ações administrativas da

	Reitoria.
Ouvidoria	A Ouvidoria será exercida por um Ouvidor nomeado pelo Reitor, como um serviço disponibilizado pelo IFTO, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição.
Procuradoria Federal	A Procuradoria Federal junto ao IFTO é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Advocacia Geral da União, na qual compete exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFTO, bem como outras atribuições conferidas pela legislação pertinente, nos termos da Lei 10.480/2002.
Pró-reitoria de Administração	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, planejamento, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFTO.
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento, de tecnologias da informação, de infraestrutura, planejamento estratégico e a articulação entre as Pró-reitorias e os campi.
Pró-reitoria de Ensino	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os campi.
Pró-reitoria de Extensão	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.
Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.
Diretoria de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de gestão de pessoas do IFTO, competindo-lhe supervisionar, controlar e acompanhar as atividades na área de administração

	de pessoal e capacitação de recursos humanos, além de assessorar o Reitor e Diretores-gerais dos campi.
<i>Campi</i>	Os <i>campi</i> do IFTO são administrados por Diretores-gerais e suas normas de funcionamento, instâncias deliberativa, consultivas, administrativas e acadêmicas são estabelecidas por seus respectivos regimentos internos, obedecendo às regulamentações do IFTO.

1.6. Principais Parceiros

PARCEIROS FEDERAIS:

Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Exército Brasileiro, OCB, INCRA, SENAR, SEBRAE, SESCOOP, UFT; Universidade Federal de Santa Maria –RS (UFSM), EMBRAPA; DENIT, ELETROBRAS/ELETRONORTE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Tribunal Regional Eleitoral;

PARCEIROS ESTADUAIS:

Secretaria Estadual de Educação, Secretaria da Fazenda, SEAGRO, SENAR-TO, SEBRAE-TO, SESCOOP-TO, CAPES, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública, EMBRAPA PESCA, FULBRA, NATURATINS; RURALTINS; Secretaria Estadual da Saúde; UNITINS;

PARCEIROS MUNICIPAIS :

Prefeituras Municipais de Palmas, Araguaína, Araguatins, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins,, Secretarias Municipais de Educação, Empresas Privadas oferecem estágios curriculares aos nossos estudantes.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 199, DE 18/01/2012. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1. Planejamento das Ações do IFTO

Não temos um planejamento estratégico consolidado por exercício. Porém o que estamos utilizando como plano de metas e ações para os anos de 2010 a 2014 é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, sendo este documento aprovado pelo Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e o Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

O PDI sistematiza os objetivos, as ações e as metas para proporcionar a oferta do ensino básico, tecnológico e profissional do Instituto Federal do Tocantins - nos exercícios de 2010 a 2014, juntamente com o Acordo de Metas e Compromissos, em cumprimento aos ditames da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Vinculação do PDI e Plano de Metas com o PPA do Governo Federal	
Programa/Objetivos/Metas/Iniciativas PPA 2012-2015	Programa/Objetivos/Metas/Iniciativas PDI 2010-2014 e Plano de Metas
Programa: 2031 – Educação Profissional e Tecnológica	Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica
Objetivo: 0582 – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	Objetivo: Democratizar o acesso e a permanência nos processos formativos implica na ampliação de oferta, na necessidade de reduzir taxa de evasão, na ocupação de vagas ociosas, e sua ocupação em todos os turnos, especialmente no período noturno.
Metas 2012-2015 – Ampliar o investimento público em educação em termos percentuais do Produto Interno Bruto do país de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Ampliar o investimento na construção de salas de aulas, laboratórios, biblioteca, auditório.
Elevar a relação aluno/professor nos Institutos	Celebrado Acordo de metas e compromisso

Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância como PNE 2011-2020.	entre o MEC e o IFTO, no qual estabelece uma meta de alcance de 20 alunos matriculados por professor.
Elevar o número de escolas na rede federal de educação profissional e tecnológica para 622; Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio.	Aumento de sala de aula, contratação de professores, criação de novos cursos.
Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.	Aumentar o número de vagas para 11.840 até 2014, sendo 1.735 vagas para o curso técnico de nível médio subsequente; 3.440 vagas para curso técnico de nível médio integrado; 1.230 vagas para curso técnico de nível médio Proeja; 2.940 para curso de licenciatura e 2.495 vagas para curso superior de tecnologia, engenharia e saúde. Regulamentação da política do programa de assistência estudantil no âmbito do IFTO.
Iniciativas – 02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação de acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.	Criação de novos campi, reformas e ampliação dos campi já existentes, abrangência da EAD em novos municípios e criação de novos cursos, execução do PRONATEC, mulheres mil.
029Z – Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.	O IFTO é habilitado para atuar nas duas frentes, na modalidade à distância, propostas pelo MEC e atualmente tem seu foco maior no Programa e-Tec. O IFTO, por meio de seu Departamento de Educação a Distância, apresentou quatro projetos de cursos técnicos subsequentes à distância para o período de 2009 a 2010: Técnico em Marketing, Técnico em Agroecologia, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Secretariado, com um número total de 900 vagas. Pretende-se implantar, no período de 2010 a 2014, mais três pólos e mais seis cursos técnicos subsequentes. A proposta de expansão do departamento de educação a distância do Instituto prevê, também, a implantação de dois cursos de licenciatura, iniciando o primeiro curso no segundo semestre de 2010 e o segundo no primeiro semestre de 2011.
02A5 – Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e	Mulheres mil.

beneficiários de programas sociais.	
02A2 – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão.	Pós-graduação <i>Latu sensu</i> - Está em desenvolvimento um curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , já com duas turmas. Novos cursos deverão ser ofertados, a partir das áreas de atuação. <i>stricto sensu</i> .
Objetivo 0588 – Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Objetivos: Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
Metas 2012-2015 – Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.	Mulheres Mil
Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnica de nível médio.	Implantar programa de reconhecimento de saberes não formais para fins de certificação e acreditação profissional.
Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Oferecer 1.230 vagas em cursos PROEJA pelos <i>campi</i> do IFTO, das quais representam 10,39% do total de vagas propostas para o período de 2010-2014.
Iniciativas - 02B3 – Ampliação da oferta de cursos de formação inicial, continuada e técnica de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte ético-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência de estudantes.	PROEJA

Fonte: PPA (2012-2015), PDI (2010-2014) e Acorde de Metas.

2.1.1. Competência do IFTO

De acordo com a lei 11.892 de 28 de dezembro de 2008, sobre a competência dos Institutos Federais de Educação:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e **multicampi**, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

2.1.2. Missão

Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

2.1.3. Visão de Futuro

Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

2.1.4. Objetivos estratégicos

Diante da nova institucionalidade o principal desafio do IFTO é:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a Infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no

mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFTO;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

IX. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

CONTEXTO: O Sistema de Educação Profissional no Brasil está efetuando reformas significativas de natureza estrutural para compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço científico e tecnológico. Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, já adotou um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a Instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante no desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, mediante assinatura e execuções de cláusulas conveniais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

O ano de 2012 foi um ano muito produtivo para o Instituto Federal do Tocantins, com a continuidade no processo de modernização e expansão de suas unidades funcionais já em funcionamento, bem como o início das obras de mais dois novos *campi* no estado do Tocantins, localizados nos municípios de Colinas do Tocantins e

Dianópolis. Podemos destacar também a finalização do processo da compra da sede da Reitoria; a continuidade das obras da biblioteca do campus Palmas; o concurso público realizado para o preenchimento de 98 vagas para docentes e técnico-administrativos além das diversas ações adotadas para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem aplicadas nesta instituição.

LIMITAÇÕES INTERNAS: greve dos técnico-administrativos e docentes.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Os resultados alcançados pela execução das ações planejadas pelo IFTO, durante o ano de 2012, por Pró-reitoria, foram:

Pró-reitoria	Resultados Alcançados
Ações da Pró-reitoria de Ensino	✓ O IFTO ofertou em 2012 um total de 62 cursos (presencial e EAD) conforme dado extraído do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) em dezembro de 2012, subdivididos em: Técnicos (subsequente – presencial e a distância, integrado e concomitante); Graduações (Licenciatura, Tecnologia, Bacharelado) e Pós-graduação (<i>Lato sensu</i>) presenciais. Sendo assim, foi oferecido um total de 4026 vagas, distribuídas em todos os <i>campi</i> do IFTO. ✓ Criação do Programa de Educação Tutorial (PET), implantado no curso de bacharelado em Engenharia Civil. ✓ Construção do Manual do Candidato (ainda não finalizado). ✓ Capacitação de 15 servidores para utilização do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). ✓ Capacitação de 12 servidores – Censo Escolar (Educacenso). ✓ Reconhecimento de 3 cursos de graduação: Licenciatura em Computação (campus Porto Nacional); Licenciatura em Matemática (campus Palmas); Tecnologia em Logística (campus Porto Nacional). Todos os cursos passaram por processo de avaliação <i>in loco</i>.
Ações da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	✓ Proposição de Regulamentos do Programa de Iniciação Científica: Em 2011 foram publicados editais para cada modalidade de bolsa de IC por órgão fomentador sendo 6 editais: PIBITI/IFTO, PIBITI/CNPq, PIBIC/IFTO, PIBIC/CNPq, ICJ/IFTO, PIBICEM/CNPq. Em 2012 os editais foram publicados por órgão fomentador, reduzindo para 3: 1 Edital para PIBIC, PIBITI e ICJ fomentados pelo IFTO; 1 Edital para PIBIC e PIBITI fomentados pelo CNPq e; 1 edital do PIBICEM fomentado pelo CNPq;

	✓ Proposição de Regulamento do Programa de Apoio ao Pesquisador: Proposição de uma minuta do regulamento do programa de apoio ao pesquisador; envio para os coordenadores de pesquisa dos campi para discussão junto à comunidade; encaminhamento à PROJUR para parecer jurídico; apresentação e aprovação no Colégio de Dirigentes e Conselho Superior do IFTO; ✓ Organização do Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (VII CONNEPI): Ações executadas e muitos estudantes do IFTO publicaram artigos científicos no CONNEPI e também na JICE; estudantes que não tiveram seus artigos aprovados no CONNEPI apresentaram na JICE em paralelo ao CONNEPI; ✓ Estabelecer parcerias para realização de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (MINTER e DINTER): Ações planejadas e executadas com duas instituições: Departamento de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (Minter) e, Departamento de Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo (Dinter); ✓ Apoiar a criação de cursos de pós-graduação lato sensu: Ações relativas aos cursos de pós-graduação lato-sensu realizadas tendo aprovado uma especialização em Docência da Educação Profissional e Tecnológica; ✓ Realizar o I Workshop de pós-graduação do IFTO: Todas as ações relativas ao I Workshop de Pós-graduação foram executadas com sucesso.
Ações da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	✓ Ampliação, modernização e informatização das bibliotecas no campus de Palmas e de Araguatins (ainda em fase de conclusão); ✓ Construção e ampliação de laboratórios educacionais nos <i>campi</i> Porto Nacional e Araguatins (as obras do campus Araguatins ainda está em fase de conclusão); ✓ Ampliação e modernização da infraestrutura dos <i>campi</i> Araguaína, Araguatins, Gurupi, Paraíso, Porto Nacional, Palmas, Colinas, Dianópolis e da Reitoria.
Ações Pró-reitoria de Administração	Execução de 93% do orçamento de 2012 para a ação de Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (custeio e capital), dentre outros: ✓ Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split – Tecnologia Inverter; ✓ Contratação de Empresa para Gerenciamento de Abastecimento e Manutenção de Veículos Oficiais; ✓ Contratação de Empresa Especializada em Serviços Gráficos; ✓ Aquisição de Equipamentos para os diversos Laboratórios desta Instituição; ✓ Aquisição de Material de Expediente; ✓ Fornecimento de Periódicos (Revistas, etc.); ✓ Aquisição de Veículos Oficiais tipo Pick-Up; ✓ Aquisição de Veículos Oficiais tipo Micro-ônibus; ✓ Aquisição de Implementos Agrícolas; ✓ Aquisição de Mobiliário em Geral; ✓ Aquisição de Material Esportivo; ✓ Contratação de Empresa Especializada em Exames Periódicos

	- para os servidores desta Instituição; ✓ Contratação de Empresa Especializada na Realização de Eventos de Grande Porte (VII CONNEPI); ✓ Aquisição de Computadores, Notebooks e Tabletes; ✓ Contratação de novos Links de Internet para a maioria das unidades.
Ações Pró-reitoria de Extensão	✓ PROGRAMA DE BOLSA DE EXTENSÃO (PBEX) IFTO – visa viabilizar a integração do conhecimento científico e tecnológico com as demandas sociais. ✓ Programa Mulheres Mil ; - Projetos em APL desenvolvidos através do PBEX ; - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) -- Programa de Assistência ao Educando; - Convênios, Cooperações Técnicas e Parcerias com empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais;

Fonte: PROEN, PROPI, PRODI, PROEX e PROAD

2.4. Indicadores

Os indicadores utilizados para medir o desempenho da gestão do IFTO bem como para medir a efetividade dos seus principais processos e de seus resultados alcançados são os indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão TCU – ACÓRDÃO 2.267/2005 – Plenário.

Os seguintes indicadores estão relacionados no quadro abaixo:

NOME DO INDICADOR – Acórdão TCU nº 2267/2005	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Relação candidato/vaga	Indica o percentual entre número de candidatos e número de vagas por meio de processo seletivo, vestibular ou outras formas de ingresso.
Relação ingressos/alunos	Indica a relação entre o número de alunos ingressantes e o número de alunos matriculados
Relação concluintes/alunos	Indica a relação entre o número de alunos concluintes e o número de alunos matriculados
Índice de eficiência acadêmica (concluintes)	Indica o percentual entre alunos aptos a colar grau e alunos ingressantes

Índice de retenção do fluxo escolar	Indica o percentual de alunos reprovados que trancaram a matrícula entre o total de matriculados
Relação alunos/docente em tempo integral	Indica o percentual entre alunos matriculados e a quantidade de docentes em regime de 40h
Índice de titulação do corpo docente	Indica a titulação de docentes graduados, aperfeiçoados, especializados, mestres e doutores.

Fonte: Relatório de Gestão IFTO 2011

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

R - Na estrutura organizacional do IFTO, o controle no âmbito da unidade, conforme regulamento Geral do IFTO, é exercida pelo Conselho superior, de caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política institucional em geral, tem Regulamento Interno próprio e está em conformidade com o estabelecido com o Estatuto e Regimento Geral do IFTO.

E pela Unidade de Auditoria Interna, órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A Unidade de Auditoria Interna, conforme Regimento Geral do IFTO está diretamente subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo do IFTO. Sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS:

3.2.1. Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de				x	

fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitirão gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: No item 4, o código de ética da Instituição está em construção e a minuta foi divulgada no sítio do IFTO e no e-mail institucional dos servidores, no dia 28/02/2013, com prazo de trinta dias, para conhecimento e sugestões da comunidade do IFTO e após o prazo será encaminhada ao Conselho Superior para Aprovação. Quanto à avaliação dos riscos que podem comprometer as metas institucionais, o IFTO não formalizou os riscos de forma sistemática, no entanto conta com o apoio da Unidade de Auditoria Interna para monitoramento dos controles internos, todos os processos aquisição de bens/serviços e de construção de obras de engenharia são analisados pela Procuradoria Federal junto ao IFTO, assim como					

os aditivos, ao longo dos exercícios tem regulamentado atividades que contribuem para a prevenção de riscos e prejuízos ao patrimônio público, as minutas das normativas interna da instituição são disponibilizadas no sítio do IFTO e e-mail institucional dos servidores para sugestões e em algumas minutas são promovidas reuniões com os gestores e servidores para discutir itens controversos e posteriormente encaminhadas ao Conselho Superior para aprovação. Nas reuniões do Colégio de Dirigentes, além de assuntos pontuais de sua competência o espaço é aproveitado para discutir ações de planejamento e avaliações de riscos, que são devidamente registradas nas Atas das reuniões.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO-Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correção da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão;

R - No exercício de 2012, o IFTO montou um cadastro de servidores interessados em participar de comissão de PAD, os mesmos estão sendo capacitados pela CGU, sendo a Unidade de Auditoria Interna responsável pela atualização do cadastro e seleção dos servidores que irão participar das comissões de PAD e atualização do sistema de correção da CGU (CGU-PAD) e acompanhamentos dos processos disciplinares. Para as competências e atribuições das comissões de PAD utilizam-se as disposições da Lei 8.112/90 e Lei 9.784/99 e o manual de PAD da CGU.

3.4. Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correção da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

R - O IFTO está cumprindo as disposições da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, sendo os servidores Cícero Salatiel Pereira Lopes e Rosana Sara da Silva Brito, responsáveis pelos cadastros dos PAD's no sistema CGU-PAD.

4. PARTE A, ITEM 4 , DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código		20RG				
Descrição		Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa		02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.200.000,00	10.491.522,00	7.199.999,59	7.750,38	7.750,38	7.192.249,21	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga disponibilizada	unidade	160	982	7.200.000,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

Ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Como podemos verificar nos dados acima, houve cumprimento de metas em 614% além do previsto, devido principalmente à abertura de novos cursos nos campi do interior e ampliação de infraestrutura destes mesmos campi para acomodar a ampliação do número de alunos, ainda assim houve a perspectiva das 160 vagas abertas com o início do funcionamento

do campus Dianópolis previsto para 2012 e, que como sabemos ficou para o primeiro semestre de 2013, não sendo computados nesta apuração.

Ainda tivemos uma retração no número de alunos do campus Palmas, pelo motivo do prolongamento do período de greve, sendo que sem isso, os valores de ultrapassagem da meta seriam majorados.

Como já havíamos mencionado a abertura de novos cursos, nos campi do interior, foi o principal motivo de superação significativa das metas. Verificamos que com a abertura de novos campi dentro IFTO, a estimativa de ampliação de novas vagas deve crescer bastante no próximo ano. Sendo que para uma melhor apuração das expectativas de crescimento do número de vagas, devemos, portanto realizar um estudo minucioso junto a Pró-reitoria de Ensino para uma melhor estimativa da criação de vagas para o próximo período.

O grande valor registrado em restos a pagar não processados se deve ao fato de que as despesas com investimentos realizadas nesta ação por si tratar de obras e instalações são em sua maioria licitada no segundo semestre, especificamente no final do ano, gerando assim um montante considerável registrado nesta conta.

Identificação da Ação						
Código			20RL			
Descrição			Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			
Iniciativa			02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.			
Unidade Responsável			Instituto Federal do Tocantins			
Unidade Orçamentária			26424 – Instituto Federal do Tocantins			
Código			20RL			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.715.323,00	34.594.827,00	28.432.549,14	18.565.553,54	1.241.810,23	9.866.995,60	17.323.743,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	unidade	7.511	9.602	29.489.621,00	17.323.743,31

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Tem em sua meta prevista 7.511 alunos matriculados e que foi superada em 28%, totalizando ao final do exercício 9.602 alunos matriculados. Não houve problema na execução que comprometesse o atingimento da meta. Sobre a superação da meta prevista, essa se deu em grande parte pela expansão da educação à distância no IFTO, com mais um Campus fazendo a oferta desta modalidade de ensino, bem como da ampliação de 6 (seis) polos para (quinze) 15 polos fazendo a oferta da Educação profissional em quase todas as regiões do estado. É importante ressaltar que nesta ação houve uma suplementação significativa o que possibilitou a superação da meta e manteve o funcionamento das atividades, garantindo assim uma melhora nos serviços prestados a comunidade. Dos recursos destinados a manutenção do IFTO, quase que em sua totalidade estão alocados nesta ação que realiza despesas com diárias, auxílio financeiro a estudante e pesquisador, material de consumo, passagens, outros serviços de terceiros - pessoa física, locação de mão-de-obra, outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, locação de imóveis, indenizações e restituições, obrigações tributárias e contributivas e outros. Sendo esta uma ação prioritária do IFTO, tem se também recursos alocados para custeio de obras e instalações, equipamentos e material permanente e acervo bibliográfico. Com relação a Restos a pagar não processados, estes representaram 28,52% da dotação final, e estão alocados em quase toda sua totalidade em obras e instalações, que irão ser finalizadas no decorrer do ano de 2013.

Identificação da Ação	
Código	2994
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.
Unidade Responsável	Instituto Federal do Tocantins
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.141.643,00	3.141.643,00	2.361.862,57	2.048.862,32	112.597,17	313.000,25	1.936.265,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno assistido	unidade	2.500	1.614	3.141.643,00	1.936.265,15

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

Os recursos previstos para a ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional, tem sua origem nas dotações orçamentárias aprovadas para esta instituição, bem como na fonte própria e na fonte proveniente de aplicação dos recursos arrecadados por este órgão. Tanto em 2012 como em 2011 todos os seis campi e reitoria executaram esta ação que tem como produto o Aluno Assistido, visando dessa forma diminuir a evasão escolar por parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, assegurando não somente o bem estar dos beneficiários, mas também estimulando a participação e afirmação dos alunos em atividades nas respectivas áreas de formação. Os benefícios foram concedidos em várias modalidades como: auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio emergencial, auxílio aos pais estudantes, bolsa estudante colaborador, assistência médica, odontológica e psicossocial, auxílio arte/cultura/esporte/lazer, inclusão digital, auxílio material didático, auxílio uniforme, auxílio de formação profissional, café da manhã, almoço, jantar e outros, considerando ser esta a mais importante estratégia de permanência do corpo discente nesta Instituição Federal de Ensino.

Os recursos de Assistência Estudantil são disponibilizados aos estudantes que atendem aos pré-requisitos constantes no Edital publicado em cada *Campus* obedecendo ao Regulamento de Assistência Estudantil, aprovado pela Resolução nº. 04/2011.

O ano de 2012 foi um ano atípico de anos anteriores devido ao longo período de greve na Rede Federal de Ensino, que se iniciou em junho, finalizando somente em setembro, com os acordos de greve.

O atendimento previsto de 2500 e o atendido 1.614 que fixa um percentual de 65% apresentado no sistema SIMEC, é referente ao número de bolsa de auxílio ao estudante somente a 1 (um) mês (setembro) do programa, conforme orientação dos Gestores do SIMEC que fosse colocado o mês com o maior número de bolsas, e não o somatório anual das bolsas. Como pode constatar pela tabela abaixo, foram atendidos durante o ano letivo 14.351 bolsa de auxílio estudantil, sem os dados do campus Paraíso que não apresentou seu relatório até o fechamento do Sistema. O quadro abaixo encontra-se com alterações devido alguns dados terem sido informados somente após o fechamento do sistema.

Número de Estudantes atendidos com auxílios de acordo com o Programa de Assistência ao Estudante:

Campus	Araguaína	Araguatins	Gurupi	Palmas	Paraíso	Porto Nacional	Reitoria	Total
Janeiro	---	554	---	218	*	---		772
Fevereiro	---	872	---	269		---		1.141
Março	---	652	91	269		---		1.012
Abril	27	775	91	---		---		893
Mai	35	908	91	144		144	94	1.416
Junho	35	830	91	130		130		1.216
Julho	31	12	89	124		24		280
Agosto	33	584	88	123		24		852
Setembro	185	852	88	362		127		1.614
Outubro	320	852	86	318		127	46	1.749
Novembro	302	852	84	376		52	178	1.844
Dezembro	259	868	84	351		---		1.562
Total	1.227	8.611	883	2.684		628	318	14.351

Fonte: SIMEC/PROEX/Coordenação de Assistência ao Educando

* O campus Paraíso não apresentou os dados dentro do período de fechamento do SIMEC.

4.2. Quadro A.4.6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	0181
Descrição	Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Cíveis
Unidade Responsável	Instituto Federal do Tocantins
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
326.298,00	481.298,00	364.975,59	364.975,59	0,00	0,00	364.975,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis, tem a premissa de garantir aos beneficiários o pagamento de sua aposentadoria e pensões legalmente determinado aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio. As aposentadorias são concedidas por força de disposição legal (compulsória) e a pedido do interessado (voluntaria), de acordo com disposições legais. A pensão decorrente de morte de servidor em atividade de acordo com os artigos 215 e 216 da Lei 8.112/90 ou em caso de separação.

É importante ressaltar que não ocorreu contingenciamento de recursos nesta ação, pois da dotação inicial prevista houve uma suplementação de aproximadamente 47,50%, colaborando positivamente para o atendimento da ação proposta. Não ocorreu inscrição de valores em restos a pagar tendo em vista se tratar de despesas com pessoal e que toda despesa empenhada foi liquidada e paga.

Identificação da Ação						
Código				00H1		
Descrição				Pagamento de Pessoal Ativo da União		
Unidade Responsável				Instituto Federal do Tocantins		
Unidade Orçamentária				26424 – Instituto Federal do Tocantins		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

38.078.973,00	46.078.973,00	45.631.164,75	45.631.164,75	0,00	0,00	45.631.164,75
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

A Ação 00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo da União contempla o maior volume de recursos orçamentários e financeiros do IFTO, tendo em vista esta ação ser a responsável pelos pagamentos de Contratação por Tempo Determinado, Outros Benefícios Assistenciais, Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, Sentenças Judiciais, Despesas de Exercícios Anteriores, Contribuições Patronais e outros. Não houve problemas na sua execução, porém a sua dotação inicial foi suplementada em mais de 21%, isto em decorrência da reposição da força de trabalho, objeto de concurso público, como também dos reajustes salariais. Foi dado provimento para cargos de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e para cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação, conforme editais de homologação Edital nº 12, de 1º de julho de 2010, cujo prazo expirou em 01/07/2012, Edital nº 13, de 1º de julho de 2010, prorrogado pelo edital nº 20 de 6 de junho de 2012, Edital nº 41, de 20 de setembro de 2012, D.O.U. 24/09/2012 e Edital nº 43, de 20 de setembro de 2012, D.O.U. 24/09/2012. Da sua dotação final foi executado 99,02%, o mesmo sendo liquidado e pago no exercício.

Identificação da Ação						
Código		00ID				
Descrição		CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
40.210,00	40.210,00	40.210,00	40.210,00	0,00	0,00	40.210,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	1	1	40.210,00	40.210,00

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC/QDD SIMEC

Análise Crítica:

A ação 00ID – Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, tem seus recursos alocados exclusivamente para pagamento da anuidade, com isso não houve problemas na sua execução. Da sua dotação inicial não houve contingenciamento nem suplementação e todo valor disponibilizado foi empenhado, liquidado e pago.

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.066.649,00	8.768.891,00	8.489.466,83	8.489.466,83	0,00	0,00	8.489.466,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

O orçamento de Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (ação 09HB) foi cumprido na íntegra e executado em conformidade com a legislação pertinente em vigor. Houve suplementação de 24,08% da sua dotação inicial em virtude das novas contratações de pessoal, objeto de concurso público, como também dos reajustes salariais. Foi dado provimento para cargos de Professor do

Ensino Básico Técnico e Tecnológico e para cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação, conforme editais de homologação Edital nº 12, de 1º de julho de 2010, cujo prazo expirou em 01/07/2012, Edital nº 13, de 1º de julho de 2010, prorrogado pelo edital nº 20 de 6 de junho de 2012, Edital nº 41, de 20 de setembro de 2012, D.O.U. 24/09/2012 e Edital nº 43, de 20 de setembro de 2012, D.O.U. 24/09/2012. Embora tal ação tenha sido executada exclusivamente pela Reitoria por se tratar de despesas com pessoal, a mesma foi executada com eficiência tendo em vista que 96,81% da sua dotação final foram executados e todos os servidores foram assegurados pelo Regime de Previdência, através das contribuições descontadas bem como dos demais repasses patronais efetivados pelo IFTO.

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.066.649,00	8.768.891,00	8.489.466,83	8.489.466,83	0,00	0,00	8.489.466,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC/SIAPE Saúde

Análise Crítica:

A ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes é desenvolvido no âmbito do Instituto através de auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. No exercício de 2012, esta ação teve sua meta física prevista atingida em sua totalidade, embora tenha ocorrido erro no preenchimento dos dados no SIMEC registrando apenas 479 na meta física realizada, o equivalente a 65%. O erro se deve ao fato de ter sido registrado apenas o número de servidores não sendo considerado o número de dependentes beneficiados. Observamos que houve uma suplementação de 43,07% na sua dotação inicial, o que contribuiu significativamente para o cumprimento da meta. Não houve problemas na execução desta ação. Das despesas empenhadas o que corresponde a 98,23% da dotação final, 100% foram liquidadas e pagas, desta forma, é admissível se avaliar como eficiente a gestão da ação e que as metas foram integralmente cumpridas.

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
138.000,00	174.361,00	168.235,85	168.235,85	0,00	0,00	168.235,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	unidade	174	195	143.361,00	168.235,85

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

O pagamento da ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados foi efetivado por meio de solicitação do servidor com os documentos legais necessários, que é pago até a criança completar seis anos de idade e tem por objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes no que tange a educação. Em 2012 houve um aumento de 12% entre a meta física prevista e a realizada para o exercício, a diferença ocorreu em razão do concurso público realizado, com as admissões realizadas consequentemente houve aumento no número de servidores que fazem jus aos benefícios com isso houve também uma suplementação de 26,34% da dotação inicial. Não ocorreram problemas na execução desta ação e do total das despesas empenhadas o que corresponde a 96,48% da dotação final, 100% foram liquidadas e estes valores em sua totalidade foram pagos.

Identificação da Ação	
Código	2011
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Unidade Responsável	Instituto Federal do Tocantins
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
540.000,00	540.000,00	502.677,41	502.677,41	0,00	0,00	502.677,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	292	227	540.000,00	502.677,41

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

A ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, de natureza jurídica indenizatória, é destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, nos limites da legislação atinente à matéria. O benefício é pago mediante apresentação de formulário próprio acompanhado pelo comprovante de residência, que responsabiliza o servidor pelas informações prestadas. O valor do referido auxílio é calculado pelo SIAPE, levando-se em consideração o vencimento básico de cada servidor e a despesa de transporte entre residência trabalho e vice-versa. A execução da meta física realizada em 2012 abrangeu 227 servidores, sendo 78% do total previsto, como o pagamento é feito mediante requerimento, a meta prevista não foi alcançada por não haver demanda no requerimento do benefício. Não houve problemas na execução desta ação e a sua dotação permaneceu inalterada. Das despesas empenhadas correspondentes a 93,08% da sua dotação tivemos a sua totalidade liquidada e paga.

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

2.640.000,00 2.880.000,00 2.877.637,10 2.877.637,10 0,00 0,00 2.877.637,10

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	724	872	2.640.000,00	2.877.637,10

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

O pagamento do Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – Ação 2012 teve a sua meta física prevista superada em 20%. A diferença a maior se deu em decorrência de várias admissões em razão do provimento de cargos ofertados através de concurso público. Assim houve suplementação na dotação inicial de 9,09%, contribuindo dessa forma para superação da meta. Não houve problemas na sua execução visto que foram empenhados e pagos 99,91% da dotação final.

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
48.589,00	48.589,00	48.589,00	0,00	0,00	48.589,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	270	270	48.589,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise Crítica:

A Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos estão fundamentados no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009. Conforme a Portaria Normativa SRH nº 03, de 30 de julho de 2009, os órgãos/entidades públicas federais são responsáveis pela organização dos exames periódicos de seus servidores. No IFTO o processo se deu através de licitação. Apesar de a licitação ter sido realizada cumprindo todos os requisitos exigidos no primeiro momento não houve interessados, sendo necessário ser republicada mais de uma vez. Um dos motivos de não haver interessados é o fato do IFTO ter uma estrutura multicampi, além das peculiaridades que o processo requer. Por esse motivo tivemos dificuldades, só sendo possível iniciar os trabalhos no segundo semestre de 2012.

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Instituto Federal do Tocantins				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
460.000,00	481.848,00	377.379,84	372.958,38	0,00	4.421,46	372.958,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	250	216	481.848,00	372.958,38

Fonte: Siafi Gerencial/SIMEC

Análise crítica:

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Embora não tenha sido executada integralmente, mas consideramos que esta

ação foi executada com êxito atingindo 86% da meta física prevista. Da sua dotação inicial houve uma suplementação acima de 4,74%, porém não foi possível a execução em sua totalidade devido a alguns eventos voltados a capacitação dos servidores terem ocorridos no período da greve que teve a sua duração em torno de 3 (três) meses. Executamos o valor de R\$ 377.379,84 (trezentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), o que corresponde a 78,31% da dotação final desta ação. No entanto liquidamos 98,82% dos recursos empenhados, restando apenas 1,18% inscritos em restos a pagar não processados. A importância desta ação é traduzida na necessidade de aperfeiçoamento de nossos servidores a fim de se alcançar uma crescente melhoria na qualidade dos serviços prestados. Os recursos alocados nesta ação tiveram como objetivo a instrumentalização e a atualização nos métodos de trabalho e o aprimoramento das atividades executadas pelos servidores, tendo como base a meta física prevista. Na área da educação as capacitações se desenvolveram de diversas formas como: Participações em cursos de mestrados, pós-graduação, seminários, e outros. Na área administrativa ocorreram participações em cursos nas áreas de compras e licitações, fiscalização de contratos, contabilidade pública, financeira, gestão de processos, cerimonial e outros. O impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos contribuirá para melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados pelo IFTO.

4.3. Quadro A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	26424	158131

4.4. QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	45.471.920,00	31.167.607,00			26.345.951,00	20.265.115,00
	PLOA	45.471.920,00	31.167.607,00			26.645.951,00	20.265.115,00
	LOA	45.471.920,00	31.167.607,00			26.645.951,00	20.265.115,00
DIT OS	Suplementares	9.857.242,00	15.858.374,00			1.434.357,00	2.056.000,00

	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						-300.000,00	-101.971,00
Outras Operações								
Total			55.329.162,00	47.025.981,00			27.780.308,00	22.219.144,00

Fonte: Siasi Gerencial

4.5. QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		17.417.814,00	16.862.840,00				
	PLOA		17.117.814,00	16.862.840,00				
	LOA		17.117.814,00	16.862.840,00				
CRÉDITOS	Suplementares		300.000,00					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	8.446.728,00					
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			25.864.542,00	16.862.840,00				

Fonte: Siasi Gerencial

4.6. QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	71.817.871,00	51.432.722,00	17.417.814,00	16.862.840,00		
	PLOA	72.117.871,00	51.432.722,00	17.117.814,00	16.862.840,00		
	LOA	72.117.871,00	51.432.722,00	17.117.814,00	16.862.840,00		
CRÉDITOS	Suplementares		11.291.599,00	17.914.374,00	300.000,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos		8.446.728,00			
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		-300.000,00	-101.971,00			
Outras Operações							
Total		83.109.470,00	69.245.125,00	25.864.542,00	16.862.840,00		

Fonte: Siafi Gerencial

ANÁLISE CRÍTICA:

A proposta orçamentária é realizada em nível do IFTO, entretanto as origens de créditos orçamentário do grupo de despesas correntes 3 – Outras despesas correntes e 4 - despesas de Capital são tratadas individualmente com cada um dos Campi que compõe o IFTO, assim como a Reitoria, de forma a respeitar sua autonomia, no qual a posterior, consolida-se em uma única programação de créditos orçamentários.

A dotação proposta pelo IFTO tanto em 2011 quanto em 2012 houve compatibilidade com a proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA. Isto facilitou o planejamento estratégico da unidade. O Congresso Nacional ratificou a proposta orçamentária por esta UJ, assim, houve compatibilidade com os limites orçamentários estabelecidos pelo IFTO. A consecução dos objetivos e atingimento de metas ocorreram conforme proposto, não havendo qualquer alteração entre a dotação proposta e a aprovada pelo Poder Legislativo nos anos de 2011 e 2012.

Para as despesas com pessoal e encargos sociais são sempre programadas pela Reitoria do IFTO, no qual é responsável pela gestão de pessoal conforme estabelece sua lei de criação.

Em relação ao exercício de 2011 as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um acréscimo em 17,65% em 2012. Isto, devido ao ingresso de novos servidores aprovados e convocados por meio de concurso público, realizado e homologado no segundo semestre de 2010 e no primeiro semestre de 2012, tanto para docente como para técnicos administrativos, além de progressões por capacitações, titulações e tempo de serviço público respeitado os planos de carreiras das categorias funcionais. É pertinente ainda, mencionar a contratação de professores substitutos, contratados de forma temporária para atender situações excepcionais de interesse público, sempre em obediências aos requisitos legais.

Esta unidade não efetuou nos anos de 2011 e 2012 despesas classificáveis no grupo de despesa corrente – juros e encargos da dívida.

Para o grupo de despesas enquadradas como 3 - Outras despesas correntes, do exercício de 2011 para o de 2012 houve um acréscimo em 25,03%. O consequente crescimento na oferta de cursos nas diversas regiões do estado, nas modalidades de ensino da educação básica na forma concomitante, subsequente, superior e na ampliação de ofertas de cursos por meio de educação à distância, alavancou o número de matrículas e consequentemente em programações de despesas vinculadas ao Grupo de Despesas Correntes. A proposta orçamentária para este último está vinculada ao número de matrículas de alunos, bem como as unidades consideras em situação de implantação.

Os créditos destinados para o grupo 4 - Investimentos de 2011 para 2012 cresceram em 53,38%. Inicialmente é importante destacar que este acréscimo tão elevado está distorcido, visto que ele ocorreu principalmente em virtude da abertura de Créditos Extraordinários no valor de R\$ 8.446.728,00 (Oito milhões quatrocentos e quarenta e seis mil setecentos e vinte e oito reais). Estes créditos foram abertos para o IFTO em 2012 por meio da Medida Provisória nº 598 de 27 de dezembro de 2012, no qual prontamente foram bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal conforme consta na conta contábil 292120105 - CREDITO BLOQUEADO PELA SOF, mas estes bloqueios não comprometeram ações da unidade, visto que não estavam previstas tais créditos. Assim, com exclusão destes créditos o aumento real do grupo 4 – Investimento de 2011 para 2012 foi de somente 3,29%.

O acréscimo nos Investimentos possibilitou melhorar a infraestrutura de todo o IFTO, com aquisições de equipamentos e obras de ampliações em todos os Campi do IFTO, inclusive com a aquisição da sede da Reitoria do IFTO. Estes investimentos possibilitará uma ampliação, modernização, reestruturação das unidades do IFTO, para possibilitar a busca continuada pela excelência na qualidade do ensino.

O IFTO solicitou em abril de 2012, remanejamento de recursos na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) do Grupo de Natureza de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes para o grupo 4- Investimentos. Assim, a proposta original de dotação orçamentária foi alterada, por meio de Crédito Adicional Suplementar. Os demais créditos adicionais suplementares tanto no ano de 2011 quanto no ano de 2012 foram destinados exclusivamente para reforçar dotação originária declarada insuficiente para pagamentos de pessoal e encargos sociais, bem como para benefícios a servidores classificáveis em outras despesas correntes.

Os Créditos Extraordinários Abertos para o IFTO em 2012 ocorreu por meio da Medida Provisória nº 598 de 27 de dezembro de 2012, no qual prontamente foram bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal conforme consta na conta contábil 292120105 - CREDITO BLOQUEADO PELA SOF, mas estes bloqueios não comprometeram ações da unidade, visto que não estavam previstas tais créditos.

4.7. Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	150014		12122210909HB	12.603,96		
		150014		12122210920RH			4.381,90
		150014		1230621092012			10.354,75
		150014		1236320316380			797.274,46
		153173		1230620308744			233.191,41
		153173		12363203120RW			1.948.038,24
		153173		1236320318252			550.671,10
		410002		24573202513ZV			104.303,72
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da	Despesas de Capital		

		Conce- dente	Rece- bedora	ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	150014		12363203120RG	11.212.393,86		
		150014		1236320316380	522.579,95		
		153173		1236320318252	36.742,42		

Fonte: Siafi Gerencial

4.8. Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	14.946.619,42	10.284.702,08	13.900.050,48	9.899.977,88
a) Convite				
b) Tomada de Preços	223.683,70	124.608,14	223.683,70	31.054,98
c) Concorrência	1.410.757,19	1.088.650,89	1.189.295,99	1.088.650,89
d) Pregão	13.312.178,53	9.071.443,05	12.487.070,79	8.780.272,01
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	1.587.957,92	1.936.311,47	1.407.825,51	1.865.244,50
g) Dispensa	1.273.422,18	1.617.644,26	1.097.609,07	1.546.862,09
h) Inexigibilidade	314.535,74	318.667,21	310.216,44	318.382,41
3. Regime de Execução Especial	80.606,89	74.682,31	80.606,89	74.682,31
i) Suprimento de Fundos	80.606,89	74.682,31	80.606,89	74.682,31
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	58.804.114,35	51.806.642,58	58.803.284,02	51.806.642,58
j) Pagamento em Folha	58.034.157,53	51.093.991,53	58.034.157,53	51.093.991,53

k) Diárias	769.956,82	712.651,05	769.126,49	712.651,05
5. Outros	16.641.535,26	1.419.055,95	15.869.799,41	1.410.542,40
6. Total (1+2+3+4+5)	92.060.833,84	65.521.394,39	89.980.959,42	65.117.089,67

Fonte: Siafi Gerencial

4.9. Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	54.485.607,17	46.691.253,45	54.485.607,17	46.691.253,45	0,00	0,00	54.485.607,17	46.691.253,45
11–Vencimentos e vantagens fixas	43.034.479,13	37.016.293,39	43.034.479,13	37.016.293,39	0,00	0,00	43.034.479,13	37.016.293,39
13–Obrigações patronais	8.768.891,00	7.617.381,55	8.768.891,00	7.617.381,55	0,00	0,00	8.768.891,00	7.617.381,55
04–Contratação por tempo determinado	1.728.584,19	1.263.731,73	1.728.584,19	1.263.731,73	0,00	0,00	1.728.584,19	1.263.731,73
Demais elementos do grupo	953.652,85	793.846,78	953.652,85	793.846,78	0,00	0,00	953.652,85	793.846,78
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	25.772.809,29	19.543.490,07	20.960.042,44	16.031.561,20	4.812.766,85	3.511.928,87	20.187.476,26	15.840.678,88
37–Locação mão-de-obra	7.006.136,45	5.449.082,73	5.090.696,55	4.269.132,32	1.915.439,90	1.179.950,41	4.985.831,76	4.258.786,32

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

39–Outros serv. Terceiros. - PJ	5.697.375,28	5.039.257,12	4.171.534,93	3.357.450,12	1.525.840,35	1.681.807,00	3.897.390,46	3.254.936,33
30–Mat.consumo/46–Aux. alimentação	3.079.043,13	2.622.027,77	2.017.084,16	2.622.027,77	1.061.958,97	0,00	1.791.091,36	2.622.027,77
Demais elementos do grupo	9.990.254,43	6.433.122,45	9.680.726,80	5.782.950,99	309.527,63	650.171,46	9.513.162,68	5.704.928,46
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	17.417.011,26	16.454.399,38	4.804.522,59	2.798.579,74	12.612.488,67	13.655.819,64	4.214.930,99	2.525.157,34
51–Obras e instalações	9.100.388,21	9.220.600,87	1.604.136,96	1.182.204,05	7.496.251,25	8.038.396,82	1.382.675,76	1.088.650,89
52–Equipamentos e mat. permanente	8.301.630,19	3.733.798,51	3.185.392,77	1.616.375,69	5.116.237,42	2.117.422,82	2.817.262,37	1.436.506,45
92–Desp.Exerc.Ant./61- Aquis. imóveis	14.992,86	3.500.000,00	14.992,86	0,00	0,00	3.500.000,00	14.992,86	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.10. Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa paga
---------------------------	-------------------	--------------

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (l+m+n+o+p+q)	1.408.639,76	65.491,66	1.327.769,76	65.491,66
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão	1.408.639,76	65.491,66	1.327.769,76	65.491,66
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (r+s)	418.441,16	0,00	394.256,92	0,00
r) Dispensa	364.769,63	0,00	341.787,02	0,00
s) Inexigibilidade	53.671,53	0,00	52.469,90	0,00
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (u+v)	118.232,11	29.513,18	118.232,11	29.513,18
u) Pagamento em Folha	22.958,71	4.700,50	22.958,71	4.700,50
v) Diárias	95.273,40	24.812,68	95.273,40	24.812,68
11. Outros	1.693.784,69	178.679,00	1.687.228,69	178.679,00

12. Total (7+8+9+10+11)	3.639.097,72	273.683,84	3.527.487,48	273.683,84
--------------------------------	---------------------	-------------------	---------------------	-------------------

Fonte: Siafi Gerencial

4.11. Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

1 – Despesas de Pessoal	12.603,96	4.700,50	12.603,96	4.700,50			12.603,96	4.700,50
13-Obrigações patronais / 03-Pensões	12.603,96	4.700,50	12.603,96	4.700,50			12.603,96	4.700,50
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	3.647.301,78	637.546,14	3.271.347,01	256.983,34	375.954,77	380.562,80	3.160.386,77	256.611,24
39-Outros serv. Terc.-PJ	1.186.407,00	335.545,00	987.702,84	20.087,53	198.704,16	315.457,47	951.498,72	20.087,53
48-Outros aux. Fin.-PF / 18-Aux. Fin. a estud.	962.745,00	76.754,50	955.153,00	33.854,50	7.592,00	42.900,00	948.957,00	33.854,50
18-Aux. Fin. a estud. /48- Outros aux. Fin.-PF	768.553,69	71.424,00	686.793,69	63.264,00	81.760,00	8.160,00	686.433,69	63.264,00
Demais elementos do grupo	729.596,09	153.822,64	641.697,48	139.777,31	87.898,61	14.045,33	573.497,36	139.405,21
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	11.771.716,23	7.928.589,00	355.146,75	12.000,00	11.416.569,48	7.916.589,00	354.496,75	12.000,00
51-Obras e instalações / 61-Aquis. de imóveis	11.212.393,86	6.000.000,00	0,00	0,00	11.212.393,86	6.000.000,00	0,00	0,0
52-Equip. e mat. permanente	559.322,37	1.928.589,00	355.146,75	12.000,00	204.175,62	1.916.589,00	354.496,75	12.000,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica:

Para o exercício de 2012 o IFTO recebeu em crédito orçamentário por movimentação externa para despesas com Pessoal e Encargos Sociais R\$12.603,96, para outras despesas correntes R\$ 3.648.215,58 e para investimentos R\$ 11.771.716,23. As movimentações externas auxiliaram o IFTO na consecução dos seus objetivos, na ampliação da oferta de cursos, na modernização da estrutura, na formação de servidores, no intercâmbio por meio do projeto Brasil-França, na implantação do projeto SIGA-EPT – Renapi, na cooperação com o programa Pronatec, entre outros.

Estes recursos impactaram de maneira positiva para o IFTO durante o exercício de 2012, principalmente os créditos destinados a investimentos que representaram 76,34% do total de movimentações por meio de descentralizações externas e um acréscimo em 47,96% do total dos recursos de investimentos originários no PLOA-2012.

Esta unidade sempre buscou de forma sistemática optar pela modalidade de licitação Pregão na forma eletrônica. Desde 2009, internamente trabalha-se nas compras coletivas por meio do Sistema de Registro de Preços, no qual proporciona maior economia de escala, registra preços e quantidades para um período de 12 meses, com isto, evita-se o fracionamento de despesas, condenáveis pela legislação em vigor. Esta importante ferramenta beneficia todo o IFTO, pela economia processual, de esforço de recursos humanos, por fim, pela celeridade em atender demandas de aquisições já registras pelo SRP vigente. Destaca-se que apesar da evolução orçamentária, a unidade reduziu de 2011 para 2012 em 21,27% a contratação Direta por Dispensa de Licitação das despesas liquidadas e em 29,04% em despesas pagas. Assim, houve evolução positiva nas modalidades pregão e concorrência, conforme legislação em vigor, sendo as modalidades mais recomendáveis pelos órgãos de controle para adoção e procedimentos licitatórios. No primeiro momento destaca-se de forma negativa o acréscimo em 7,93% da utilização do suprimento de fundos concedida por meio de Cartão Corporativo do Governo Federal, mas quando avaliado pela evolução orçamentária, constata-se uma diminuição pelos valores totais executados.

Em relação aos créditos originários quanto a confrontação entre as despesas Empenhadas, Liquidadas, Inscritas e Restos a Pagar Não Processados e Pagas, não houve qualquer diferença as despesas relativas com pessoal, sendo que neste exercício não era emitida nota de empenho e também em obediência a legislação, não houve qualquer inscrição em restos a pagar, sendo tudo empenhado e pago dentro do exercício. Para as outras despesas correntes houve um aumento na inscrição em restos a pagar não processados, principalmente em virtude da Greve que atingiu o Instituto no segundo semestre de 2012, no qual ocasionou o retardamento do início de ações conjuntas dentro da unidade, no qual só foi possível voltar à normalidade da metade do segundo semestre em diante, assim, houve a necessidade de inscrição de empenhos em restos a pagar não processados por compromissos assumidos e pactuados pela unidade dentro do exercício de 2012. Destaca-se que as inscrições em restos a pagar não processados foram mais vultuosas nos Investimentos, isto devido a grande concentração de licitações de obras que normalmente ocorrem somente no segundo semestre, sendo que tais obras sempre tem terminados em exercício seguinte do licitado e empenhado, tornando-se necessários tais inscrições em RP.

5. PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/1/2012. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	464.676,82	-1.437,33	456.760,77	6.478,72
2010	141.819,85	-323,45	104.255,07	37.241,33
2009	86.765,90	-3.046,60	12.457,05	71.262,25
2008	17.715,22	-150,00	0,00	17.565,22
2006	2.280,11	0,00	0,00	2.280,11
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	25.464.900,31	-301.196,74	21.298.705,28	3.864.998,29
2010	1.175.987,99	-402.423,52	252.547,88	521.016,59
2009	-2.506,15	0,00	1.417,29	-3.923,44

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica:

A execução de restos a pagar segue a Lei 4.320/64, onde estabelece o prazo de 01 ano para execução findo o ano anterior. Os valores excessivos inscritos reflete uma política do Poder Executivo Federal no sentido de contingenciamento de limite para empenho, no qual boa parte é liberada próximo ao encerramento do exercício. As execuções dos RAP's seguem ordem de prioridade dentro do IFTO, para posteriormente partir para execução dos orçamentos vigentes. As licitações para contratações especializada em obras e serviços de engenharia sempre tem ocorrido no segundo semestre, no qual gera valores excessivos de RAP. Para os períodos financeiros anteriores a 2011 a execução de RAP segue base legal apoiada por Decreto Federal destinada a prorrogar a execução destes. Na medida da extinção do prazo decadencial para utilização dos saldos de RAP sem prorrogação para os mesmos, estes são efetuadas as devidas baixas no SIAFI.

Em função de recursos humanos insuficientes o IFTO tem buscado a liberação de códigos de vagas para o cargo de contador e técnicos em contabilidade, com a contratação dos novos servidores a Execução Orçamentária tende a melhorar os controles financeiros e orçamentários. Atualmente a Reitoria conta com apenas com 01 contador, sendo que os Campi de Araguatins e Gurupi não dispunha de nenhum contabilista concursado para tal função. Mesmo diante das dificuldades de operacionalização o IFTO vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. No final do exercício de 2012 a Proad exarou o Memorando Circular nº05/2012-IFTO/REITORIA/PROAD, solicitando a todas as Unidades do IFTO a verificação dos empenhos emitidos em 2012 e análise quanto à possibilidade de inscrição em restos a pagar conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os em Liquidação e A Liquidar. Ainda no mesmo Memorando foi alertado quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, conforme rege a legislação. Também foi encaminhado o Memorando Circular nº04/2012-IFTO/REITORIA/PROAD que tratava do calendário de encerramento e reforçando a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão. Esta unidade tem buscado a melhoria na execução orçamentária e a diminuição da inscrição de empenhos em restos a pagar, entretanto o próprio Governo Federal com a edição do Decreto Federal nº 7654 de 23 de dezembro de 2011 alterou o art. 68 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, no qual estabeleceu o prazo de execução dos restos a pagar não processados em 18 meses, para os recursos do Ministério da Educação financiados com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino desde que se tenha iniciada sua execução nos seguintes casos:

I - nos casos de aquisição de bens, a despesa verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e

II - nos casos de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

Este instituto tem procurado acompanhar a execução dos restos a pagar, mas como já mencionado, a escassez de recursos humanos por vezes posterga um monitoramento mais ostensivo desta execução, mas nada que a princípio possa afetar a legalidade no que se refere a estas execuções.

5.2. Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

**Valores em R\$
1,00**

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores		Total Geral	
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque		Fatura

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

158336	IFTO-Campus Palmas	0,00	0,00	15.949,81	15.949,81
158337	IFTO-Campus Araguatins	0,00	0,00	19.202,44	19.202,44
158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins	0,00	0,00	14.320,08	14.320,08
158511	IFTO-Campus Araguaína	0,00	0,00	5.126,09	5.126,09
158556	IFTO-Campus Gurupi	0,00	0,00	16.075,91	16.075,91
158557	IFTO-Campus Porto Nacional	0,00	0,00	9.905,03	9.905,03
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0,00	0,00	80.579,36	80.579,36

Fonte: Siafi

5.3. Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	158336	Limite de Utilização da UG	80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Kleryson Saraiva Freitas	825.306.101-34	80.000,00	0,00	15.949,81	15.949,81
Total Utilizado pela UG			0,00	15.949,81	15.949,81
Código da UG 2	158337	Limite de Utilização da UG	70.000,00		
Antônio Pires Teixeira	485.062.811-72	10.000,00	0,00	5.268,00	5.268,00
Jecivan Barbosa Rodrigues	409.261.501-97	30.000,00	0,00	11.194,03	11.194,03
José Ribamar de Sousa	360.652.501-04	10.000,00	0,00	2.740,41	2.740,41
Total Utilizado pela UG			0,00	19.202,44	19.202,44
Código da UG 3	158489	Limite de Utilização da UG	70.000,00		
Flávio Castro Batista	005.454.751-20	70.000,00	0,00	14.320,08	14.320,08
Total Utilizado pela UG			0,00	14.320,08	14.320,08
Código da UG 4	158511	Limite de Utilização da UG	48.000,00		
Natália Lelis G. Goulart	024.151.521-10	8.000,00	0,00	5.126,09	5.126,09
Total Utilizado pela UG			0,00	5.126,09	5.126,09
Código da UG 5	158556	Limite de Utilização da UG	80.000,00		
Edmundo Costa Oliveira	776.420.071-91	60.000,00	0,00	16.075,91	16.075,91

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Total Utilizado pela UG			0,00	16.075,91	16.075,91
Código da UG 6	158557	Limite de Utilização da UG	32.000,00		
Edilson Leite de Sousa	978.820.701-49	32.000,00	0,00	9.905,03	9.905,03
Total Utilizado pela UG			0,00	9.905,03	9.905,03
Total Utilizado pela UJ			0,00	80.579,36	80.579,36

Fonte: Siafi/Sistema BB

5.4. Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0,00	0	0,00	49	80.579,36	80.579,36
2011	0	0,00	7	3.210,00	46	71.298,32	74.508,32
2010	0	0,00	14	5.110,00	26	35.229,19	40.339,12

Fonte: Siafi

5.5. Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												

PC em Análise							4	19.202,4 4	5	16.961,5 9	4	19.998,5 6
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							16	61.376,9 2	15	55.606,7 5	9	44.415,3 6

Fonte: Siafi

Análise Crítica:

O Suprimento de Fundos é um adiantamento concedido a servidor, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesa, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor, na forma da Lei 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa com a Lei 8.666/93.

O IFTO somente utiliza o Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

Dá análise dos quadros acima se percebem que os gastos com suprimento de fundos em sua totalidade foram utilizados via fatura, não havendo dessa forma nenhuma despesa com saque, que também é uma excepcionalidade. Dos 6 (seis) campi que utilizaram o CPGF 5 (cinco) deles utilizaram apenas um servidor como suprido na UG, o que tornou o controle mais eficaz no âmbito do IFTO.

As despesas realizadas por meio de Suprimentos de Fundos, através do CPGF tem seu saldo registrado na conta contábil 1.9.9.9.6.24.02 – FATURA – Cartão de Pagamento do Governo Federal no SIAFI o valor de R\$ 81.970,59 (oitenta e um mil novecentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), porém desse montante R\$ 1.391,23 (um mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e três centavos), referem-se a pagamento de fatura do exercício de 2011 (paga em 10/01/2012), realizada pelo Campus Paraíso. No entanto subtraindo esse valor, teremos o valor real das FATURAS pagas em 2012 que é o valor demonstrado nos quadros acima.

As prestações de contas de Suprimento de fundos dos Campi Palmas, Paraíso, Gurupi e Porto Nacional foram todas aprovadas, porém os Campi Araguaatins e Araguaína têm alguns processos ainda em análise.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.1. Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		836	113	31
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		836	113	31
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		832	113	31
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		58	39	42
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		894	152	73

Fonte: SIAPE e DOU

A força de trabalho foi autorizada, através das Portarias Interministeriais nºs 56 de 20 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial de 25 de abril de 2011, anexo II alterado pela Portaria Ministerial nº 108 de 25 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2011. Foi dado provimento de cargos de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e de cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação, conforme editais de homologação Edital nº 12, de 1º de julho de 2010, cujo prazo expirou em 01/07/2012, Edital nº 13, de 1º de julho de 2010, prorrogado pelo edital nº 20 de 6 de junho de 2012, Edital nº 41, de 20 de setembro de 2012, D.O.U. 24/09/2012 e Edital nº 43, de 20 de setembro de 2012, D.O.U. 24/09/2012.

6.2. Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
-----------------------------	---

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	29
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	3
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	26
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	5
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	4
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	43

Fonte: SIAPE

Convém informar que, para os afastamentos para participação em programa de pós graduação para os docentes a força de trabalho tem substituição prevista em lei, com vista a não trazer prejuízos institucionais.

6.3. Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	51	51	5	5
1.1.Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	51	51	5	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	50	50	5	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	162	156	69	40
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	162	156	69	40
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	213	207	74	45

Fonte: SIAPE

As funções que se encontram desprovidas, se dá em função de não haver interesse dos servidores, devido a natureza da responsabilidade e atividades a serem desenvolvidas e baixa remuneração da função.

6.4. Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos

	256	267	117	39	8
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	226	245	113	38	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	30	22	4	1	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	56	91	47	12	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	25	13	2	1
2.3. Funções Gratificadas	46	66	34	10	0
3. Totais (1+2)	312	358	164	51	9

Fonte: SIAPE

6.5. Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	3	3	89	169	256	0	167
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	3	89	118	252	0	164
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	51	4	0	3
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	31	34	90	0	52
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	4	26	0	20
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	30	30	64	0	32
3. Totais (1+2)	0	0	3	3	120	203	346	0	219

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Como já percebido no quadro a.6.2 a força de trabalho no IFTO está em constante processo de qualificação

6.6. Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Valores em R\$ 1,00)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	25.453.309,29	343562,85	2.311.249,56	1.524.903,05	2.438.288,71	924.610,09	0	59.820,86	159.794,04	33.215.538,45
	2011	21.066.448,80	306.381,94	1.977.228,94	1.053.021,93	2.120.154,81	805.923,13	0	0	160.004,50	27.489.164,05
	2010	15032453,32	458795,3	1.506.190,23	821137,43	1537464,71	231221,36	0	1711,32	161056,8	19750030,47
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	1.514.018,36	0	111.099,61	55077,96	273.908,42	8137,8	0	0	0	1.962.242,15
	2011	1.077.963,72	0	88.318,20	37.045,19	211.404,16	4.951,56	0	0	0	1.419.682,83
	2010	1372728,71	0	111.836,88	70342,38	208225,11	9651,2	0	0	0	1772784,28
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Exercícios	2012	283390,47	2.638,37	23.440,69	9.524,75	27951,72	7320	0	0	0	354.266,00
	2011	268.584,53	0	22.958,35	5.231,78	24.613,30	4.165,44	0	0	0	325.553,40
	2010	84071,45	0	8337,59	3001,9	8003,15	907,18	0	0	0	104321,27
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	3.069.471,17	1.938.377,00	441.011,51	235.078,51	189.597,93	111.954,35	0	10815,13	27349,56	6.023.655,16
	2011	2758861,73	1949874,75	440551,73	197401,09	191853,25	116188,74	0	0	27349,56	5682080,85
	2010	2.484.194,28	1496628,39	457255,23	201839,6	186910,35	38732,16	0	2514,45	26711,16	4.894.785,62
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	6.970.555,94	804.897,05	752.804,73	391369,55	631.397,55	306.276,94	0	11439,33	753,6	9.869.494,69
	2011	5744654,27	815566,19	629466,75	309.702,39	533818,55	239832,41	0	0	753,6	8273794,16
	2010	4.663.311,92	771.595,06	620.196,73	301.595,23	517.859,14	81.741,16	0	1150,8	1.392,00	6.958.842,04

Fonte: SIAPE

A variação para maior do custo com pessoal se dá em decorrência da reposição da força de trabalho, objeto de concurso público, como também dos reajuste salariais.

**6.7. Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos -
Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	4	0
1.1 Voluntária	4	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	3	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	3	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	7	0

Fonte: SIAPE

6.8. Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	1	0
3. Total (1+2)	1	0

Fonte: SIAPE

6.9. Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	152	143	137	274
Concessão de aposentadoria	0	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	152	144	146	274

Fonte: SISAC

Em novembro de 2012 foram capacitados servidores com vista a atualizar os processos ainda não cadastrado no sisac, por haver um número considerável de processos pendente devido a constante rotatividade de servidor em processo de exoneração e nomeação, não foi possível atender toda a demanda.

6.10. Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	73	38	25	8
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	73	38	25	8

Fonte: SISAC

6.11. Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC
---------------	---

	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	31	16	16	74
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	31	16	16	74
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	8	4	0	13
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	8	4	0	13

Fonte: SISAC

6.12. Quadro A.12 (não houve ocorrências)**6.13. Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro**

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	105	44	37	7
Concessão de aposentadoria	0	2	0	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	105	46	37	8

Fonte: SISAC

Dos atos com parecer negativo a maioria já foram apurados e regularizados e alguns estão em processo de apuração.

6.14. Quadros A.14 (não houve ocorrências)

6.15. Quadros A.15 (não houve ocorrências)

6.16. Quadros A.146(não houve ocorrências)

6.17. Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS.													
UG/Gestão: 158131/ 26424						CNPJ: 10.742.006/0001-98							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	18/2010	00028986/0009-65	20/04/2010	20/04/2013	91	91					P
2011	V	O	10/2011	31546484/0005-26	09/08/2011	09/08/2013	48	48					p
2011	V	O	11/2011	11461113/0001-00	09/08/2011	09/08/2013	20	20					p
2010	-	O	19/2010	00028986/0009-65	09/11/2010	09/11/2013	113	113					p
Observações:													
CONTRATO Nº 19/2010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APÓIO ADMINISTRATIVO;													
CONTRATO Nº 10/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA;													
CONTRATO Nº 11/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA MOTORIZADA;													
CONTRATO Nº 18/2010 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PRÉDIAL.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG

6.18. Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS													
UG/Gestão: 158131/26424							CNPJ: 10.742.006/0001-98						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	8-9	O	18/2010	00028986/0009-65	20/04/2010	20/04/2013	91	91					P
2010	2-4-5	O	19/2010	00028986/0009-65	09/11/2010	09/11/2013	113	113					P
2011	1	O	10/2011	31546484/0005-26	09/08/2011	09/08/2013	48	48					P
2011	1	O	11/2011	11461113/0001-00	09/08/2011	09/08/2013	20	20					P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

12. Outras

Fonte: SIASG

6.19. Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	
1. Nível superior	21	27	30	19
1.1 Área Fim	0	0	0	0
1.2 Área Meio	21	27	30	19
2. Nível Médio	7	9	6	7
2.1 Área Fim	0	0	0	0
2.2 Área Meio	7	9	6	7
3. Total (1+2)	28	36	36	26

Fonte: SIAPE

A contratação de estagiários é realizada com observância da Orientação Normativa nº 07 de 30 de outubro de 2008 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 2008.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Atualmente como referência para normatizar a utilização dos veículos oficiais desta Instituição, utilizamos o Decreto nº 6.403 de 17 de Março de 2008 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de Maio de 2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Instituto Federal do Tocantins passa por um momento de expansão e reestruturação nas áreas administrativa e pedagógica de todas as suas unidades. Este crescimento perpassa pelo aumento considerável de alunos e servidores, como consequência verifica-se a necessidade

de deslocamentos constantes para as unidades do Instituto, visando atender demandas dos diversos setores desta Instituição a fim de propiciar melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Apresentamos abaixo relação com a quantidade de veículos em uso, discriminados por grupos e por unidades de ensino, pertencentes ao Instituto Federal do Tocantins.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS						
UNIDADE REITORIA						
TOTAL	MARCA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO	CATEGORIA
01	PEUGEOT	VAN BOXE	MWZ0228	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
02	RENAULT	LOGAN	MXB6351	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
03	RENAULT	LOGAN	MXB4651	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
04	FORD	RANGER	MXG6983	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
05	FORD	FOCUS	MWY8131	GASOLINA	2009	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
06	FORD	FOCUS	MWE8334	FLEX	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
07	VOLARES	MICROÔNIBUS	OLJ0721	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
08	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7218	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
09	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7338	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
10	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7368	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUATINS						
11	TOYOTA	BANDEIRANTE	MVM2371	DIESEL	1987	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
12	CHEVROLET	D20	MVP9910	DIESEL	1995	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
13	MERCEDES	ÔNIBUS	MVN3630	DIESEL	1994	VEICULO DE SERVIÇO

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

						COMUM
14	FORD	FOCUS	MWJ0103	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
15	VW	GOL	MXD2601	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
16	VW	GOL	MWX3086	FLEX	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
17	VW	GOL	MXD2651	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
18	VW	SANTANA	JFO8785	GASOLINA		VEICULO DE SERVIÇO COMUM
19	FIAT	VAN	MXA4682	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
20	MERCEDES	NEOBUS	MXD4292	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
21	FORD	RANGER	HDO9324	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
22	FORD	F350	HJW5649	DIESEL	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
23	HONDA	NXR125	MVY9361	GASOLINA	2005	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
24	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7378	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PALMAS						
25	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7328	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
26	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7268	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
27	FIAT	SIENA	MWU4262	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
28	VW	ÔNIBUS	MVV2372	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
29	FORD	FOCUS	MWE8274	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
30	V6	MICROÔNIBU	MWG3936	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

	VOLARES	S				COMUM
31	FIAT	PALIO	MWK0950	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
32	MERCEDES	ÔNIBUS	MWP2988	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
33	FIAT	STRADA	MWK0960	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
34	FORD	RANGER	MXG7043	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
35	CHEVROLET	S10	MWP7863	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
36	MERCEDES	ATEGO 1725	JJT1530	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
37	VOLARES	MICROÔNIBUS	OLJ0731	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PARAISO DO TOCANTINS						
38	NISSAN	FRONTIER	MWJ6467	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
39	V8 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWP4759	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
40	FIAT	SIENA	MWV6008	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
41	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7148	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUAINA						
42	VW	PARATI	MWT5851	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
43	FORD	RANGER	MXG7123	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
44	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2072	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
45	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7358	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PORTO NACIONAL						
46	FORD	RANGER	MXG6933	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

47	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
48	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7138	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE GURUPI						
49	FORD	RANGER	MXG7153	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
50	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
51	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7248	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

Como média anual de quilômetros rodados, temos os seguintes dados, conforme abaixo:

-Veículos Transporte Institucional: 20.000 Quilômetros anuais

-Veículos de Serviço Comum: 27.000 Quilômetros Anuais

A frota do Instituto Federal do Tocantins possui uma idade média de 05 (Cinco) anos, sendo consideravelmente nova.

Relativo aos custos associados à manutenção da frota, temos os seguintes valores:

-Media Mensal de Gastos com Manutenção (Incluindo peças): R\$ 20.767,03 (Vinte Mil, Setecentos e Sessenta e Sete Reais, Três Centavos).

-Média Mensal de Gastos com Abastecimento: R\$ 26.110,00 (Três Mil, Setecentos e Trinta Reais).

Devido a pouca idade do Instituto Federal do Tocantins, a Instituição busca a ampliação de sua frota, devido ao momento atual de expansão e reestruturação de toda a Rede Federal de Educação Tecnológica. Ao longo desde 03 (Três) anos foram adquiridos 25 veículos oficiais, sendo 15 Pick-ups, 05 Microônibus, 01 Ônibus de Grande Porte, 03 Veículos Leves e 01 Veículo Pesado (Caminhão EAD), onde constantemente busca-se a manutenção periódica destes veículos, buscando a economicidade e a segurança de todos os usuários.

A Instituição opta até o presente momento, pela aquisição de veículos oficiais e não pela terceirização, devido à característica das demandas de todas as nossas unidades, onde são demandas constantes e com particularidades bem distintas de uma Instituição de Ensino.

Atualmente dispomos de um controle efetivo em todas as nossas unidades, onde os fiscais do contrato de Abastecimento/Manutenção de Veículos oficiais, bem como os Coordenadores de Transportes de cada unidade, acompanham sistematicamente alguns parâmetros, dentre eles, quilometragem rodada, média de consumo de combustíveis, valores compatíveis com o mercado para a manutenção (incluindo peças) destes veículos e a medida do possível os responsáveis pelo transporte de cada unidade busca a compatibilização dos deslocamentos de acordo com as demandas agendadas previamente.

7.2. Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TO		
	Palmas	03	03
	Porto Nacional	01	01
	Paraíso	01	01
	Gurupi	01	01
	Araguaína	01	01
	Araguatins	01	01
	Colinas	01	00
	Dianópolis	01	00
	Reitoria/Palmas	01	00
Subtotal Brasil		11	08
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		

	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		11	08

Fonte: SPIUNET

7.3. Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TO		
	Palmas	00	00
	Porto Nacional	00	00
	Paraíso	00	00
	Gurupi	00	00
	Araguaína	00	00
	Araguatins	00	00
	Colinas	00	00
	Dianópolis	00	00
	Reitoria	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		

	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		01	01
Fonte: SPIUNET			

Observações Referentes ao Quadro A.7.1 e A.7.2

Cumprindo com os objetivos emanados pela SETEC/MEC para a expansão dos Institutos Federais – fase três, o IFTO promoveu a aquisição de novas duas áreas no estado do Tocantins. Assim sendo, esta autarquia consolida mais dois novos campi: o de colinas do Tocantins e de Dianópolis.

Visando aperfeiçoar a gestão da rede formada pelos campi, e também através de esforços de vários setores do IFTO, foi concretizada a compra da sede própria da reitoria desta autarquia.

A sede da Reitoria do IFTO estava funcionando em prédio alugado sob o RIP 9733.00385.500-7 até o dia 12 de Novembro de 2012. Após esta data, a mesma passou a atender em prédio próprio sob o RIP 9733.00387.500-8.

7.4. Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158336	9733.00355.500-3	21	2	27.561.201,57	14/12/2011		298.436,19	11.631,67
158336	9733.00361.500-6	21	3	4.418.013,79	14/12/2011		0,00	0,00
158336	9733.00363.500-7	21		4.700.846,00	14/12/2011		0,00	0,00
158337	9243.00019.500-1	21	3	6.221.941,28	14/12/2011		156.633,09	427.582,32
158557	9559.00025.500-0	21	2	4.772.199,60	02/12/2011		0,00	36.389,93

158511	9241.00055. 500-1	21	2	1.386.844, 77	14/12/2 011		2.561,8 1	9.943,23
158556	9385.00056. 500-5	21	2	4.912.358, 31	17/10/2 011		0,00	10.390,86
158489	9419.00011. 500-4	21	3	6.411.223, 66	17/10/2 011		0,00	227.351,6 4
158131	9733.00387. 500-8	21	1	9.500.000, 00	15/08/2 011		0,00	5.680,05
Total							457.631 ,09	728.969,7 0
Fonte: SPIUNET								

Observações Referentes ao Quadro A.7.3

Os Campi Colinas do Tocantins e Dianópolis já são de propriedade do IFTO, conforme certidões de matrícula:

- Colinas do Tocantins – 1º Tabelionato de Notas, município de Colinas do Tocantins, sob o livro 00222N, protocolo 0000397/2012, folhas 112/114, matrícula M-15.989;
- Dianópolis – Tabelionato 1º de Notas, município de Dianópolis, livro 057, folhas 088 a 089, matrícula – 3.380.

Entretanto, sua implantação e documentação está em fase inicial, sendo esse o motivo por não terem ainda um número RIP, bem como despesas com manutenção e reforma.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.

	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4)	

<i>sempre</i>	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☒	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☒	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☐	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

--

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE

9.1. Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
	Sim ()		Não (X)		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais: ITEM 1: Na aquisição de equipamentos de ar-condicionado foi incluído na especificação dos aparelhos a preferência pelas tecnologias que utilizam gás com menor impacto ambiental. Para a área de serviços de terceirização há uma exigência de cumprimento da contratada de escolha de materiais e serviços que respeitem a sustentabilidade ambiental. Houve também procedimento licitatório visando contratar consultoria ambiental para desenvolvimento de um Plano de Gestão Ambiental para o IFTO, que desenvolverá estudos desde as boas práticas de especificação de materiais e serviços até condições laborais que causem menor impacto para a natureza. ITEM 2: A afirmação é válida em função de que o próprio setor industrial e de serviços tem voltada às suas tecnologias para aplicação de boas práticas em sustentabilidade ambiental, consequentemente os produtos e serviços adquiridos tem levado em consideração esses fatores. ITEM 3: A afirmação é válida em função de que o próprio setor industrial e de serviços tem voltada às suas tecnologias para aplicação de boas práticas em sustentabilidade ambiental, consequentemente os produtos e serviços adquiridos tem levado em consideração esses fatores. ITEM 4: No exercício 2012, não houve a exigência de certificados ISO, INMETRO ou similares, devido a Instituição atender a recomendação dos órgãos de controle interno, por entenderem que extrapolava os limites legais. <u>ITEM 5:</u> Os aparelhos de ar condicionado adquiridos no último exercício são os tipo “Split” – Inverter, que tem menor consumo de energia. Os mictórios são todos com torneira de pressão com retorno automático, as bacias sanitárias são do tipo “caixa acoplada”, permitindo assim, a sustentabilidade do sistema, com maior controle no uso da água. ITEM 8: A UJ tem adotado como critério para adquirir produtos recicláveis ou reutilizados informando através da especificação do mesmo. <u>Ítem 10</u> – O uso racional e sustentável da água é fator predominante nos últimos projetos no âmbito do IFTO, como armazenamento e reaproveitamento da água da chuva; Uso de bacias acopladas e torneiras de pressão com retorno					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
automático. <u>Ítem 12</u> – Através de memorando circular 04/2012, foi feita solicitação aos vários departamentos da Reitoria para que se atentasse à preservação dos recursos naturais e ao princípio da economicidade, dando ênfase à: - Impressões de papel somente se necessárias, e quando forem, frente e verso; - O desligamento dos aparelhos de ar condicionado e estabilizadores no período do almoço; - Desligamento de todas as lâmpadas, quando o último servidor sair.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2. Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P	07/12/2011	- Formação da Comissão Gestora do A3P IFTO; -Formação das Comissões A3P nos Campi; - Termo de Cooperação com a ASCAMPA (Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO) para destinação dos resíduos sólidos da Reitoria e Campus Palmas (por ser a única Associação/Cooperativa que tem a documentação legal) - Início da Coleta Seletiva Solidárias na Reitoria e no Campus Palmas (inicialmente coletando Papel e Papelão, de agosto a dezembro 2012 foi destinado aproximadamente 750 kg de resíduos sólidos para reciclagem na ASCAMPA) ; - Participação de todas as Pro Reitorias nas ações do A3P; - Implementação de ações para a destinação correta dos resíduos
--	-------------------	---

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	405,017	277,004	84,103	28632,08	17576,83	6635,70
Água (m³)	17425	15351	15009	155089,77	106579,25	118329,21
Energia Elétrica (kw)	1807515	1315374	1439506	730192,613	945954,01	1021211,75
			Total			

Fonte: PROAD , PRODI e Comissão Central A3P

ANÁLISE CRÍTICA:

O IFTO vem ao longo dos últimos anos, adotando medidas de redução de gastos em todos os quesitos. Alguns exemplos são a utilização de lâmpadas eletrônicas, compra de equipamentos de ar condicionado com tecnologia INVERTER, utilização de torneiras de pressão com retorno automático (Reitoria), etc. Além disso, outras ações estão em fase de implementação como a A3P visando a coleta seletiva solidária. Ressalta-se também que o IFTO está em franca ampliação de sua estrutura física com novas salas de aula, laboratórios, bibliotecas, ginásio esportivos, novas sub-estações de energia elétrica, dentre outros. Também estão em processo de implementação a climatização das salas de aulas de diversos campi, visando proporcionar mais conforto aos nossos alunos. Resta informar que não foram disponibilizadas para a Reitoria informações dos Campi de Gurupi, Paraíso do Tocantins, nos quesitos de água, energia elétrica

e papel, e também informações sobre consumo de papel dos Campi Araguatins, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Palmas e Gurupi.

PROGRAMA A3P NO IFTO

No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA se comprometendo a implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. Em 2012 as ações foram iniciadas com a assinatura do Acordo de Cooperação com a ASCAMPA - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas visando implantar a Coleta Seletiva Solidária no Instituto e a troca de experiências na área de educação ambiental, inicialmente na sede da Reitoria e no Campus Palmas; Os resíduos sólidos oriundos das aquisições que eram destinados ao lixo comum estão sendo destinado à coleta seletiva, como exemplo temos os papelões que embalam os produtos eletroeletrônicos e que se acumulavam nos almoxarifados, bem como os resíduos sólidos recicláveis produzidos no CONNEPI 2012, Congresso Norte/Nordeste de Pesquisa e Inovação que aconteceu no Campus Palmas no mês de outubro e que foi destinado a ASCAMPA; O Campus Palmas dispõe de uma comissão de coleta seletiva , nomeada pelo Diretor Geral Professor Octaviano Furtado. Como sabemos algumas ações já vinham sendo realizadas pelas Pro reitorias, Diretorias e Coordenações do IFTO, como a aquisição pela PROAD de ar condicionados que dispõe de sistema de economia de energia elétrica, novos computadores e impressoras que imprime frente e verso, a Diretoria de Gestão de Pessoas implantou o programa de qualidade de vida, a Pro Reitoria de Desenvolvimento Institucional está apoiando expressivamente o programa com a participação de seus profissionais das áreas de planejamento e execução de obras, a Pro Reitoria de Extensão apoia a ações que envolva a geração de renda dos catadores de materiais recicláveis, a Pro Reitoria de Pesquisa se comprometeu em observar as questões ambientais em seus programas de pesquisa e inovação, a Pro Reitoria de Ensino está comprometida com as ações de educação ambiental, Com o objetivo de adotar práticas sustentáveis, a Coordenação de Comunicação e Eventos do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), adotou por meio das especificações exigidas nos editais, a utilização de papel reciclado em todo o material impresso produzido; seja jornal institucional, informativo, agenda 2013, dentre outros. Ainda nesse intuito, a coordenação promoveu a confecção de canecas institucionais, com vistas à sensibilização dos servidores para o não uso de copos descartáveis, ou seja, está se consolidando uma rede de cooperação institucional em prol das ações de responsabilidade socioambiental ; Outro passo importante na implantação do A3P em nossa

Instituição foi a Constituição da Comissão Gestora do programa A3P nomeada pelo Reitor Professor Francisco Nairton, esta comissão tem por finalidade gerenciar o programa de gestão ambiental no IFTO, é formada por membros oriundos de todas as Pro reitorias, Diretorias e Coordenações no âmbito da Reitoria, quanto ao engajamento dos campi neste programa, sabemos que algumas ações importantes estão sendo realizadas nos campi, como exemplo temos o Campus Paraíso do Tocantins que há vários anos já realiza ações ambientais com a participação de servidores e alunos; Foi acordado na reunião do Colégio de Dirigentes que os campi irão formar suas comissões para trabalhar o Programa A3P integrando as ações e fortalecendo a rede, sendo importante a participação dos estudantes neste processo. A Comissão Gestora do A3P no IFTO auxiliará as comissões formadas pelos Campi, realizaremos em conjunto o planejamento estratégico de gestão ambiental do IFTO.

O IFTO como Instituição educacional tem o dever de iniciar este processo de educação ambiental e ser referência para outras instituições públicas e privadas e para sociedade.

10.PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.CONFORMIDADES E TRATAMENTOS DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS					100908
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-021.871/2011-6	1168/2012	9.1 a 9.4	DE e RE	Ofício Circular nº 73/2012/DDR/SETEC/MEC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	100908
Descrição da Deliberação	
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. Determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO que, no prazo de 90 (noventa) dias: 9.1.1. Verifiquem a compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores relacionados nos subitens 1.1 e 2.1 do item 3.1.1 do Relatório precedente, uma vez que os mesmos possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, aplicando, ainda, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.1.1.1. Na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, fundamentar devidamente a decisão, anexando no respectivo processo à devida a documentação comprobatória e indicar expressamente o responsável pela medida adotada; 9.1.2. Adotem medidas no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando à regularização das acumulações ilícitas dos servidores listados nos subitens 1.2, 1.3 e 2.2 do item 3.1.1 do Relatório precedente, tendo em vista que foram detectados tanto casos de acumulação de mais de dois cargos como infração ao regime de dedicação exclusiva; 9.1.3. Instaurem, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa aos servidores apontados no item 3.2.1 do Relatório precedente, relativamente aos indícios de declarações falsas/omissas de não acumulação de cargos públicos por parte dos mesmos no ato da posse; 9.1.4. Encaminhem relatório consolidado à Secretaria de Controle Externo no Tocantins comunicando as medidas adotadas e os resultados obtidos em cada caso; 9.2. Recomendar à Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, nos termos do disposto no artigo 250, inciso III, do RI/TCU, que estabeleçam rotinas periódicas de verificação com vistas a evitar situações de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; 9.3 recomendar ao Ministério da Educação que, em conjunto com as Instituições Federais de Ensino Superior, estude a viabilidade de estabelecer políticas destinadas a evitar contratações de docentes cuja acumulação de cargos possa trazer prejuízos para suas atividades acadêmicas; 9.4. Dar ciência do presente acórdão à Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam;	

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	100908
Síntese da Providência Adotada	
O Instituto Federal do Tocantins instaurou procedimento administrativo com vista a verificar a compatibilidade de horários dos cargos acumulados (conforme apuração do TCU) e tomada de medidas cabíveis a cada servidor mencionado no dito Acórdão, a saber: a) Ângelo Cássio Bezerra Nascimento, matrícula SIAPE nº 1743484, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no IFTO com carga horária semanal de 40 horas semanais e ocupante do cargo de Enfermeiro na Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, com carga horária de 40 horas semanais de trabalho. Foi apurado através de Processo Administrativo Disciplinar nº. 23235.00041/2011-17, anteriormente instaurado em decorrência de acumulação ilegal, pois o servidor acumulava os dois cargos citados e não optou por um destes, resultando na penalidade de demissão prevista no art. 132, inciso XII e art. 133, §6º, da Lei nº. 8.112/90, por motivo de acumulação ilegal de cargos e empregos públicos. b) Antonio Soares Silva, matrícula SIAPE nº 01497969, ocupante do cargo de Médico/Área no IFTO com jornada de trabalho de 40 horas semanais e ocupante do cargo de Médico-Clinico na Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA. Foi dado conhecimento ao servidor através do Memorando nº 60/2012-CGGP/CAMPUS ARAGUATINS/IFTO do Acórdão do TCU, como também da apuração de acumulação de cargos com jornada de trabalho superior a 60 horas, onde o servidor apresentou DECLARAÇÃO da Secretaria Municipal da Saúde/Sus /Prefeitura Municipal de Imperatriz, onde declara que o servidor possui vínculo efetivo na função de Médico no CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, com carga horária de 20 horas semanais, distribuídas da seguinte forma: Segunda-Feira – manhã, Quarta-Feira – tarde e Sexta-Feira – tarde. Apresentou ainda escala de trabalho do IFTO-Campus Araguatins onde desenvolve as atividades do cargo nas Terça e Quinta-Feira em escala de plantão, a saber: Terça-feira – das 07:30 às 17:30 horas e na Quinta –feira – das 13:00 às 23:00 horas. Desta forma demonstra que há compatibilidade de horário entre as jornadas de trabalho dos cargos citados, assim como também demonstra respeito à carga horária máxima permitida pelos órgãos de controle, qual seja a totalidade de 60 horas semanais. c) Luciane de Paula Machado, matrícula SIAPE nº 2658718, ocupante do cargo de Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no IFTO e ocupante de cargo de Técnico em	

Enfermagem junto a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas.

Foi dado conhecimento à servidora da irregularidade de sua situação funcional, através do Memorando nº 14/2012/GRH do Campus Palmas, datado de 22 de junho de 2012, tendo a servidora apresentado junto a Gerência de Recursos Humanos do Campus publicação da portaria nº 396-EX de 22 de março de 2011, publicada no D.O.E nº 3.347 de 24/03/2011, bem como a solicitação de exoneração do cargo de técnico em Enfermagem do Fundo Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Palmas, tendo entendido o IFTO que a servidora agiu de boa fé com base na Lei 8.112/90 ao fazer opção pelo cargo de Professor no IFTO.

§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

d) Rejane Xavier Lima Cavalcante, matrícula SIAPE nº 1783379, ocupante do cargo de Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no IFTO com jornada de trabalho de 40 horas semanais e ocupante do cargo de Enfermeira na Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins/Hospital de Referência da Araguaína, com jornada de trabalho de 30 horas semanais.

A servidora foi notificada a cerca da acumulação indevida de cargos públicos através do Memorando nº 49/2012 – CGP/CAMPUS ARAGUAÍNA/IFTO, datado de 05/07/2012, com ciência na mesma data.

A servidora apresentou na Coordenação de Gestão de Pessoas do Campus Araguaína declaração discriminando os horários de trabalho em regime de plantão desenvolvido junto à Secretaria de Administração do Governo do Estado do Tocantins - SECAD, no horário de 07 as 13 horas. Apresentou ainda formulário com solicitação de redução de jornada de trabalho de 30 para 20 horas semanais junto ao órgão supracitado. O processo nº 23237.000105/2012-32, então constituído no Campus Araguaína para tratar das providências a cerca do Acórdão nº 1168/2012-TCU seguiu para Diretoria de Gestão de Pessoas na Reitoria. Diante da análise dos documentos, esta entendeu não ter havido o devido cumprimento exarada na notificação, uma vez que o requerimento de redução de carga horária não regulariza a situação funcional da servidora nos limites da Lei, porquanto expediu memorando ao Diretor Geral do Campus Araguaína para notificação à servidora, mais uma vez, para fazer opção por um dos cargos no prazo de 10 dias, conforme previsão legal, vide artigo 133 da Lei 8.112/90 (com alteração dada pela Lei 9.527/97). A servidora novamente foi notificada, mesmo assim não fez opção por um dos cargos públicos. Sendo assim, a Diretoria de Gestão de Pessoas enviou memorando ao Reitor, recomendando abertura de Processo Administrativo Disciplinar, rito sumário, para resolução da acumulação.

e) Claudio Borba Cerqueira, matrícula SIAPE nº 142025, ocupante do cargo de Odontólogo no IFTO, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista junto a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, com jornada de trabalho de 20 horas

semanais e ocupante do cargo de Odontólogo junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O servidor foi notificado a fazer opção por um dos cargos públicos, conforme exarado no Memorando nº 15/2012/GRH do Campus Palmas, datado de 22/06/2012, tendo o servidor feito opção conforme apresentação do pedido de exoneração junto a Prefeitura Municipal de Palmas, quando resta demonstrada a boa fé do servidor. Ficando este com acumulação legal de dois cargos de Técnico da área da saúde, num total de carga horária semanal de 50 horas semanais, dentro dos limites permitidos pelos órgãos de controle. Em 19 de fevereiro de 2013 o Reitor nomeou a comissão de PAD, através da Portaria nº59/2013/Reitoria/IFTO para apurar as supostas acumulações ilegais de cargos dos servidores Hebert Lima Batista, Márcia Rogéria Pereira Leite Silva e Rejane Xavier Lima Cavalcante.
Síntese dos Resultados Obtidos
Os resultados esperados pelo cumprimento da determinação foram satisfatórios.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Apesar de um quantitativo próximo a 1000 servidores, trata-se de uma instituição nova que falta servidores qualificados e com tempo de serviço de acordo com a legislação vigente para composição das comissões de correição, bem como de um sistema integrado de pessoal atualizado acessível à gestão.

10.2. Quadro A.10.2-Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-021.871/2011-6	1168/2012	9.1.1 e 9.1.3	DE	Ofício Circular nº 73/2012/DDR/SETEC/MEC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS		100908
Descrição da Deliberação		
9.1.1. Verifiquem a compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores relacionados nos subitens 1.1 e 2.1 do item 3.1.1 do Relatório precedente, uma vez que os mesmos possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, aplicando, ainda, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.1.3. Instauem, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa aos servidores apontados no item 3.2.1 do Relatório precedente, relativamente aos indícios de declarações falsas/omissas de não acumulação de cargos públicos por parte dos mesmos no ato da posse; • Pendente a apuração da acumulação ilegal de cargos da servidora Rejane Xavier Lima Cavalcante. • Em 19 de fevereiro de 2013 o Reitor nomeou a comissão de PAD, através da Portaria nº59/2013/Reitoria/IFTO para apurar as supostas acumulações ilegais de cargos dos servidores Hebert Lima Batista, Márcia Rogéria Pereira Leite Silva e Rejane Xavier Lima Cavalcante.		
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS		100908
Justificativa para o seu não Cumprimento:		
O cumprimento não ocorreu de imediato devido à falta de servidores capacitados e interessados em partir de comissão de PAD. Entretanto, o IFTO montou um banco de servidores que mostraram interesse de participar de PAD e a CGU está promovendo a capacitação dos mesmos.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Apesar de um quantitativo próximo a 1000 servidores, trata-se de uma instituição nova que falta servidores qualificados e com tempo de serviço de acordo com a legislação vigente para composição das comissões de correição, bem como de um sistema integrado de pessoal atualizado acessível à gestão.		

10.3. Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS			100908
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	NOTA DE AUDITORIA Nº 2012.03366/01/CGU e Relatório nº 201203366/CGU	Item 1.1.3. Assunto – Recursos exigíveis, Item 1.1.3. Assunto – PROCESSOS LICITATÓRIOS, Item 1.1.4. Assunto - MOVIMENTAÇÃO	Ofício nº 19355/2012/CGU-TO Regional/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS			100908
Descrição da Recomendação			
1 - RECOMENDAÇÃO DECORRENTE DA NOTA DE AUDITORIA Nº 2012.03366/01/CGU, datada de 19 de abril de 2012. Observar a determinação do Acórdão nº 2151/2007 –TCU – PLENÁRIO quando da elaboração dos editais licitatórios no âmbito do IFTO; Encaminhar os processos de dispensas, inexigibilidades e reconhecimento de dívida, previamente a contratação/empenho, para análise da Assessoria Jurídica, exceto se esta for dispensada formalmente por aquela Assessoria, e nos casos de urgência devidamente justificados. RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS EXERCÍCIO 2011- Relatório nº 201203366/CGU, datado de 14/08/2012			

Item 1.1.3. Assunto – Recursos exigíveis

2 - RECOMENDAÇÃO

Adotar metodologia efetiva de acompanhamento da inscrição de Restos a Pagar não processados.

Item 1.1.3. Assunto – PROCESSOS LICITATÓRIOS

3 - RECOMENDAÇÃO :

Instituir medidas efetivas de adesão a critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações, bem como para promover a devida separação e adequada destinação de resíduos, conforme normativas vigentes.

4 - RECOMENDAÇÃO:

Promover capacitação dos servidores envolvidos na realização de procedimento licitatórios sobre os objetivos da licitação e as normas legais que norteiam o processo.

5 - RECOMENDAÇÃO:

Promover a realização de novo pregão para aquisição de água mineral, com vistas à substituição da contratação em questão, se ainda não o fez (Recomendação 2 das folhas 45 do Relatório Final da CGU).

6 - RECOMENDAÇÃO:

Abster-se de dispensar a devida licitação em casos que não se enquadram efetivamente nas hipóteses definidas na lei 8.666/93.

7 - RECOMENDAÇÃO:

Utilizar preferencialmente o pregão eletrônico, SRP ou cotação eletrônica de preços definida na Portaria MP Nº 306/2001 nas contratações de bens e serviços comuns em vez de dispensa de licitação baseada no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

8 - RECOMENDAÇÃO:

Adotar medidas de planejamento adequado das aquisições de bens e serviços.

Item 1.1.4. Assunto - MOVIMENTAÇÃO

9 - RECOMENDAÇÃO:

Adotar medidas efetivas para o cadastramento dos atos de pessoal no SISAC, nos prazos previstos em normativos, efetuando levantamento dos atos ainda pendentes de inclusão.

10 - RECOMENDAÇÃO:

Promover a designação do servidor responsável pelo cadastramento de atos de pessoal no SISAC, bem como a sua devida capacitação.

11 - RECOMENDAÇÃO: Adotar medidas efetivas de controle e tratamento da entrega das declarações de bens/IR, e autorizações de acesso, no âmbito do IFTO, com a adoção do modelo definido em normativa para os servidores que optarem pela entrega de declaração pessoal.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Pró-reitoria de Administração e Diretoria de Gestão de Pessoas

100908

Síntese da Providência Adotada

1 – Nota de auditoria: O IFTO acatou de imediato a recomendação, assim como, foi dada ampla publicidade aos gestores dos *campi*, sobre o acatamento imediato da recomendação.

2 - Item 1.1.3. Assunto – Recursos exigíveis:

Em função de recursos humanos insuficientes a PROAD solicitou a liberação de códigos de vagas para o cargo de contador e técnicos em contabilidade, com a contratação dos novos servidores a Gerência de Execução Orçamentária poderá melhorar os controles financeiros e orçamentários. Atualmente a Gerência de Execução Orçamentária conta apenas com 01 contador. Mesmo diante das dificuldades de operacionalização a Gerência de Execução Orçamentária vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. Ressaltamos que no final do exercício de 2012 a Proad exarou o Memorando Circular nº05/2012-IFTO/REITORIA/PROAD, solicitando a todas as Unidades do IFTO a verificação dos empenhos emitidos em 2012 e análise quanto à possibilidade de inscrição em restos a pagar conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os em Liquidação e A Liquidar. Ainda no mesmo Memorando foi alertado quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, conforme rege a legislação. Também foi encaminhado o Memorando Circular nº04/2012-IFTO/REITORIA/PROAD que tratava do calendário de encerramento e reforçando a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão. Esta unidade tem buscado a melhoria na execução orçamentária e a diminuição da inscrição de empenhos em restos a pagar, entretanto o próprio Governo Federal com a edição do Decreto Federal nº 7654 de 23 de dezembro de 2011 alterou o art. 68 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, no qual estabeleceu o prazo de execução dos restos a pagar não processados em 18 meses, para os recursos do Ministério da Educação financiados com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino desde que se tenha iniciada sua execução nos seguintes casos:

I - nos casos de aquisição de bens, a despesa verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e

II - nos casos de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

Este instituto tem procurado acompanhar a execução dos restos a pagar, mas como já mencionado, a escassez de recursos humanos por vezes posterga um monitoramento mais ostensivo desta execução, mas nada que a princípio possa afetar a legalidade no que se refere a estas execuções.

Item 1.1.3. Assunto – PROCESSOS LICITATÓRIOS

3 - A PROAD vem adotando critérios de sustentabilidade ambiental na elaboração de projetos básicos de obras e projetos executivos, ressaltamos que os editais de contratação de serviços estão implementando critérios de sustentabilidade dentro dos limites orçamentários da IFE. Nos processos de aquisição de bens destacamos a preocupação em adquirir equipamentos mais eficientes energeticamente, como exemplo temos o pregão eletrônico realizado para aquisição de aparelhos de ar condicionado com tecnologias de menor impacto ambiental e menor consumo de energia (INVERTER), citamos também aquisição de computadores dentro dos padrões de sustentabilidade e equipamentos eletroeletrônicos com Selo PROCEL classe A.

4 - As capacitações dos servidores lotados no setor de licitação estão sendo realizados, inclusive com a participação efetiva na semana orçamentária e financeira.

5 - Foi realizado um novo procedimento licitatório para todas as unidades do IFTO, Pregão Eletrônico SRP 19/2012.

6 - A recomendação foi acatada e dada ciência as todas as unidades do IFTO.

7 - Desde 2010 a Pró-reitoria de Administração a medida do possível vem adotando a realização de procedimentos licitatórios para aquisição de bens/serviços de forma compartilhada, visando atender demandas de todas as unidades do IFTO.

8 - A PROAD solicitou a liberação de 24 códigos de vagas divididos entre os níveis C, D e E de técnicos administrativos com o objetivo principal de estruturar os setores administrativos, melhorando a logística de suprimentos de bens e serviços de todas as suas unidades. As liberações das vagas estão ocorrendo de forma gradativa para nossa Instituição. Ressaltamos também, conforme citado no item 7 acima, esta Pró-reitoria vem adotando práticas para que o planejamento de nossa instituição passe a ser mais eficiente.

Item 1.1.4. Assunto - MOVIMENTAÇÃO

9 - Os dados no SISAC estão atualizados, tendo em vista que a atualização dos dados de admissão, desligamento e aposentadoria no SISAC, estão sendo lançados em tempo hábil.

10 - Foram capacitados, através do III Seminário de Gestão de Pessoas, realizado no período de 27 a 29/06/2012 em Araguatins, os servidores da Coordenação de Gestão de Pessoas de cada Campus para

formalização processual. Na oportunidade, realizamos a designação do responsável pela alimentação dos dados no SISAC em cada *campi*.

Item 1.1.5. Assunto – REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

11 - Elaborado planilhas com dados dos servidores e à medida que as declarações são entregues apõe-se a data de entrega.

Expedido memorando circular nº07/2012-DGP/REITORIA/IFTO, datado de 4 de maio de 2012, aos campi notificando o prazo para as entregas das declarações de Imposto de Renda após entrega na Receita.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois considerando as recomendações apontadas pela CGU em conjunto com as ações já implementadas pela Pró-reitoria de Administração junto ao IFTO, podemos constatar uma melhoria no planejamento institucional das necessidades em comum de todas as unidades do IFTO, resultando numa operacionalização mais ágil nas aquisições e contratações.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Negativamente aponta-se o quadro reduzido de servidores, com formações específicas e experiência. Positivamente aponta-se a capacitação dos servidores.

10.4. Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0

	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	156	156	156
	Entregaram a DBR	106	10	109
	Não cumpriram a obrigação	50	78	42

Fonte: Planilha de Controle e Assentamento Funcionais

Os servidores estão optando pela autorização de acesso à Declaração de Imposto de Renda;

10.5. Quadro A.10.6. –declarações de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Valquires Martins de Santana, CPF nº 494.168.801-59, Administrador, exercido no IFTO declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes aos contratos, firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 20 de março de 2013.

Valquires Martins de Santana

494.168.801-59

Administrador/Reitoria

DECLARAÇÃO

Eu, **Vladimir Lisboa de Carvalho**, CPF nº 577.050.893-00, **Diretor de Administração e Planejamento**, exercido no **IFTO Campus Palmas** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas - TO, 27 de fevereiro de 2013.

Vladimir Lisboa de Carvalho

57705089300

Contador/IFTO Campus Palmas

11. Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 (INFORMAÇÕES CONTÁBEIS)

11.1. Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	158131
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	

Local	Palmas – Tocantins	Data	20 de março 2013
Contador Responsável	JOÃO MARCELO DOS SANTOS SILVA	CRC nº	2732/O-3

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELO IFTO

12.1. PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

12.1.1. Atividades realizadas pela Diretoria de Pesquisa e Coordenação de Pesquisa

- Proposição de regulamentos e documentos;
- Elaboração e acompanhamento dos editais de bolsas de Iniciação Científica;
- Planejamento da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão do IFTO.
- Organização d o CONNEPI 2012, realizado no *Campus* Palmas do IFTO;
- Assessoramento aos setores responsáveis pela pesquisa nos campi.
- Divulgação dos procedimentos para pesquisa nos campi.
- Divulgação dos procedimentos para pesquisa com seres humanos e animais, reunião realizada nos campi.

12.1.2. Documentos elaborados

- **Regulamento do Programa de Iniciação Científica do IFTO - PIC**

A finalidade do documento é regulamentar as atividades de Iniciação Científica do IFTO, regendo a concessão de bolsas de Iniciação Científica disponibilizadas pelo IFTO e por outras instituições de apoio a pesquisa.

Documento passou por discussões no ConSup e ficou acordado que a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação faria análise de todo o documento com esclarecimentos em alguns pontos, e posteriormente seria discutido na reunião do Colégio de Dirigentes e retornaria ao ConSup para análise e aprovação.

- **Edital único PIC**

Elaboração de edital único para concessão de bolsas de iniciação científicas institucionais.

EDITAL Nº 21/2012 – PROPI/14 de Junho de 2012, Programa Institucional De Iniciação Científica do IFTO – PIC – 2012/2013 - Bolsas nas Modalidades: ICJ, PIBIC E PIBITI.

- **Regulamento do Programa de Apoio à pesquisa – PAP/IFTO**

Tem a finalidade de estabelecer critérios e procedimentos para o fomento de Projetos de Pesquisa pelo Programa de Apoio à Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (PAP/IFTO).

Regulamento do Programa de Apoio à Pesquisa – PAP/IFTO - RESOLUÇÃO nº. 16/2012/CONSUP/IFTO aprovada em 05 de março de 2012 pelo Conselho Superior do IFTO.

12.1.3. Grupos de Pesquisa Certificados no Diretório de Grupos do CNPq

Atualmente o IFTO possui 19 grupos de pesquisa na instituição cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, distribuídos nos diversos campi (**Gráfico 1**).

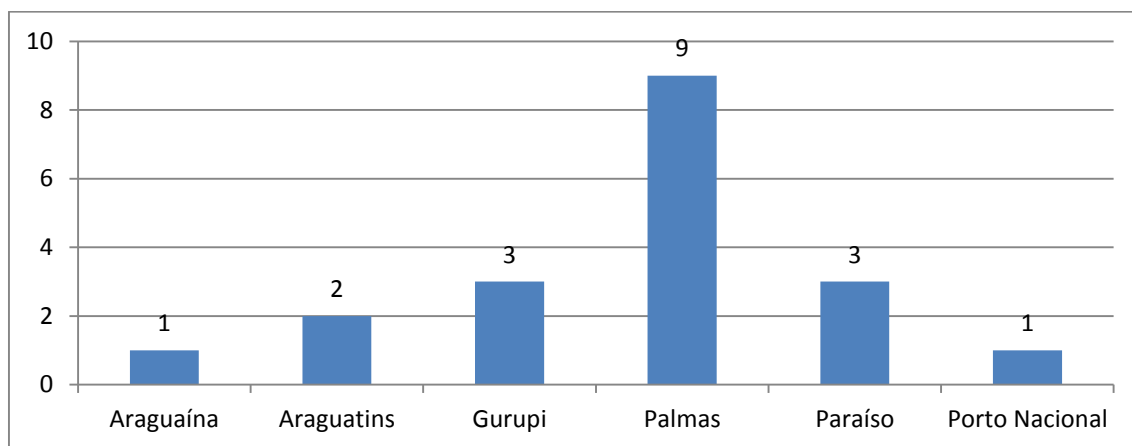


Gráfico 1: Grupos de pesquisa por campus

A maioria dos grupos de pesquisa está localizada no campus Palmas, e as áreas predominantes no IFTO são ciências agrárias.

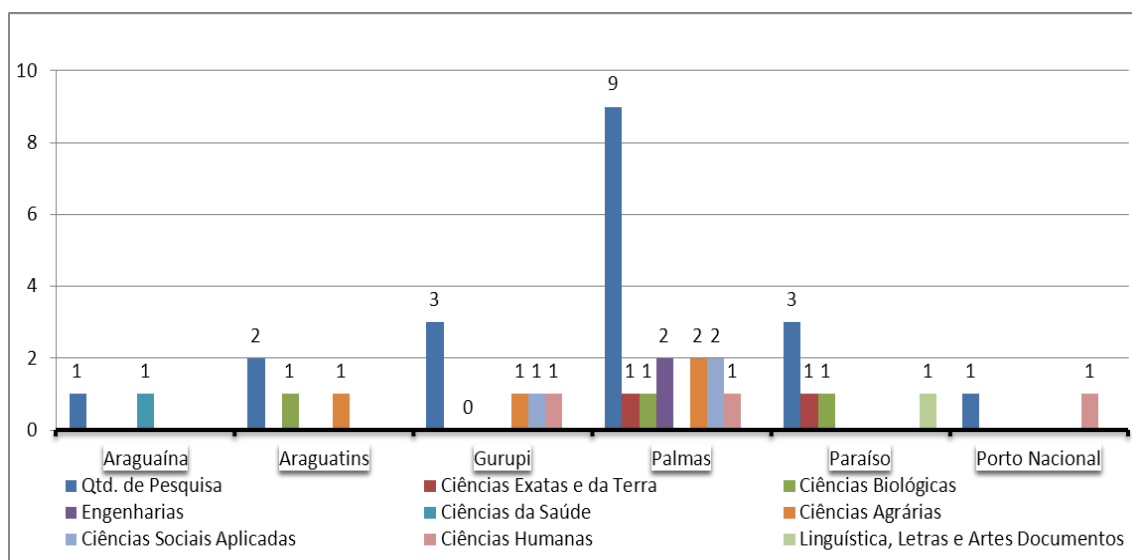


Gráfico 2: Grupos de pesquisa por área de conhecimento e total por campus.

12.1.4. Evolução da Pesquisa/Iniciação Científica no IFTO

O **Gráfico 3** mostra o crescimento da oferta de bolsas de pesquisa nos campi do IFTO desde o início do programa de Iniciação Científica.

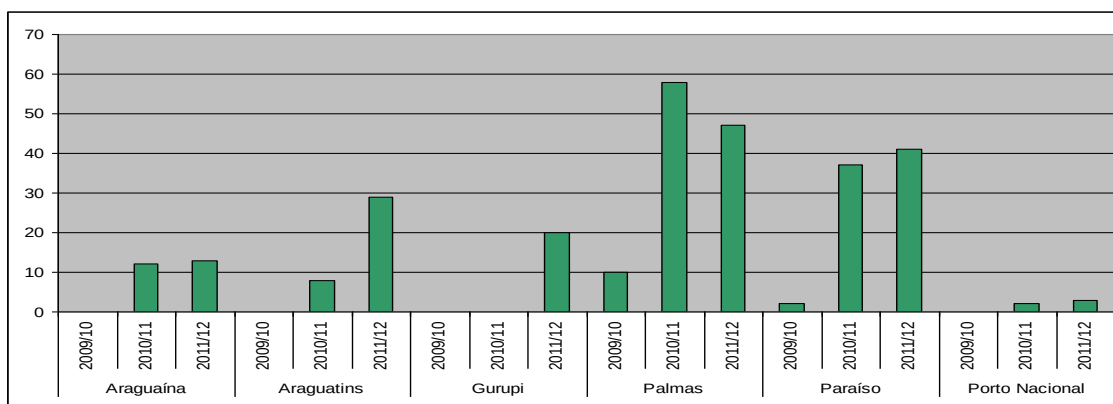


Gráfico 3: Oferta de bolsas por campus.

- Quanto ao campus X modalidade:

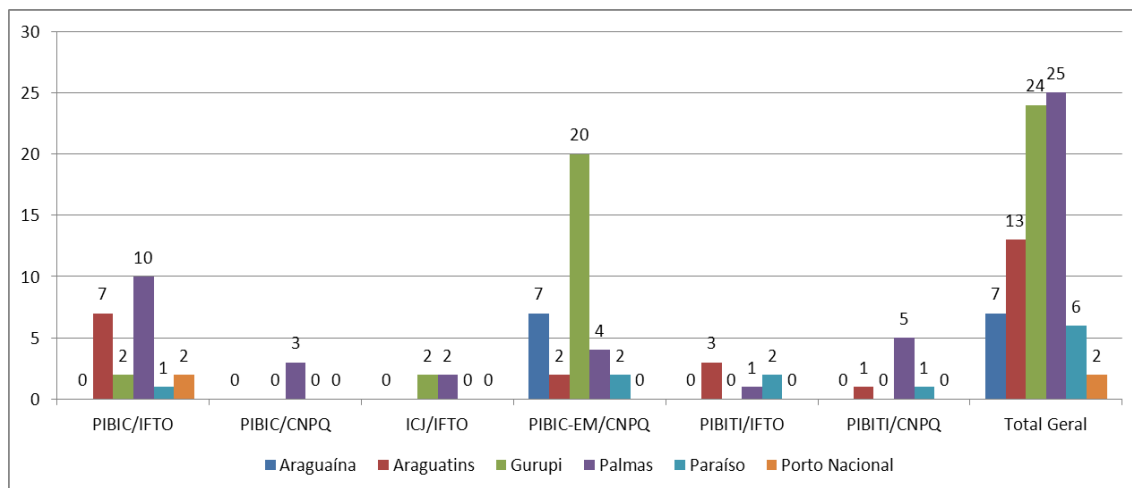


Gráfico 4: Relação de projetos de IC por campus/modalidade e Total IFTO em 2012.

- Quanto aos docentes envolvidos por área de conhecimento:

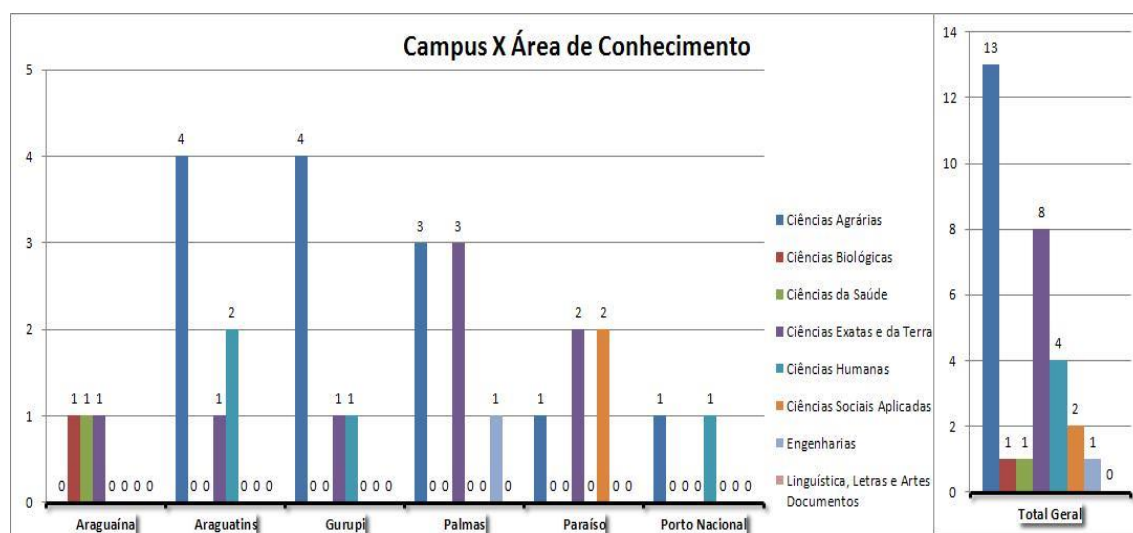


Gráfico 5: Docentes envolvidos com IC por área de conhecimento.

- Quanto à titulação dos docentes envolvidos:

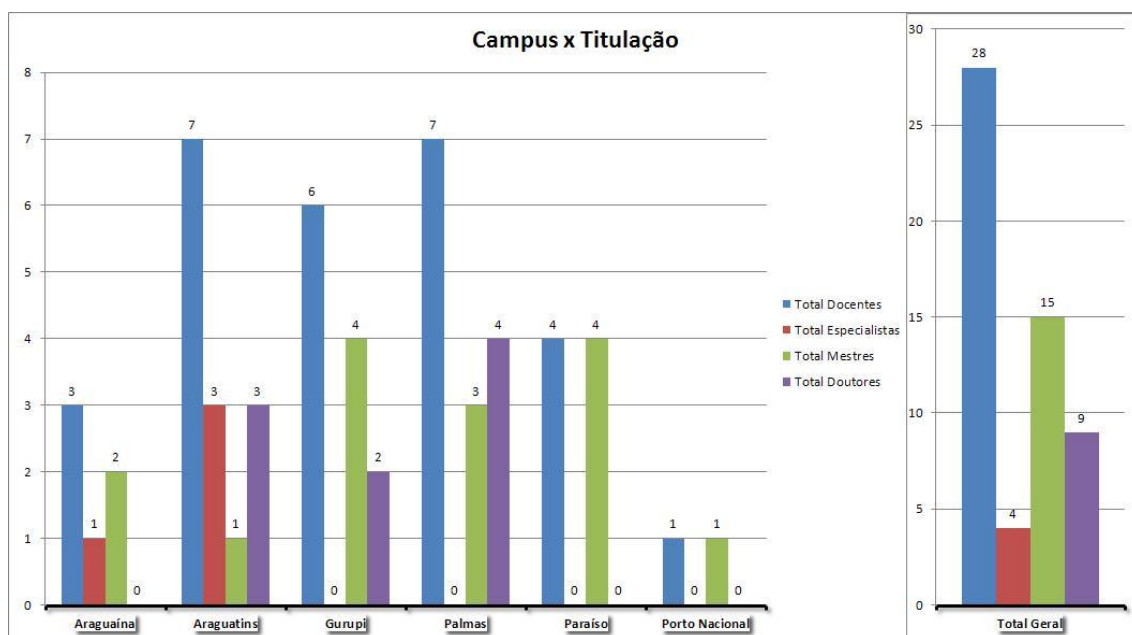


Gráfico 6: Docentes envolvidos com IC por Titulação.

12.1.5. Programa de Iniciação Científica 2011-2012

12.1.5.1. PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

- **Editais**

EDITAL Nº 21/2012 – PROPI/14 de Junho de 2012. (Cota institucional)

EDITAL Nº 29/2012 – PROPI/06 de Agosto de 2012. (Cota CNPq)

- **Número de Bolsas ofertadas**

IFTO: 24 bolsas

CNPq: 03 bolsas

- **Descrição da modalidade**

O PIBIC visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes dos cursos superiores, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, e fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio, e tem suas normas estabelecidas pela Resolução Normativa RN-017/2006 publicada no D.O.U de 13/07/2006, Seção: 1, Página: 11.

- **Agências de financiamento**

IFTO e CNPq

12.1.5.2. PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

- **Editais**

EDITAL Nº 21/2012 – PROPI/14 de Junho de 2012. (Cota institucional)

EDITAL Nº 29/2012 – PROPI/06 de Agosto de 2012. (Cota CNPq)

- **Número de Bolsas ofertadas**

IFTO: 10 bolsas

CNPq: 07 bolsas

- **Descrição da modalidade**

Visa estimular estudantes de cursos superiores de tecnologia ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação. O produto final da pesquisa deve gerar um processo ou produto de qualquer área de conhecimento, como por exemplo, o desenvolvimento de uma rotina laboratorial, de um método analítico, de um software, de um livro, de um manual, de um vídeo ou documentário.

- **Agências de financiamento**

IFTO e CNPq

12.1.5.3. ICJ – Iniciação Científica Junior

- **Editais**

EDITAL Nº 21/2012 – PROPI/14 de Junho de 2012. (Cota institucional)

Número de Bolsas ofertadas

IFTO: 47 bolsas

- **Descrição da modalidade**

Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e do Ensino Técnico Subsequente, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica orientadas por pesquisador qualificado.

- **Agências de financiamento**

IFTO

12.1.5.4. PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio

- **Editais**

EDITAL Nº 01/2012 – PROPI/ 23 de Janeiro de 2012 (encerrado)

- **Número de Bolsas ofertadas**

CNPq: 35 bolsas (seleção)

- **Agências de financiamento**

CNPq

- **Descrição da modalidade**

Visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, e fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio.

12.1.6. Bolsas de Pesquisa Aplicada em Arranjos Produtos Locais(APL) - do Programa de Apoio a Pesquisa (PAP)

12.1.6.1. Editais

EDITAL Nº 13/2012 – PROPI/ 03 de Maio de 2012

12.1.6.2. Número de Bolsas ofertadas

IFTO: 81 bolsas (seleção)

12.1.6.3. Agências de financiamento

IFTO

12.1.6.4. Descrição da modalidade

Selecionar propostas para apoio financeiro aos servidores do IFTO, na modalidade de bolsas de auxílio às ações de pesquisa visando minimizar ou eliminar gargalos dos Arranjos Produtivos Locais (APL), no estado do Tocantins. As propostas devem observar as condições específicas estabelecidas no Regulamento de Apoio a Pesquisa (PAP), aprovado pela resolução nº 16/2012/CONSUP/IFTO, de 05 de março de 2012.

12.2. Tabela Resumo

MODALIDADE		ARAGUAÍNA	ARAGUATINS	GURUPI	PALMAS	PARAÍSO	PORTO NACIONAL	TOTAL
PIBIC	OFERTADA	-	04	02	10	02	01	19
	APROVADA	-	03	03	07	01	02	
PIBIC/CNPq	OFERTADA	-	-	-	-	-	-	03
	APROVADA	-	-	-	02	01	-	03
PIBIC-Af/CNPq	OFERTADA	-	-	-	-	-	-	05
	APROVADA	-	01	-	04	-	-	05

PIBITI	OFERTADA	-	02	01	05	03	01	11
	APROVADA	-	-	-	-	-	-	
PIBITI/CNPq	OFERTADA	-	-	-	-	-	-	09
	APROVADA	-	01	-	06	02	-	09
ICJ	OFERTADA	10	08	05	10	15	02	50
	APROVADA	07	01	05	05	06	01	
PIBIC-EM/CNPq	OFERTADA	-	-	-	-	-	-	35
	APROVADA	-	-	-	-	-	-	
TOTAL POR CAMPUS	EM EXECUÇÃO	07	06	10	24	10	03	60
Ofertadas:								97
Bolsas ociosas no período:								38

12.3. PÓS-GRADUAÇÃO

12.3.1. Considerações Iniciais

Os Institutos Federais de Educação, Ciência Tecnologia tem a missão de oferecer educação profissional e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade, a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável.

O IFTO atua em vários níveis e modalidades de ensino, oferecendo atualmente educação profissional nos níveis médio e superior, atuando nas modalidades integrada, subsequentes e PROEJA e cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia. Tem ofertado ainda, cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em Telemática e Gestão Ambiental, objetivando a integração entre essas áreas e atender a demanda de qualificação de profissionais para futuramente ofertar mestrados acadêmicos e profissionalizantes.

Para a implantação de novos cursos e, principalmente, cursos de pós-graduação, existe a necessidade de qualificar os servidores, especialmente o corpo docente. E, para que isto aconteça, faz-se necessário a qualificação *Stricto Sensu* nas diversas áreas. Assim sendo, o IFTO com seu quadro docente qualificado, ampliará os horizontes de atuação da Rede Profissional e Tecnológica no Tocantins sem deixar de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades,

sobretudo no nível médio, e com forte inserção nas licenciaturas e programas de formação continuada, reafirmando desta maneira a verticalização que é um dos princípios dos IF's, contribuindo para o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, focados no processo de geração e inovação tecnológica, o que possibilitará aprimoramento profissional de toda a comunidade tocaninense e em especial todos os servidores do IFTO. Contudo, existe, também, um número reduzido de programas de Pós-Graduação na Região Norte, especialmente no Estado do Tocantins, o que tem dificultado o acesso dos servidores interessados em qualificar-se. Nesse sentido, faz-se necessário intensificar a atuação na área da pesquisa e pós-graduação no IFTO, com vistas a confirmar a verticalização.

Um número elevado de docentes das Instituições de Ensino Superior da Região Norte não possui o título de doutor, em parte pela ausência, no passado recente, de políticas eficazes para recrutar candidatos titulados às vagas abertas por meio de concursos públicos. **Qualificar esses quadros é parte do esforço que precisa ser feito para dotar a região dos recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica.** São fundamentais, para tanto, políticas que garantam a oferta de um número muito maior de doutorados interinstitucionais, recuperando a vocação original desses cursos para a redução de assimetrias regionais e flexibilizando a oferta, em casos específicos, por cursos com o conceito 4; a concessão de bolsas (pelo período de pelo menos três anos) aos docentes que buscam a qualificação em instituições de outras regiões do país (com ou sem estágio no exterior) e do exterior, alocando essas bolsas nas instituições de origem dos docentes ou nos Programas de Pós-Graduação que os recebem; flexibilizar a qualificação docente durante o estágio probatório, respeitada a autonomia das instituições; a viabilização econômica dos programas de pós-graduação em rede, que potencializam as competências distribuídas nas diferentes IES/IP-N; e a indução da abertura de doutorados em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional.

O presente relatório apresenta as atividades realizadas na diretoria de pós-graduação no período de março a dezembro de 2012, com o objetivo de contribuir com a estruturação administrativa da pós-graduação no IFTO, a oferta de cursos de pós-graduação e qualificação dos servidores.

12.3.2. Atividades Realizadas

- Levantamento de informações de servidores afastados para capacitação *stricto sensu*, bem como do envio do Relatório de Atividades Semestral – RESAD em cumprimento a Portaria nº. 02/2009.

Elaboração do Plano de Capacitação.

Atualização da titulação dos servidores do IFTO.

Contatos para efetivação de parcerias para capacitação de servidores do IFTO nas modalidades MINTER e DINTER.

Elaboração (em parceria com três docentes do *Campus Palmas*) do Projeto Dinter em Ciências da Engenharia Ambiental para realização de parceria entre IFTO e USP.

Acompanhamento na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Docência da Educação Profissional e Tecnológica.

Participação de Reuniões com o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT, com a finalidade de promover parcerias para a capacitação dos servidores do IFTO.

Participação na reunião com o Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Elaboração da Minuta do Regulamento de Bolsas para os Servidores Afastados do IFTO.

Elaboração da Minuta do Regulamento Geral da Pós-Graduação *Stricto sensu*.

Finalização do Projeto Minter em Educação para realização de parceria entre IFTO e UFSM.

Auxílio na aplicação das provas – Etapa 01 do Processo de Seleção do Minter em Educação (UFSM e IFTO).

Acompanhamento dos servidores afastados por meio do Relatório Semestral de Atividades Desenvolvidas – RESAD.

Acompanhamento na Elaboração e alteração do Regulamento de Afastamento de Servidores do IFTO.

Acompanhamento na Elaboração no Programa Institucional de Incentivo à Graduação e à Pós-graduação para Servidores do IFTO (Pró-Qualificar).

Organização e Execução do VII Congresso de Pesquisa e Inovação.

Participação na Implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Organização do I Workshop de Pós-graduação do IFTO.

12.4. Descrição das Atividades Desenvolvidas

• SERVIDORES DOCENTES AFASTADOS PARA CAPACITAÇÃO EM 2012

A Tabela 01 apresenta o nome dos servidores por *Campus* que ficaram afastados para capacitação em 2012. Observa-se que 22 servidores foram beneficiados com esta concessão, sendo 16 para capacitação no nível de doutorado e 6 para mestrado. Destes servidores, 13 são servidores do *Campus* Palmas, 03 do *Campus* Araguatins, 05 do *Campus* Paraíso e 01 do *Campus* Porto Nacional. Do total de servidores afastados, 11 foram beneficiados com bolsas do Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - PIQDTEC e estes servidores, bem como os servidores que não dispõem de bolsa, devem cumprir as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº. 02/2009 no qual estabelece orientação quanto aos procedimentos inerentes ao Relatório Semestral de Atividades Desenvolvidas – RESAD referente aos servidores do IFTO **afastados** para realização de programa de pós-graduação *stricto sensu* pertencentes aos programas PIQDTEC, Minter/Dinter e outros programas de pós-graduação, com ou sem bolsa. Dos 22 servidores afastados, 20 servidores não enviaram o RESAD referente ao 1º semestre/2012.

Tabela 1– Relação de servidores docentes do IFTO afastados para capacitação nos níveis Mestrado e Doutorado, além da especificação de envio do Relatório Semestral de Atividades - RESAD dos contemplados ou não com bolsa PIQDTec da CAPES em 2012

CAMPUS/NO ME	PERÍODO SAÍDA/RETOR NO	ÁREA DA TITULAÇÃO EM CAPACITAÇÃO	HÁ PENDÊNCIA DO RESAD 1º SEMESTRE/20 12	Especificar se recebe bolsa de estudos
CAMPUS ARAGUATINS				
IDELFONSO COLARES DE FREITAS	10/08/09 a 20/04/12	Doutorado	X	PIQDTEC
NELSON RAFAEL DA SILVA	04/03/11 a 04/03/13	Doutorado	X	
RAIMUNDO	20/02/09 a	Doutorado		

LAERTON DE LIMA LEITE	21/02/13			
CAMPUS PALMAS				
ADRIANA LOPES LEAL	01/02/08 a 01/02/12	Doutorado	X	PIQDTEC
FRANK TOSHIMI TAMBA	15/03/10 a 15/03/14	Doutorado	X	PIQDTEC
FRANCISCO CANINDÉ HOLANDA DE QUEIROZ	01/01/11 a 31/12/12	Doutorado	X	
JOÃO COELHO DE SOUSA FILHO	10/02/09 a 01/03/12	Mestrado	X	PIQDTEC
LUIZ ANTONIO DA SILVA	01/03/10 a 01/03/12	Mestrado	X	
MARCELO MENDES PEDROZA	01/03/09 a 15/01/12	Doutorado	X	PIQDTEC
MARCOS BALDUINO DE ALVARENGA	01/08/08 a 01/08/11	Doutorado	X	PIQDTEC
NAHETE DE ALCANTARA SILVA	16/01/12 a 28/02/15	Doutorado		
PAULO CÍCERO FRITZEN	01/02/08 a 01/02/12	Doutorado	X	PIQDTEC
RICARDO FRANGIOSI DE MOURA	01/02/08 a 01/02/11	Doutorado	X	PIQDTEC
TATIANA	01/04/09 a	Doutorado	X	

GRASSER	01/04/12			
VANESA RIOS MILAGRES	01/03/10 a 01/03/14	Doutorado	X	PIQDTEC
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS				
LEANDRO TEÓFILO PINTO DOS REIS	30/03/12 a 30/03/14	Mestrado	X	
MÁRCIO ECKARDT	25/07/2011 a 25/01/2013	Mestrado	X	
ROBERTO LIMA SALES	30/04/2011 a 30/04/2013	Mestrado	X	
ROBSON JOSÉ ESTEVES PELUZIO	23/03/08 a 23/03/12	Doutorado	X	PIQDTEC
ROGÉRIO CHAVES DA SILVA	30/04/12 a 30/04/15	Doutorado	X	
CAMPUS PORTO NACIONAL				
LILISSANE MARCELY DE SOUSA	01/03/10 a 02/08/12	Mestrado	X	PIQDTEC

• **PARCERIAS PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO IFTO NAS MODALIDADES MINTER E DINTER**

A Diretoria de Pós-graduação realizou contatos com Universidades do País com o intuito de buscar parcerias com o IFTO para a oferta de MINTER e DINTER, principalmente nas áreas de educação e meio ambiente. Diante dos contatos realizados, o IFTO iniciou um trabalho de parceria com a Universidade Federal de Santa Maria para oferta de um Minter em Educação e com a Universidade de São Paulo para a oferta de um Dinter em Ciências da Engenharia Ambiental, no qual o Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação do IFTO visitou estas universidades para efetivação das parcerias, porém, aguarda-se a publicação do edital da CAPES.

- **ELABORAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO**

Por meio da Portaria nº. 493/2011/IFTO/REITORIA de 21 de outubro de 2011 foram nomeados 07 servidores para comporem a Comissão de Capacitação dos servidores do IFTO, sendo encarregada de todos os atos relativos às capacitações, inclusive os processos licitatórios, com base em justificativas dos diretores gerais dos *campi*, no Termo de Acordo de Metas entre o IFTO e o MEC e estreita aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Foi elaborada justificativa do processo e este encaminhado a Procuradoria do IFTO, após apreciação do processo, foi elaborada minuta do edital que está prestes a ser publicado.

- **FINALIZAÇÃO DO PROJETO MINTER EM EDUCAÇÃO ENTRE IFTO E UFSM**

A Diretoria de Pós-Graduação elaborou em conjunto com profissionais da área de educação o projeto para submissão ao edital da CAPES para oferta de um MINTER em Educação entre IFTO e UFSM. O projeto foi elaborado antes da abertura do edital, e o mesmo foi submetido para apreciação. Em maio de 2012 houve a divulgação do resultado, onde tal projeto foi aprovado. Com isso, houve algumas alterações no projeto, visto que a divulgação do resultado foi tardia. Em outubro de 2012 o edital foi lançado e em novembro ocorreu o processo de seleção, vale ressaltar que todas as etapas ocorreram em Palmas/TO.

- **AUXÍLIO NA APLICAÇÃO DAS PROVAS – ETAPA 01 DO PROCESSO DE SELEÇÃO DO MINTER EM EDUCAÇÃO (UFSM E IFTO)**

Foram nomeados 03 servidores por meio da portaria nº. 341/2012, de 10 de outubro de 2012 para auxiliarem na aplicação das provas do Minter em Educação entre a UFSM e o IFTO. A Diretoria de Pós-graduação acompanhou todos os trâmites em conjunto com a Comissão de Seleção da UFSM e repassou para todas comissões nomeadas em todos os *campi* do IFTO, a fim de dar lisura ao processo.

- **ELABORAÇÃO (em parceria com a coordenação de meio ambiente/Campus Palmas) DO PROJETO DINTER EM CIÊNCIAS DA ENGENHARIA AMBIENTAL PARA REALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE IFTO E USP**

A Diretoria de Pós-Graduação elaborou em conjunto com profissionais da coordenação de meio ambiente o projeto para submissão ao edital da CAPES para oferta de um DINTER em Ciências da Engenharia Ambiental entre IFTO e USP. O projeto foi

finalizado em abril de 2012, e submetido ao Edital nº. 013/2012 da Capes, no entanto em outubro de 2012 o resultado foi divulgado, e a proposta encaminhada foi rejeitada. Em seguida, foi encaminhado ofício a USP com intuito de esclarecer vários pontos do parecer emitido pela Capes.

- **ACOMPANHAMENTO NA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE AFASTAMENTO DE SERVIDORES DO IFTO**

A Diretora de Gestão de Pessoas encaminhou minuta com adequações necessárias a este Regulamento, estas foram apreciadas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, que em seguida foram encaminhadas ao Colégio de Dirigentes e Conselho Superior para aprovação.

- **PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO A GRADUAÇÃO E À PÓS-GRADUAÇÃO PARA SERVIDORES DO IFTO (PRÓ-QUALIFICAR)**

A Diretoria de Pós-Graduação trabalhou em conjunto com a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação auxiliando a Diretoria de Gestão de Pessoas no Regulamento Geral do Programa Institucional de Incentivo a Graduação e à Pós-Graduação para Servidores do IFTO (Pró-Qualificar).

- **PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DA MINUTA DO REGULAMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DO IFTO**

A Diretoria de Pós-Graduação está trabalhando na minuta do Regulamento Geral da Pós-Graduação *Stricto sensu* do IFTO.

- **PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DA MINUTA DO REGULAMENTO GERAL PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA SERVIDORES DO IFTO**

A Diretoria de Pós-Graduação está trabalhando na minuta do Regulamento Geral para concessão de bolsas de Pós-Graduação para servidores do IFTO.

- **PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

A Diretoria de Pós-Graduação participou por meio de comissão da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência da Educação Profissional e Tecnológica. Posteriormente esta participou em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação das discussões e considerações a fim de enriquecer o projeto pedagógico do curso.

- **PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES COM O PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFT**

Participação em reunião com o pró-reitor, em virtude de realizar uma parceria com a UFT a fim de promover a qualificação de seu pessoal em programas de mestrado e doutorado na UFT, a partir dos Programas existentes ou que forem aprovados e implantados, respeitando a adesão voluntária e os procedimentos regulamentares de seleção de cada Programa de Pós-Graduação.

- **PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Participação em reunião com o secretário, para expor a importância de qualificar os quadros docentes e técnico-administrativos, pois é parte do esforço que precisa ser feito para dotar a região dos recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica.

- **ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO VII CONNEPI**

A Diretoria de Pós-graduação participou ativamente de todas as etapas de organização do VII CONNEPI – Congresso de Pesquisa e Inovação que ocorreu em Palmas/TO, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2012. Através da Portaria nº. 119/2012, de 11 de abril de 2012, foram designados servidores para comporem as coordenações e comissões responsáveis por viabilizar a execução do VII CONNEPI no IFTO, com isso esta Diretoria ficou responsável pelas Inscrições e Submissões dos Artigos ao Congresso, contudo vale ressaltar que houve a participação em outras etapas, tais como avaliação de artigos, designação de artigos aos avaliadores, elaboração de planilhas dos artigos aprovados nas formas oral e pôster, além de planilhas de apresentação de tais artigos com horários e locais de apresentação; esta também participou na elaboração dos certificados dos participantes. Na execução do Congresso houve a participação ativa nas apresentações dos artigos, organizando os locais de apresentação, além da organização dos locais dos minicursos.

- **ORGANIZAÇÃO DO I WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFTO**

A Diretoria de Pós-graduação participou da organização do I Workshop de Pós-graduação idealizado pelo Magnífico Reitor, tendo como objetivo apresentar as produções bibliográficas dos doutores, a participação destes nos grupos de pesquisa do IFTO, e também do envolvimento com os Programas de Iniciação Científica para assim através de relatório elaborado no evento haver o amadurecimento de ideias e projetos a cursos novos *stricto sensu*. Vale ressaltar que houve a presença de um avaliador de área da Capes com intuito de fornecer os critérios específicos e requisitos gerais do envio das propostas de cursos novos de mestrado a Capes.

Nesta reunião foram levantados alguns questionamentos, tais como:

1 - Levantamento de doutores e doutorando de cada campus, junto ao coordenador de pesquisa, pós-graduação e inovação (apontar a produção e orientação de iniciação científica e trabalho de conclusão de curso, interesse em uma grande área e afins, e informar a necessidade de atualização constante do Currículo Lattes);

2 – Levantamento de toda a infraestrutura dos laboratórios e acervo bibliográficos no campus, e apontar possíveis parceiros. Importante, ao descrever os equipamentos, indicar a marca e o modelo, e detalhar a situação de uso, apontando os defeitos. Áreas de Interesse: Ciências Agrárias e Engenharia Elétrica

3 – Formação de Comissões a fim de estruturar as áreas promissoras para implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*:

- Área de Ciências Agrárias:

Campus Gurupi: Sabino Pereira da Silva Neto

Marcelo Alves Terra

Campus Araguatins: Rosângela Martins de Oliveira

Francisco Filho da Silva

Raimundo Laerton de Lima Leite

Campus Paraíso do Tocantins: Cristiane Miranda Martins

- Área de Engenharia Elétrica:

Campus Palmas: Claudio de Castro Monteiro

Valcí Ferreira Vítor

Sérgio Batista da Silva

4 – Verificar a situação com relação ao acesso do Portal da Capes e das bases disponíveis nas áreas de Ciências Agrárias e Engenharia Elétrica.

5 – Incentivar o acesso ao Portal da Capes.

6 – Solicitar a assinatura de periódicos.

7 – Solicitar aos doutorandos encaminhamentos aos grupos das chamadas para submissão de publicações de artigos.

8 – Convidar docentes de IF's, nos quais tenham programas de mestrado aprovados na Capes, preferencialmente das áreas de Ciências Agrárias e/ou Engenharia Elétrica.

9 – Ficou decidido que a próxima reunião para continuação e apresentação dos dados será nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2013.

• **PARTICIPAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**

Participação da comissão nomeada por meio da Portaria nº. 440/2012/GAB/REITORIA/IFTO, de 05 de novembro de 2012 que visa implantar, executar e monitorar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública no âmbito do IFTO.

12.5. Participação em Eventos

- Participação no Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI) em Palmas/TO no período de 19/10/2012 a 21/10/2012.

12.6. Considerações Finais

A Pós-Graduação é um desafio para o IFTO, uma vez que o número de profissionais com titulação é relativamente baixo, bem como o número de publicações,

orientações e projetos em andamento. Faz-se necessário realizar ações voltadas para a sensibilização dos servidores, especialmente o corpo docente, no sentido de intensificar a atuação na área da pesquisa e pós-graduação, propiciando o interesse para o desenvolvimento de pesquisas, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e consequentemente publicações das pesquisas realizadas; após os resultados obtidos dos cursos *lato sensu* ofertados e suas publicações é possível o IFTO ofertar cursos *stricto sensu*.

Com relação à capacitação de profissionais nos níveis mestrado e doutorado, o IFTO passa por um momento em que boa parte dos servidores ainda estão em estágio probatório e quando na finalização do mesmo, a problemática será que todos não poderão, ao mesmo tempo, ser agraciados com o afastamento total para capacitação. Diante disso, o IFTO tem buscado meios para efetivação de parceria de MINTER E DINTER e tem encontrado dificuldades como: instituições sem interesse para ofertar estas modalidades e as políticas públicas da CAPES, que cada vez mais dificultam a abertura de editais de financiamento para Minter e Dinter. Espera-se que em 2013 a pós-graduação possa expandir, com resultados positivos no sentido de contribuir com a verticalização do IFTO, para isto, a Diretoria de Pós-Graduação está atuando para incentivar a criação de novos cursos *lato sensu* e a participação dos pesquisadores em projetos de iniciação científica melhorando assim suas publicações, para que possamos assim criar o tão almejado curso *stricto sensu* do IFTO.

13.INOVAÇÃO

13.1. Considerações Iniciais

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), foi criado em cumprimento à Lei de Inovação (Lei 10973/04 e Decreto 5563/05), a partir do Ato da Reitoria nº 001/2010, de 13 de setembro de 2010, sendo o principal órgão de execução da política institucional para a proteção e transferência de tecnologia da Propriedade Intelectual no IFTO. O Núcleo, dentre as suas finalidades, tem o compromisso de conferir aos pesquisadores do IFTO suporte no processo de patenteamento de inventos, produtos e processos gerados nas atividades de pesquisa e que possam ser transformados em benefício para a sociedade. O Núcleo objetiva ainda facilitar o acesso das instituições ao conhecimento gerado no IFTO,

passível de utilização, direta ou indireta, no processo produtivo, na gestão pública e em áreas afins. A regulamentação de prestação de serviços, criação de empresas juniores e incubadoras de empresas no âmbito do IFTO também será realizada pelo NIT, com o intuito de incentivar o empreendedorismo e atender às demandas da sociedade.

Como metodologia de implantação do NIT foi criado um grupo de trabalho composto por servidores diretamente envolvidos nas diversas instancias da instituição. O grupo de trabalho (GT-NIT) foi constituído por coordenadores de Pesquisa e professores colaboradores dos *campi* especializados na área de Gestão da Inovação, bem como gestores da Reitoria em que a sua atuação estava diretamente relacionada com as ações do NIT. As atribuições do GT-NIT foram norteadas pela definição de diretrizes, estratégias, normas e abordagens de gestão e avaliação voltadas para atender ao escopo de atuação de um núcleo de inovação tecnológica descrito na Lei de Inovação e pelas boas práticas de gestão tecnológica das ICT estabelecidas no Brasil e no exterior.

Os Membros do GT-NIT (PORTARIA nº 589/2010/REITORIA, 28 DE SETEMBRO DE 2010) foram constituídos pela Reitoria (Vanessa David Domingos e Joel Ferreira Lopes), *Campus* Palmas (Alysson Soares da Rocha, Adriano dos Guimarães de Carvalho, Guilherme Bizarro Salve), *Campus* Paraíso do Tocantins (Kallyana Moraes Carvalho), *Campus* Porto Nacional (Elias Vidal Bezerra Júnior), *Campus* Araguaína (Mário de Souza Lima e Silva), *Campus* Araguatins (Francisco Filho da Silva), *Campus* Gurupi (Marcelo Alves Terra).

As atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho foram: elaboração do planejamento estratégico do NIT e elaboração do regimento do NIT. A auto-avaliação inicial e o estabelecimento de um planejamento estratégico voltado para atingir a excelência institucional em todas as dimensões pertinentes à missão do NIT para o IFTO foram definidos como ponto de partida para elaboração e implantação de uma política institucional de inovação e gestão de propriedade intelectual.

O trabalho deste grupo resultou em uma minuta de regulamento do funcionamento do NIT que foi apreciado pelo Colégio de Dirigentes e pela Procuradoria do IFTO. O documento foi encaminhado ao Conselho Superior para apreciação e aprovação.

Os períodos de greve (2011 e 2012) foram negativos para implantação do planejamento estratégico do NIT e consequentemente na consolidação de ações

pertinentes à finalidade do NIT. No entanto, mesmo com a limitação da greve e de recursos humanos realizamos, neste ano, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do TO, SEBRAE e FIETO, um evento de inovação, intitulado Mobilização Empresarial para Inovação. Também foi realizado o VII Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação que promoveu a discussão do tema inovação dentro de sua programação.

A construção da política de inovação do IFTO é um processo contínuo onde a elaboração de documentos institucionais pertinentes ao tema inovação é bastante complexa. Há a necessidade de servidores capacitados na temática e um estudo aprofundado da legislação pertinente.

13.2. Atividades Desenvolvidas

- Continuidade nas discussões junto ao grupo de trabalho quanto à elaboração do regimento do NIT e encaminhamento para apreciação e aprovação pela Procuradoria e Conselho Superior;
- Revisão do planejamento estratégico do NIT;
- Participação de Reuniões com o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT, com a finalidade de promover parcerias para a capacitação dos servidores do IFTO.
- Participação no Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia no mês de abril para criação da Rede Tocantinense de Inovação.
- Participação da Agrotins 2012 proferindo a Palestra – Propriedade Intelectual no meio acadêmico;
- Participação de reuniões com o Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia do Tocantins e sua equipe;
- Reuniões com gestores dos NIT da UFT e Unitins para criação da Rede Tocantinense de Inovação.
- Elaboração junto com a equipe da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do Planejamento Estratégico de Ações para 2011-2014.
- Levantamento dos servidores com perfil para compor a equipe do NIT;
- Organização do VII CONNEPI.

- Seleção de servidores para Curso de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Inovação.
- Elaboração dos tramites de proteção da propriedade intelectual no âmbito do IFTO.

13.3. Considerações Finais

O Núcleo de Inovação Tecnológica tem grande importância na condução da política institucional de inovação. As políticas estão sendo construídas e se materializando com a formação da equipe de trabalho do NIT, por meio de seus assessores, aprovação de seu regulamento e elaboração do regulamento dos tramites de proteção da propriedade intelectual no âmbito do IFTO. A dificuldade para implantação do NIT e suas ações são, excesso de carga horária, pouco conhecimento na gestão de NIT e legislação aplicada à inovação, falta de conhecimento da comunidade da existência do NIT, pouco participação dos docentes em ações de pesquisa e extensão.

14. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (proex)

O IFTO, através da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), realiza ações de extensão articuladas com ensino e a pesquisa que contribuem no processo educativo, cultural e científico, proporcionando uma relação transformadora entre o IFTO e a sociedade.

A PROEX esta dividida em: Diretoria de Relações Institucionais, Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais; Coordenação de Programas e Projetos de Extensão e Coordenação de Assistência ao Educando.

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DIREL/ PROEX/IFTO)

COOPERAÇÃO TÉCNICA (sem repasse de recursos) DREI/PROEX:

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA ASSINATURA	VALIDADE
ASCAMPA- Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO (Processo nº 23235.000163/2011-03)	O Presente Termo de Compromisso visa estabelecer cooperação entre o IFTO e a ASCAMPA no sentido de realizar a Coleta Seletiva Solidária de Materiais Recicláveis de acordo com as definições do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, bem como cooperação mútua com ações que envolvam a educação ambiental.	29/08/2012	29/08/2014

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

AHITAR	Oferecimento de Estágio Curricular	18/02/2011	18/02/2012
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	Oferecimento de Estágio Curricular processonº 23235000114/2012-43	12/06/2012	12/06/2013
DEFENSORIA PÚBLICA-TO	Oferecimento de Estágio Curricular	15/06/2010	15/06/2015
DENIT	Oferecimento de Estágio Curricular	16/04/2010	16/04/2015
EMBRAPA	Estágio Curricular e Extracurricular	01/08/2012	01/08/2017
EARTH -ESCUELA DE AGRICULTURA DE LA REGIÓN TROPICAL HÚMEDA- COSTA RICA Processo: 23235.000124/2012-89	Intercâmbio acadêmico e oferecimento de Estágio Curricular .	25/06/2012	25/06/2013
ELETROBRAS /ELETRONORTE Processo nº 23235.000099/2010-36	Oferecimento de Estágio Curricular	13/12/2010	13/12/2012
FULBRA	Oferecimento de Estágio Curricular	29/03/2010	29/03/2015
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Programa Agenda Ambiental da Administração Pública A3P do IFTO (DOU seção 3,pg 213 de 14/12/2011)	07/12/2011	07/12/2016
INCRA 23235.000202/2011-64	Oferecimento de Estágio Curricular	20/09/2010 Aditivado em 22/09/2011	20/09/2011 Aditivado: 22/09/2012
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA	Cooperação Técnica para Pesquisa e suporte técnico entre IFTO e IPEA.	23/05/2012	23/05/2014
NATURATINS	Oferecimento de Estágio Curricular	10/06/2011	10/06/2013

Processon° 23235.000127/2011-31			Aditivo
PROE/ACIPA	1- Oferecimento de Estágio Curricular 2- Cooperação técnica nos domínios da ciência, educação e cultura.	02/09/2010	02/09/2012
RURALTINS Processo:23235.000064/2011-13 2ºTermo Aditivo :Conv.01/2010)	- Cooperação Institucional; -Oferecimento de Estágio Curricular	20/04/2012	20/04/2013
SEAGRO Processo nº 23235.00068/2011-00	Oferecimento de Estágio e cooperação na agropecuária	07/02/2011	31/12/2014
SEBRAE-TO Processo nº 23235.000058/2011-66	Execução de atividades conjuntas de capacitação profissional na área de turismo, artesanato, cultura, empreendedorismo, gestão ambiental, agronegócios, bem como a realização do Desafio SEBRAE, Prêmio Técnico Empreendedor, eventos tecnológicos, Projeto Brasil-França com o foco no Turismo, Hospitalidade e Gastronomia e estágio curricular .	30/03/2011	30/03/2012
SECRETARIA DAS CIDADES e DESENVOLVIMENTO URBANO- GOV.ESTADUAL	JARDINS TOCANTÍNIOS Projeto de Arborização e Paisagismo do Tocantins- Território da cidadania Bico do Papagaio. Campus Araguatins	22/08/2011	22/08/2014
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE SESAU-TO Processo nº23235.000160/2012-42	Realização de Estágio e/ou pesquisa em Saúde	11/12/2009	11/12/2013

SESCOOP-TO (processo nº 23235.000174/2010-50	Execução de atividades conjuntas de capacitação profissional na área da educação cooperativista e estágio curricular. (sol. Aditivo)	26/11/2010	26/11/2014 (aditivo nº01/2011)
SEFAZ-TO	Estágio Extracurricular	05/05/2011	05/05/2014 (Termo Aditivo)
SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	Atividades conjuntas em prol do cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial conforme Lei 12.288/2010	30/09/2011	31/12/2014
SERIN-TO	Incentivar, apoiar e facilitar a cooperação nos domínios da ciência, educação e cultura.	28/09/2010	28/09/2012
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - TRE-TO	O objetivo a Cooperação Técnica para a realização de atividades extracurriculares, do PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO, que tem por finalidade precípua propiciar aos estudantes dos cursos oferecidos pelo IFTO conhecimentos teóricos e práticos sobre CIDADANIA e o PROCESSO DEMOCRÁTICO ELEITORAL BRASILEIRO, bem como de maximizar recursos humanos técnicos no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.	12/07/2012	12/07/2017
PREFEITURA MUNICIPAL – PALMAS Processo nº 23235000081/2011-51	Estágio Extracurricular	13/02/2012	13/02/2013
UNITINS Processo nº 23235.000001/2910-31)	Oferecimento de Estágio Curricular	22/04/2010	22/04/2015
UNIVERSIDADE	Intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos de docência, da	02/03/2012	02/03/2017

AVEIROS/PORTUGAL	investigação e intervenção cultural;		
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA –RS (UFSM)	O presente Convênio tem por finalidade estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica entre a UFSM e o IFTO, nas áreas de situação interesse comum.	06/08/2012	06/08/2017

Nas cooperações técnicas firmadas com Instituições Públicas e Privadas não há cláusulas que determine o repasse de recursos financeiros, apenas cooperação mútua para execução das atividades estabelecidas nos termos de parceria.

AÇÕES APOIADAS e/ou COORDENADAS PELA DRI/PROEX EM 2012:

- **PRONATEC/FIES:** Coordenação do Programa PRONATEC/FIES ,programa que tem por finalidade ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica através do financiamento estudantil abrangendo a educação profissional e tecnológica, a DRI coordena o processo de habilitação das escolas particulares no sistema FIES através da visita in loco pelos avaliadores as Escolas que solicitaram habilitação para atuar no PRONATEC/FIES.

INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARTICULAR HABILITADA:

-Avaliação do Instituto de Educação Santa Rita em Augustinópolis-TO

No Estado do Tocantins tivemos apenas uma Instituição que solicitou a avaliação, segundo a equipe técnica responsável pelo Programa no MEC o programa ainda está em fase de implantação e estudo do sistema, e que será enfatizado a divulgação em 2013.

ESTUDANTES QUE ESTAGIARAM EM 2012

CAMPUS	Nº EMPRESAS QUE OFERECERAM ESTÁGIOS	Nº ESTAGIOS
ARAGUATINS	51	134
ARAGUAINA	19	157
GURUPI	19	24
PALMAS	101	348
PARAISO DO TOCANTINS	41	113
PORTO NACIONAL	41	59

Total IFTO	272	835
-------------------	------------	------------

ESTÁGIO INTERNACIONAL:

Processo nº	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	ESTAGIÁRIOS	CAMPUS DE ATUAÇÃO
23235.000124/2012-89	EARTH -ESCUELA DE AGRICULTURA DE LA REGIÓN TROPICAL HÚMEDA-COSTA RICA	01-Lisien Melissa Rios Aguiriano (Honduras), 02-Eduardo Luis Cerdas Solís (Costa Rica), 03-Rafael dos Santos Silva (Costa Rica)	Araguatins
23235.000185/2012-46	Universidade d' Angers-França	Anne-Lise Cazassus	Paraíso do Tocantins

- ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS DO IFTO:

O *Campus* Araguaatins realiza anualmente o Encontro de Egressos, com o objetivo de acompanhar a vida profissional dos egressos , que participaram de palestras sobre inserção no mercado de trabalho, atualizaram seus dados e se confraternizaram este ano participaram 57 egressos de diversas turmas formadas pelos Campus.

O Campus Paraíso realizou palestra informativas e atualização de dados dos egresso de Agroindústria na Semana de Alimentos em 2012.

O Campus Palmas realizou no dia 05 de maio/2012 o seu 1º Encontro de Egressos, participaram representantes de turmas formadas pelo Campus Palmas, Direção Geral e Reitoria, onde foi discutida a questão da relação, Instituição com Egressos, o acompanhamento e diretrizes para inserção de nossos formandos e egressos no mercado de trabalho. .

-SEGURO DE VIDA DOS ALUNOS DO IFTO: Acompanhar e fiscalizar a execução do Seguro de Vida dos Estudantes do IFTO contrato 01/2011 apólice nº 0101.82.00.00000033 empresa Federal Seguros S/A; Em 2012 foram 7.112 estudantes segurados ; São segurados os estudantes devidamente matriculados nos cursos presenciais ou da Educação à Distância- EAD oferecidos pelo IFTO ;

COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Atividades realizadas pela CRAI da PROEX/IFTO durante exercício de 2012.

1º Semestre / 2012

- Elaboração do Programa de Apoio aos Centros de Idiomas do IFTO – PACI.

- Convênio consolidado com Universidade Sorbonne Nouvelle.

- Participação no Fórum de Assessores Internacionais – FORINTER.

- Convênio firmado com a Earth Universidad – Universidade da Costa Rica.

- Curso de capacitação dos professores de línguas do IFTO na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3.

- Reunião com a Presidente do núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3.

- Reunião na ENSAT – Faculdade de Agronomia de Toulouse – França sobre os bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras.

- Assessoria e encaminhamento dos bolsistas do Ciência sem Fronteiras – Araguatins para a ENSAT –Toulouse, França.

- Reunião na reitoria com os professores capacitados na França para elaboração da ementa do curso básico de língua e cultura francesa.

2º Semestre / 2012

- Elaboração de edital para chamada interna do Ciência sem Fronteiras – IFTO

- Reunião com professores do curso de turismo juntamente com representantes do setor hoteleiro de Palmas

- Recepção, tradução e apresentação de projeto de extensão à delegação de diretores franceses dos liceus de La Rochelle e Saint Quentin em visita ao IFTO por meio do protocolo franco-brasileiro

- Elaboração de proposta de parceria do IFTO com o Centro de Idiomas da UFT – reunião com a diretora do Centro de Idiomas da UFT sobre curso de verão para professores do IFTO

- Convênio firmado com o British Council para fornecer treinamento docente para aplicação do teste de proficiência em língua inglesa – IELTS, aos alunos e servidores do IFTO.

- Reunião com a secretária da Associação Tocantinense de professores de Língua Francesa

- Reunião com os professores da área de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho sobre ações realizadas na França por meio do protocolo franco-brasileiro.

- Reunião na SETEC para tratar das ações e financiamento do protocolo franco-brasileiro nos eixo de saúde e serviço social.

- Audiência pública no CNPQ para os coordenadores institucionais do programa Ciência sem Fronteiras.

- Palestra sobre o Programa Ciência sem Fronteiras aos graduandos do IFTO.

- Elaboração de edital e seleção de estudantes para chamada interna do Ciência sem Fronteiras – IFTO.

COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

-Alunos atendidos com auxílios de acordo com o Programa de Assistência ao Estudante (Transporte; Alimentação; Moradia; Material Didático; Uniforme; Auxílio de Formação Profissional; Auxílio Emergencial; Assistência Médica; Odontológica e Psicossocial; Auxílio aos pais estudantes; Arte/Cultura e Esporte/Lazer; Inclusão Digital).

Campus	Araguaína	Araguatins	Gurupi	Palmas	Paraíso	Porto	Reitoria
Janeiro	---	554	---	218	*	---	
Fevereiro	---	872	---	269		---	
Março	---	652	91	269		---	
Abril	27	775	91	---		---	
Maio	35	908	91	144		144	94
Junho	35	830	91	130		130	
Julho	31	12	89	124		24	
Agosto	33	584	88	123		24	

Setembro	185	852	88	350		127	
Outubro	320	852	86	318		127	46
Novembro	302	852	84	376		52	178
Dezembro	259	868	84	351		---	

* O campus Paraíso não apresentou os dados.

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Atividades realizadas pela à Coordenação de Programas e Projetos de Extensão da PROEX/IFTO durante exercício de 2012.

- PROGRAMA MULHERES MIL - visa à inclusão social através da oferta de formação profissional focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho de forma a melhorar a qualidade de suas vidas e das comunidades onde vivem.

Ofertas IFTO ano de 2012

- *Campus* Palmas - Curso Básico de Qualificação Profissional em Camareira com total de 220 horas formando 35 camareiras.
- *Campus* Gurupi - Capacitação em Organização, Limpeza e Saúde do Ambiente Doméstico com total de 161 horas formando 86 profissionais na área de limpeza e saúde para o ambiente doméstico.
- *Campus* Araguatins – Formação Inicial e Continuada em Horticultura com total de 240 horas formando 100 profissionais de hortifrúti.

- PROGRAMA DE BOLSA DE EXTENSÃO (PBEX) IFTO – visa viabilizar a integração do conhecimento científico e tecnológico com as demandas sociais. As atividades desenvolvidas por esta coordenação diante do PBEX foram: a criação do Programa, lançamento de edital, divulgação de resultados de seleção de projetos, monitoramento dos projetos, confecção de modelos de relatório parcial e final.

- Projetos em APL desenvolvidos através do PBEX em 2012 por *campi*:

Campus Araguatins

Capacitação de professores no uso da informática em atividades docentes na Escola do projeto de assentamento rural boa sorte (Araguatins TO).

Ovinocultura sustentável na região do Bico do Papagaio
Desenvolvimento de um protótipo de um sistema web para auxiliar o controle leiteiro dos produtores da mesorregião do bico do papagaio.
Desenvolvimento da cadeia produtiva leiteira da mesorregião do bico do papagaio.
Alfabetização digital
Reativação da horta comunitário bom pastor.
Vivência agrária e associativismo no P.A. Rancho Alegre: tecnologias aplicadas a melhorias dos processos produtivos agrícolas.
Horta orgânica comunitária: uma integração universidade/ comunidade como pressuposto de geração de renda para os moradores do PA Transaraguaia.
Educação e sustentabilidade: novas perspectivas para assentados da fazenda Dezesseis.
Aplicação de métodos da inclusão digital como meio de desenvolvimento educacional para alunos da Escola Estadual Cem.
Utilização da bio-inseticida no controle da lagarta do cartucho na cultura do milho no P.A. Maraingá
Implementação do associativismo na horta comunitária do município de Araguatins.
Assistência técnica para a horta comunitária de Araguatins.
Implementação de ações para a destinação correta dos resíduos produzidos no IFTO campus Araguatins.

Campus Araguaína

Oficinas em Terapia: Saúde Mental e Inclusão Econômica.
Curso de Pintura em tecido: Um meio de inclusão econômica.
Motivação educacional e científica por meio de apresentações de palestra e discussões sobre temas ambientais e de saúde pública.
Projeto Artesanal: criar arte fazendo renda.
Inclusão digital e o mercado de trabalho.

Campus Paraíso do Tocantins

Educação Ambiental para o Arranjo Produtivo Local Sustentável: Produtos Locais de Hortaliças que atuam na feira livre de Paraíso do Tocantins – TO.

Descomplicando a Inovação – Capacitação em inovação para empresários do APL de confecções de Paraíso do Tocantins – TO.
Implantação do Centro de Idiomas.
Abastecimento Local de Hortifruti na comunidade Vila Santana – Paraíso do Tocantins – TO.
Material Concreto no Ensino de Matemática: possibilidades e desafios
Assessoria a abacaxicultores familiares na gestão financeira do negócio.

Campus Palmas

Eficiência Energética das Unidades de Processamento de Pescado nas colônias de Pesca do Tocantins.
Sugestão de Política de Acompanhamento da Evasão no Ensino Presencial.
Fazenda Modelo – Arranjo Produtivo Local da Bovinocultura Leiteira na Região de Palmas.
Fazenda Modelo – Arranjo Produtivo Local da Suinocultura na Região de Palmas.
Capacitação de professores de Física da rede estadual de ensino do Tocantins.
Sistema Informatizado de Gestão Socioeconômico e Ambiental Integrada para a Colônia de Pesca, Tocantins.
Curso de Qualificação em Pedreiro Iniciante.
Qualificação em Extensão e Desenvolvimento Rural voltado à agricultura familiar e o setor pesqueiro do Tocantins.
Economia Solidária no Foco do Turismo.
Projeto Social de Inclusão Digital "Anjo da Guarda"
Estudo dos Riscos Ocupacionais das Condições de Trabalho dos Lavadores de Carro do município de Palmas - TO
Organização de Eventos: negócios e oportunidades.
Incentivo ao Consumo de Peixe no Estado do Tocantins: um projeto experimental em Palmas, Tocantins.
Fazenda Modelo - Arranjo Produtivo Local da Ovinocultura de Corte na Região de Palmas.
Desenvolvimento solidário e sustentável da cadeia da pesca no Estado do Tocantins.
"Parlamento Jovem Tocantinense"

Campus Gurupi

Arranjo Produtivo Local na zona rural de Gurupi: Novas tecnologias da informação na prática pedagógica dos professores do centro de ensino rural João Tiago da Costa
Produção de Biojóias com vetor de geração de renda, inclusão social e cultural.
Apicultura como alternativa no agronegócio.
QuiLimpa: trabalhando o reaproveitamento de óleo de cozinha usado e a economia doméstica.

Aspectos relevantes a saúde pública no controle de qualidade na verificação dos parâmetros microbiológicos na desinfecção de caixas da água nas residências na cidade de Gurupi.

Campus Porto Nacional

Caracterização da água usada como insumo produtivo pela Comunidade Quilombola Malhadinha.

Constituição de Arranjo Produtivo Local de Empresas de Tecnologia da Informação no Município de Porto Nacional - TO

PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS COM OUTRAS FOMENTADORAS:

- Capes – Tocantins com Novos Talentos que visa proporcionar atividades extracurriculares a professores e alunos da rede pública de ensino com vistas a melhorias da educação básica;
 - A atuação do IFTO se deu através do *campus* Paraíso com o Projeto: **“Preservando o Cerrado Tocantinense: Práticas extracurriculares em educação ambiental”** voltado para a capacitação de alunos da rede pública de ensino.
- Ministério das Comunicações – o programa visa a inclusão digital nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações que venham fortalecer a institucionalização das políticas públicas de inclusão social.
 - A atuação do IFTO se deu nos *campi* Gurupi e Araguatins com os projetos:
 - Gurupi – Projeto **INCLUIR: tecnologia e movimento na prática pedagógica dos professores do Centro de Ensino Integrado Rural João Tiago da Costa** voltado para a capacitação e formação, no âmbito da inclusão digital;
 - Araguatins – Projeto Superando o isolamento: as TIC na Escola Estadual Isolda Boa Sorte (P.A. Boa Sorte – Araguatins –TO) voltado para inclusão digital dos alunos da escola estadual situada no assentamento Boa Sorte.

PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi Instituído no dia 26 de outubro pela Lei nº 12.513/2011 e visa a ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população brasileira por intermédio de uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

ATENDIMENTO PRONATEC IFTO ANO 2011/2012
CICLO I (DE DEZEMBRO DE 2011 A JUNHO DE 2012)

Campus/IFTO Nº DE CURSOS: 15	Cursos	Carga Horária	Número de Vagas	Hora Aula Aluno
GURUPI	AGRICULTOR FAMILIAR	200	25	5000
ARAGUAINA	CUIDADOR DE IDOSO	160	40	6400
	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	40	6400
PARAÍSO DO TOCANTINS	PROGRAMADOR WEB	200	25	5000
	MONT. E MAN. DE COMPUTADORES	160	20	3200
CAMPUS PALMAS	ELET. INST. PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	200	20	4000
	REC. DE EVENTOS	160	20	3200
	AQUICULTOR	160	30	4800
	ELET. INDUSTRIAL	300	20	6000
	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	30	4800
	OPERADOR DE TRAT. DE RES. SÓLIDOS	160	30	4800
PORTO NACIONAL	AUX. ADMINISTRATIVO	160	30	4800
	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	20	3200
	RECEPCIONISTA	160	30	4800
TOTAL DE VAGAS: 380				

CICLO II (DE JANEIRO A DEZEMBRO 2012)

CAMPUS DO IFTO	CURSO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	HORA-ALUNO
ARAGUAÍNA	BALCONISTA DE FARMÁCIA	240	40	9600
	CUIDADOR INFANTIL	160	40	6400

	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	40	6400
	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	40	6400
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	40	6400
ARAGUATINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	40	6400
	AGRICULTURA FAMILIAR	200	40	8000
	AUXILIAR DE OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTOS DE ÁGUA	160	40	6400
	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	160	40	6400
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	40	6400
	AGRICULTURA FAMILIAR	200	40	8000
	AUXILIAR DE OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTOS DE ÁGUA	160	40	6400
	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	160	40	6400
GURUPI	AGRICULTURA FAMILIAR	200	28	5600
	AGRICULTURA FAMILIAR	200	28	5600
PALMAS	ELET. INST. PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	300	30	9000
	REC. DE EVENTOS	160	30	4800
	ELET. INDUSTRIAL	300	30	9000
	OPERADOR DE TRAT. DE RES. SÓLIDOS	160	30	4800
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	30	4800
	RECEPCIONISTA	160	30	4800
	VENDEDOR	160	30	4800
PARAÍSO DO TOCANTINS	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	200	30	6000
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	180	30	5400
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	30	4800

	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	160	30	4800
	AUXILIAR EM WEB DESIGNER	160	30	4800
	AUXILIAR TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	200	30	6000
	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	160	30	4800
PORTO NACIONAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	200	30	6000
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	200	30	6000
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	200	30	6000
	AUXILIAR DE CRÉDITO E COBRANÇA	200	30	6000
	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	200	30	6000
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	200	30	6000
TOTAL DE VAGAS: 1.176				

CICLO III

PREVISÃO 2013 (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013)

CAMPUS DO IFTO	CURSOS	CARGA HORÁRIA	VAGAS	MODALIDADE	DEMANDANTE
ARAGUAÍNA (Nº DE CURSOS: 11)	BALCONISTA DE FARMÁCIA	240	40	FIC	SEDUC
	BALCONISTA DE FARMÁCIA	240	40	FIC	SEDUC
	CUIDADOR INFANTIL	160	40	FIC	MDS
	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	40	FIC	SEDUC
	OPERADOR DE	160	40	FIC	SEDUC

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

	COMPUTADOR				
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	160	40	FIC	SEDUC
	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	160	40	FIC	SEDUC
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	40	FIC	SEDU
	VENDEDOR	160	40	FIC	SEDUC
	Nº	160	40	FIC	MDS
	01	160	40	FIC	MDS
	02	1.920	440	-	-
ARAGUATINS (Nº DE CURSOS: 17)	03	1.000	40	TÉCNICO	SEDUC
	04	1.000	40	TÉCNICO	SEDUC
	05	160	40	FIC	SEDUC
	06	160	40	FIC	SEDUC
	07	160	40	FIC	SEDUC
	08	160	40	FIC	MDS
	09	160	40	FIC	SEDUC
	10	160	40	FIC	SEDUC
	11	160	40	FIC	SEDUC
		160	40	FIC	MDS
	<u>12</u>	200	40	FIC	SEDUC
	13	200	40	FIC	SEDUC
	14	200	40	FIC	SEDUC
	15	200	40	FIC	SEDUC
	16	200	40	FIC	MDA
	17	200	40	FIC	MDA
	18	200	40	FIC	MDA
	19	4.680	680	-	-

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

GURUPI (Nº DE CURSOS: 11)	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	240	40	FIC	SEDC
	MESTRE DE OBRAS	300	40	FIC	MTE
	DESENHISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	200	40	FIC	SEDUC
	OPERADOR DE COMPUTADOR	160	40	FIC	SEDUC
	PROGRAMADOR WEB	200	40	FIC	SEDUC
	ESPAÑHOL BÁSICO	160	40	FIC	SEDUC
	ESPAÑHOL INTERMEDIÁRIO	160	40	FIC	SEDUC
	INGLÊS BÁSICO	160	40	FIC	SEDUC
	INGLÊS INTERMEDIÁRIO	160	40	FIC	SEDUC
	IDENTIFICADOR FLORESTAL	160	40	FIC	SEDUC
	AGRICULTOR FAMILIAR	200	40	FIC	SEDUC
	TOTAL	2.100	440	-	
PALMAS (Nº DE CURSOS: 12)	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	240	30	FIC	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS SOCIOEDUCATIVOS
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	160	30	FIC	SEDUC
	CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL	200	30	FIC	SEDUC
	DESENHISTA DE TOPOGRAFIA	160	30	FIC	MDA
	ELETRICISTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	200	30	FIC	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	200	30	FIC	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E

					COMERCIO EXTERIOR
	ESPAÑHOL BÁSICO	160	30	FIC	SEDUC
	ESPAÑHOL INTERMEDIÁRIO	160	30	FIC	SEDUC
	INGLÊS BÁSICO	160	30	FIC	SEDUC
	INGLÊS INTERMEDIÁRIO	160	30	FIC	SEDUC
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	160	30	FIC	SEDUC
	PISCICULTOR	160	30	FIC	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
	AGRICULTOR FAMILIAR	200	280	FIC	MDA
	TOTAL	2.320	640	-	-
PARAÍSO DO TOCANTINS (Nº DE CURSOS: 16)	ESPAÑHOL APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	ESPAÑHOL APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	200	30	FIC	(SEDUC + PM + CRAS
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO	200	35	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO	200	35	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	200	35	FIC	(SEDUC + PM + CRAS
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	200	35	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADOR	200	25	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	MONTADOR E REPARADOR DE	200	25	FIC	SEDUC + PM

	COMPUTADOR				+ CRAS
	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS	200	30	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	HORTICULTOR ORGÂNICO	200	35	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	HORTICULTOR ORGÂNICO	200	35	FIC	SEDUC + PM + CRAS
	TOTAL	3.200	500	-	
PORTO NACIONAL (Nº DE CURSOS: 10)	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	200	35	FIC	SEDUC
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	200	30	FIC	MTE
	OPERADOR DE COMPUTADORES	200	30	FIC	SEDUC
	OPERADOR DE COMPUTADORES	200	30	FIC	SEDUC
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	200	30	FIC	MINISTÉRIO DA DEFESA
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	200	30	FIC	SEDUC
	AUXILIAR DE CRÉDITO E COBRANÇA	200	35	FIC	SEDUC
	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE SANEAMENTO	200	25	FIC	SEDUC
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	200	35	FIC	SEDUC
	AGRICULTOR FAMILIAR	200	30	FIC	MDA

	TOTAL	2.000	310	-	
DIANÓPOLIS (Nº DE CURSOS: 08)	PISCICULTOR	200	30	FIC	MDS
	HORTICULTOR ORGÂNICO	200	30	FIC	MDS
	FRUTICULTOR	200	30	FIC	MDS
	PISCICULTOR	200	30	FIC	MDS
	HORTICULTOR ORGÂNICO	200	30	FIC	MDS
	FRUTICULTOR	200	30	FIC	MDS
	TOTAL	3.190			

13. Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO IFTO

13.1. Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2012	2011	2010	2009	2008
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	6,14	4,17	3,48		
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	30,2%	56,4	49,2%		
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	8,4%	3,3%	7,9%		
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	37,6%	21,1%	16,5%		
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	44,9%	3,2%	8,7%		
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número de Alunos matriculados/número de docentes	22,6	16,5	15,6		

IFTO – RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos/ Alunos Matriculados	6.490,10	9.222,22	1.819,76		
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal/Gastos TOTALx100	48,18	51,17	57,73		
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios/Gastos Total x 100	25,27	18,68	20,20		
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras/Gastos Total	0	0	0		
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar		4.492 (*)	2.589(**)			
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$	2,094	2,089	1,869	2,0751	

FONTE: SISTEC/ MEC SIAFI e SIAPE

(*)-Este quantitativo de estudantes está dividido em: **0 < RFP ≤ 1 SM** = 2.620 estudantes; **1 < RFP ≤ 2 SM** = 1.159 estudantes; **2 < RFP ≤ 3 SM** = 271 estudantes; **3 < RFP ≤ 5 SM** = 299 estudantes; **Acima de 5 SM** = 34 estudantes; **Não declararam Renda** = 109 estudantes. (Porto Nacional + Araguaína + Palmas + Paraíso do Tocantins + Araguatins + Gurupi)

(**)-Este quantitativo de estudantes está dividido em: **0 < RFP ≤ 1 SM** = 1.078 estudantes; **1 < RFP ≤ 2,5 SM** = 906 estudantes; **2,5 < RFP ≤ 3 SM** = 36 estudantes; **Acima de 3 SM** = 569 estudantes.

- A Fonte de pesquisa para o índice de titulação do Corpo Docente de 2008 não se encontra disponível para acesso em virtude de pertencer a órgãos extintos: 26331 – Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e 26223 – Escola técnica Federal.

14.ANEXOS

14.1. ANEXO A – Portaria comissão central responsável pelo relatório de gestão



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
GABINETE DO REITOR**

PORTARIA Nº 34/2013/GAB/REITORIA/IFTO, DE 29 DE JANEIRO DE 2013

O REITOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pela Portaria nº 514/2011/GAB/REITORIA/IFTO, de 01 de novembro de 2011, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Central responsável pela elaboração do Relatório de Gestão do IFTO, referente ao Exercício 2012, que será consolidado a partir das informações geradas pelas Comissões dos *campi*:

Nome	Designação
Cícero Salatiel Pereira Lopes	Presidente
Janaína Miranda Muradas Amorim	Membro
Joel Ferreira Lopes	Membro
Adriano dos Guimarães de Carvalho	Membro
Alysson Soares da Rocha	Membro
Ana Paula Mecnas Santos Pin	Membro
Maria Edileuza Ferreira de França	Membro

Art.2º Os Diretores-gerais dos *campi* do IFTO, deverão constituir Comissões Locais, compostas no mínimo, de gestores financeiros e de educação. As portarias deverão ser encaminhadas no menor espaço de tempo à Comissão Central, para os procedimentos que se fizerem necessários.

Art.3º As Comissões Locais terão o prazo limite de entrega dos relatórios, à Comissão Central, o dia 04/03/2013.

Art.4º A Comissão Central deverá encaminhar à Reitoria o relatório de gestão até o dia 18/03/2013, para que o mesmo seja apreciado pelo Conselho Superior.

Art.5º Encaminhar à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

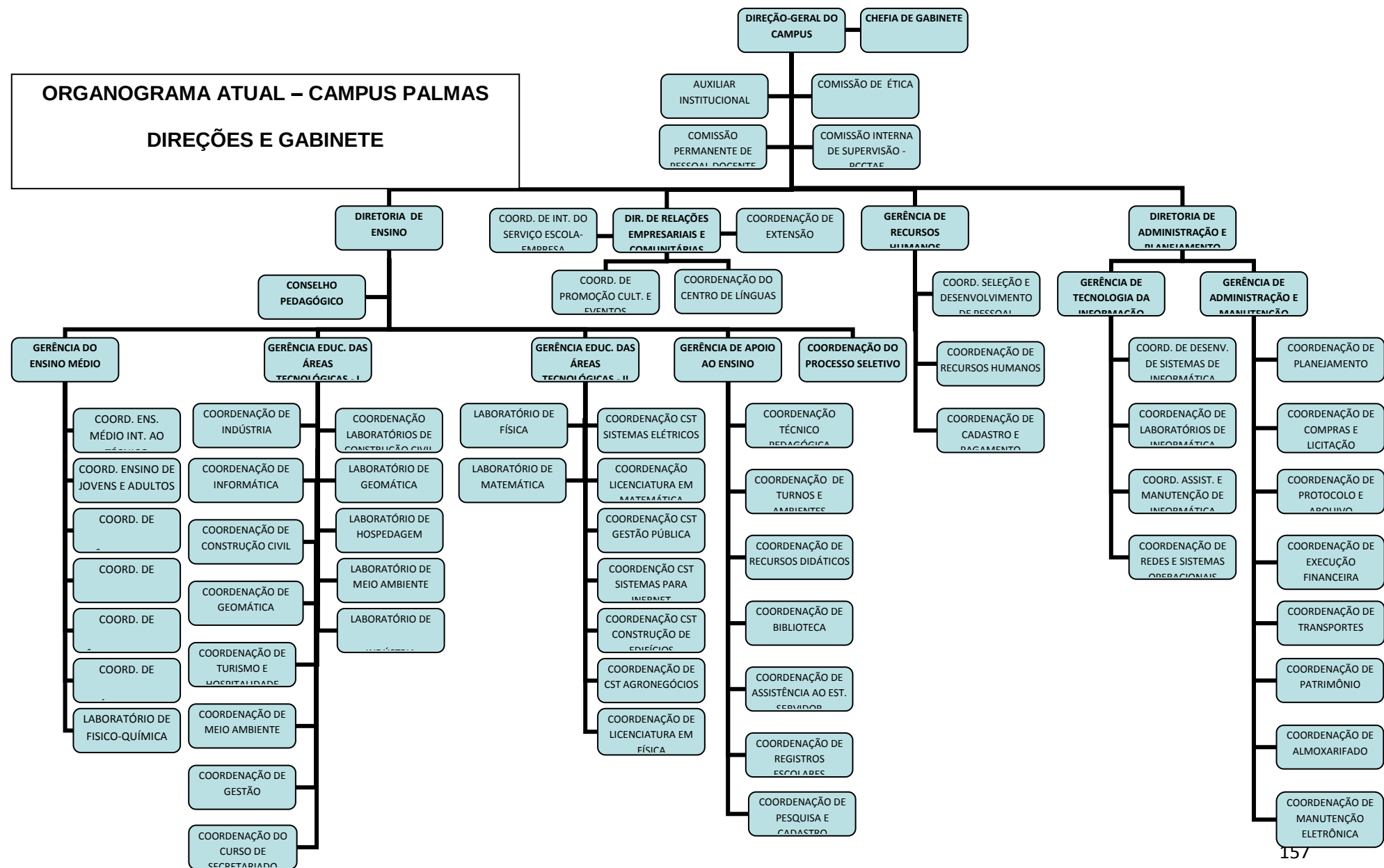
Rodrigo Soares Lelis Gori
Reitor Substituto do Instituto Federal do Tocantins



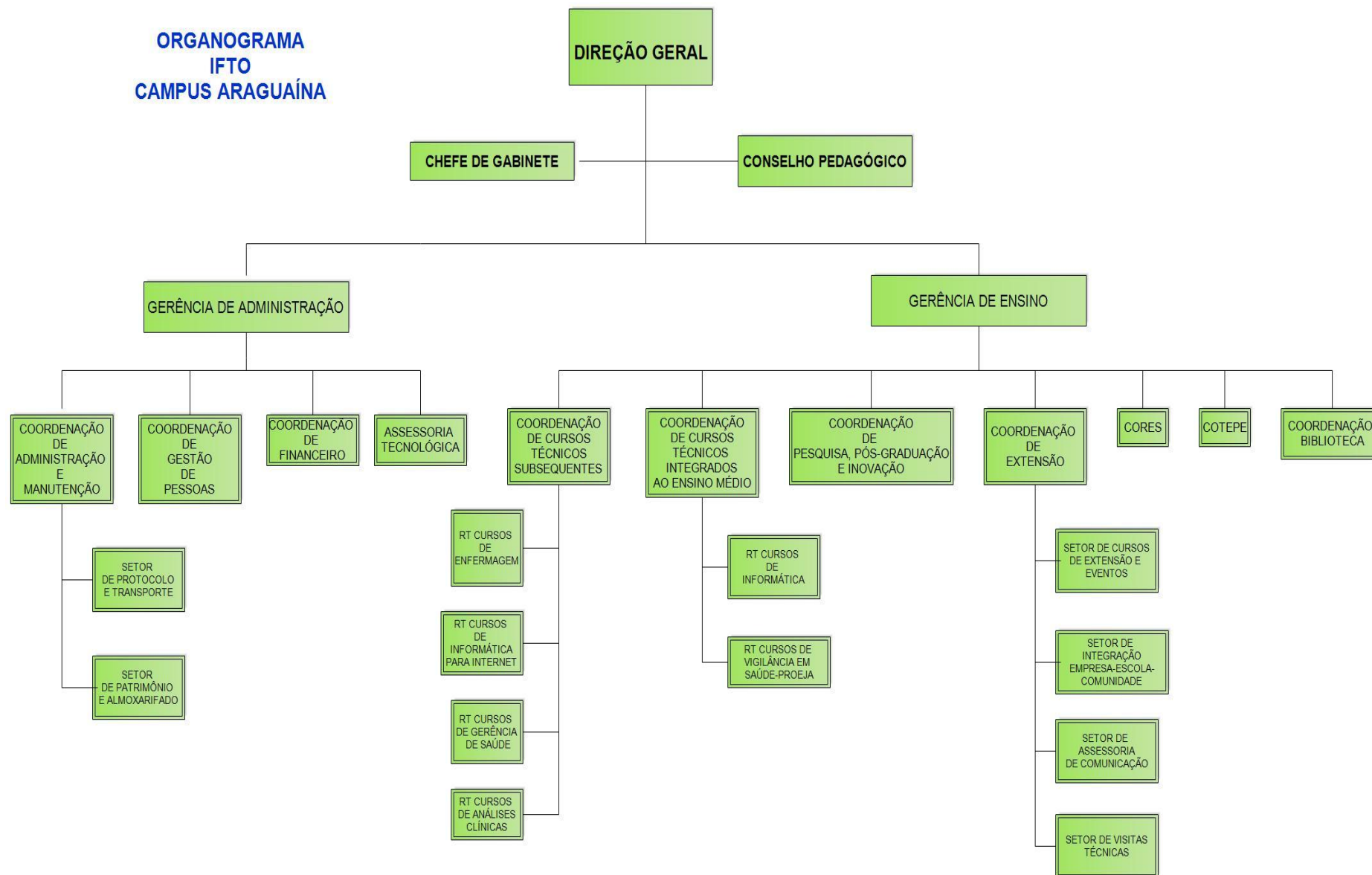
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, Conjunto 01, Lote 08, Centro
77.020-450 Palmas - TO
(063) 3229-2200
reitoria@ifto.edu.br - www.ifto.edu.br

14.2. ANEXO B - Organogramas do IFTO

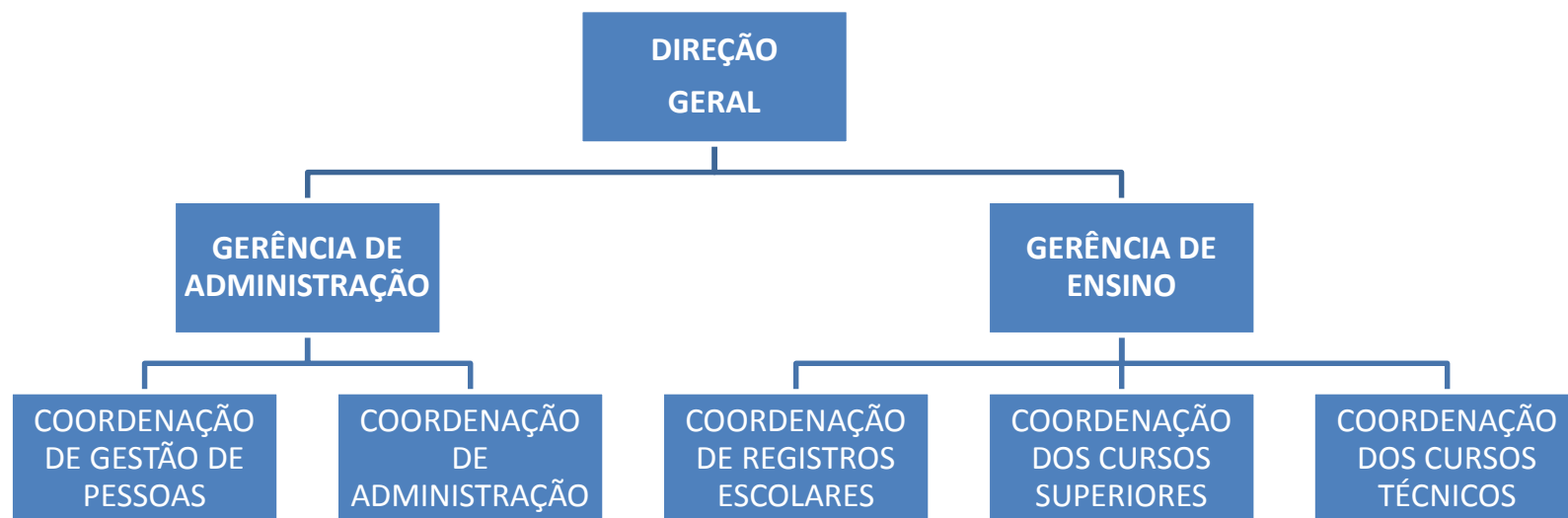


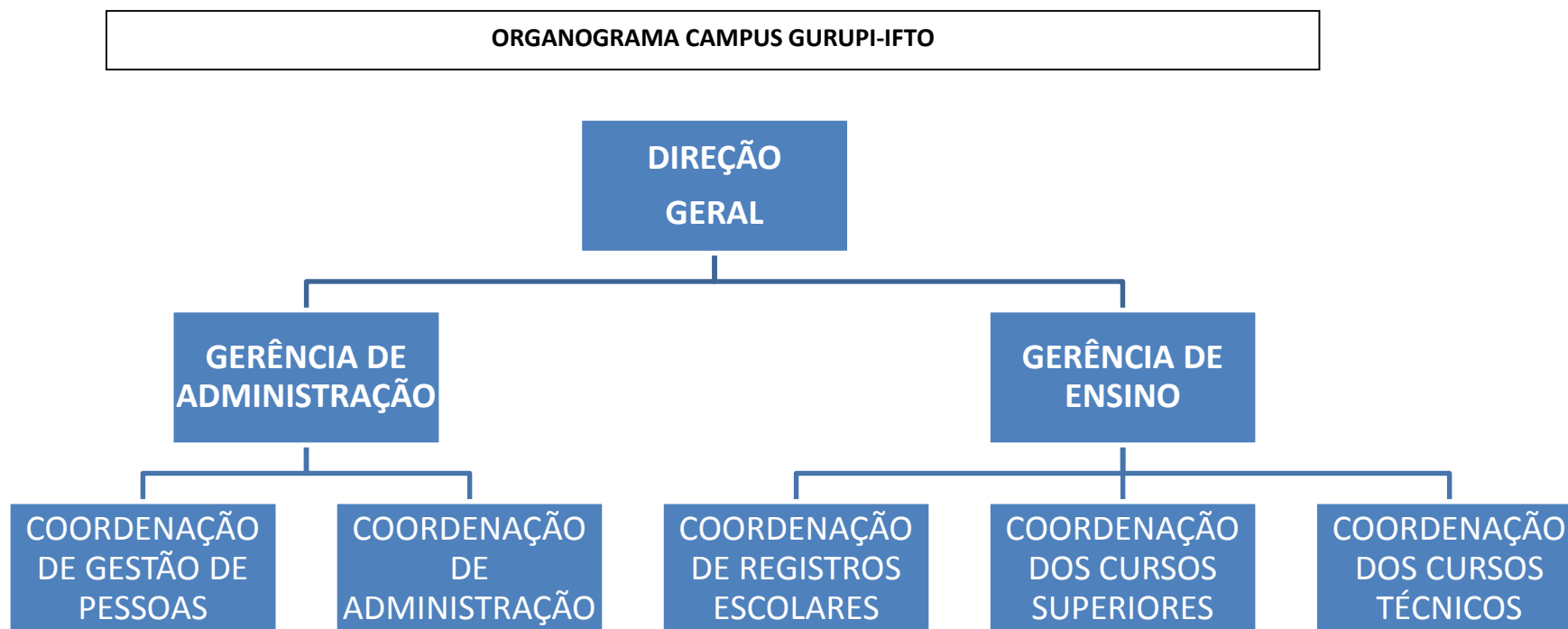


**ORGANOGRAMA
IFTO
CAMPUS ARAGUAÍNA**

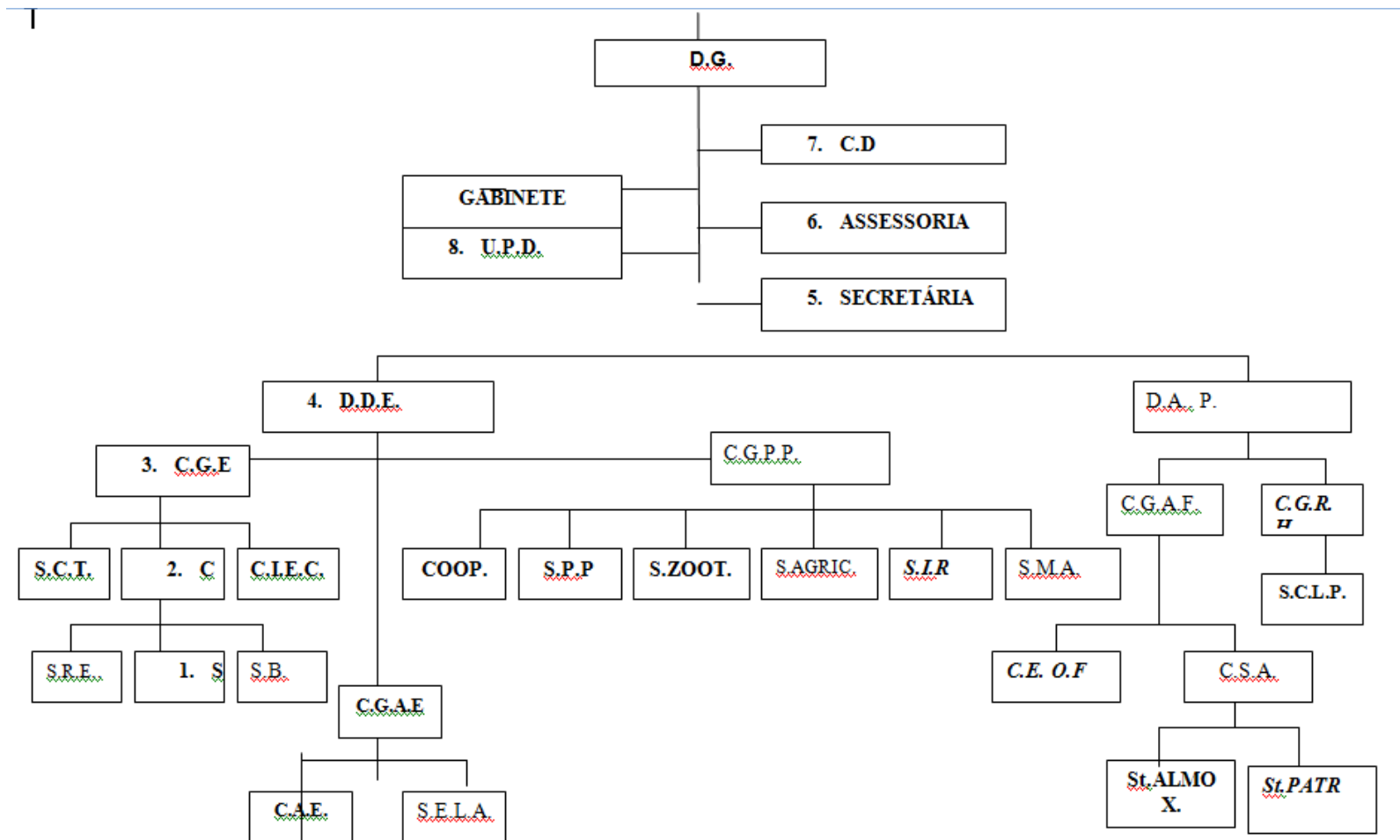


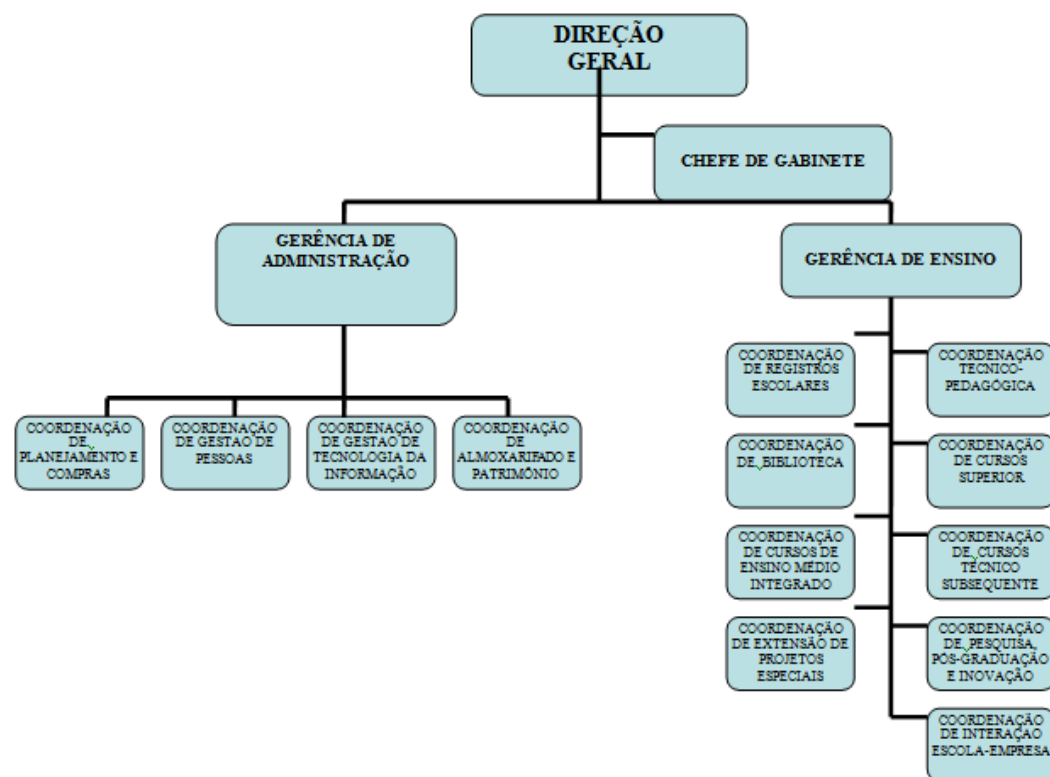
ORGANOGRAMA CAMPUS PORTO NACIONAL-IFTO





ORGANOGRAMA CAMPUS ARAGUATINS





Anexo C – Resolução do Conselho Superior